



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Franca

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS
Programa de Pós-graduação em Serviço Social-PPGSS

MAURO ÂNGELO AUGUSTO

**DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS EM ANGOLA: um estudo
da Faculdade de Serviço Social da UniLuanda – 2019 a 2023**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Franca / 2025

Mauro Ângelo Augusto

**DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS EM ANGOLA: um estudo
da Faculdade de Serviço Social da UniLuanda – 2019 a 2023**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Campus de Franca, como pré-requisito para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional

Eixo temático: Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social; Estágio Supervisionado; Ensino Superior e Trabalho Docente.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Franca / 2025

FICHA CATALOGRÁFICA

A923d

Augusto, Mauro Ângelo

DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS EM ANGOLA : um estudo
da Faculdade de Serviço Social da UniLuanda – 2019 a 2023 / Mauro Ângelo
Augusto. -- Franca, 2025

147 p. : il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

1. Angola. 2. Serviço Social. 3. Estágio Supervisionado. 4. Formação
Profissional. 5. Enfrentamentos. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DA PESQUISA

Este trabalho analisa os desafios do estágio supervisionado na formação académica e profissional de Assistentes Sociais em Angola, mais concretamente na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda no período de 2019 a 2023, sendo a única IES Pública no país que forma Assistentes Sociais, uma análise feita a partir das condições existentes, tendo em conta o seu contexto, isto é, as “particularidades e as singularidades” considerando os fundamentos universais de estágio supervisionado em Serviço Social. Contribui para a formação de Assistentes Sociais qualificados/as, insta a criação e implementação da Política Nacional de Estágio angolana, conscientiza o protagonismo de estudantes sobre o estágio, a qualificação da supervisão de estágio e o reconhecimento do papel do estágio na formação profissional dos/as Assistentes Sociais.

POTENTIAL IMPACT OF RESEARCH

This work analyzes the challenges of supervised internships in the academic and professional training of Social Workers in Angola, specifically at the Faculty of Social Work of the University of Luanda during the period from 2019 to 2023, being the only public higher education institution in the country that trains Social Workers. The analysis is based on existing conditions, taking into account its context, that is, the 'particularities and singularities' while considering the universal foundations of supervised internships in Social Work. It contributes to the training of qualified Social Workers, encourages the creation and implementation of the Angolan National Internship Policy, raises awareness about the proactive role of students in internships, the qualification of internship supervision, and the recognition of the role of internships in the professional training of Social Workers.

MAURO ÂNGELO AUGUSTO

**DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS EM ANGOLA: um estudo
da Faculdade de Serviço Social da UniLuanda – 2019 a 2023**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Campus de Franca, como pré-requisito para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Sila Oliveira

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Câmpus de Franca

Prof.^a Dr.^a Eliana Bolorino Canteiro Martins

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Câmpus de Franca

Prof. Dr. Simão João Samba

Universidade de Luanda (UniLuanda), Faculdade de Serviço Social (FSS) -
Angola

À minha mãe pela vida, por nunca desistir de mim e por ser a minha primeira “supervisora acadêmica e de campo” nesta caminhada da vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela proteção e pelas bênçãos infindáveis;

Aos meus pais, Almeida Augusto e Maria Ângelo Miguêns António, por me terem gerado, pela educação, ensino e instrução que me proporcionaram e pelos sacrifícios incontáveis em prol da minha formação;

À Prof.^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, minha orientadora, por trilhar este caminho junto comigo e por me ensinar a todo instante com o seu jeito de ser, estar e fazer, que faz com que eu me apaixone a cada dia mais por essa temática em particular, e pela profissão no geral;

À Silvia Afonso, minha parceira, por suportar as minhas ausências e pelo apoio de sempre;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento da pesquisa, sem o qual não seria possível.

Ao mano Isaías Mário Francisco António (Isaídes), que me acompanha desde o ensino fundamental e por sempre representar a figura paterna para mim e os meus irmãos mais novos. Aos meus irmãos Isaac Ângelo, António Ângelo Augusto, Hernani Ângelo, Manuel Ângelo, Helena Ângelo; Wilson Augusto, Vânia Augusto, Hermelinda Augusto, Fátima Augusto, Erikson Augusto, Jacira Augusto, Moisés Augusto, Leonardo Calepa, Georgina Augusto, Jorge Augusto, Jumalda Augusto, pela companhia, irmandade e pelas orações a meu favor.

Aos meus familiares e parentes que tanto me dão força para continuar a somar;

Ao Magnífico Reitor da UniLuanda pelo apoio institucional, moral e por incentivar-me a prosseguir com a formação pós-graduada para melhor servir a UniLuanda e o país;

Aos professores Anavilde Kassessa e Simão João Samba, por terem feito me apaixonar por essa profissão tão nobre, atuante e permeável, por acreditarem em mim e pelo apoio incondicional que sempre prestaram desde o primeiro ano da graduação até a materialização deste projeto;

À Coordenação do PPGSS, pelo acolhimento e todo o suporte prestado durante essa jornada;

Aos professores do PPGSS, pelas reflexões e trocas que muito qualificaram esta pesquisa;

À professora Eugénia Morais Calivangue, uma companheira de todos os momentos e por tudo o que representa na minha vida;

Ao Eng.º Heitor Manuel Timóteo (Ph.D.), Vice-Reitor da UniLuanda para os Assuntos Académicos, meu chefe, pai e conselheiro, pelas trocas e o apoio moral;

À Dra. Ilda Kussumua, minha professora e Pró-Reitora da UniLuanda pai Intercâmbio e Cooperação por todo apoio prestado ao longo deste percurso;

À Dra. Sedulúria de Melo, minha chefe, amiga, mãe, confidente e companheira de caminhada pela parceria e por todo apoio ao longo desta jornada;

Ao tio Joaquim Nzage Gonçalves Manuel pela mentoria, tudo o que sou hoje devo também a ele;

Aos colegas Adão Joaquim, Aires Caneca, Bernardino Cuteta, Isaías Issenguele, José Dias, Jeremias Lourenço, Miguel Jorge, Yadira Fernandez e Zurema Mutange, pela colaboração e as constantes trocas;

Ao Dr. Estevão Epalanga Lussenge Tchitembo pelo seu contributo na realização deste desafio, sem o qual não seria possível este feito, pois quando mais precisei ele me deu as mãos;

Aos meus colegas da Reitoria da UniLuanda, bem como da Faculdade de Serviço Social pelo incentivo e pelas trocas;

Aos meus irmãos que a vida me deu, Aurélio da Silva, Benita Ulai, Anacleto Zau, Manuel Caetano, Mendes Francisco, Rebeca Francisco, Salomão Eduardo, Lindo e Hélder Salioma, António Farias, Morgado Benedito, Alfredo Gingala, Tomás Morgado, Américo Chissaluquila, José Pereira, Kididi Luamba, Lúcio Chieque, Miguel Jorge, e tantos outros não citados aqui, pela garra que sempre me deram;

Aos pais, Florindo Lino Sapalo e Elizabeth Carlos, pelas orações, incentivo e os ricos conselhos;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este projeto fosse realidade.

“Quem aceita o mal sem protestar, coopera com ele”!

RESUMO

AUGUSTO, Mauro Ângelo. **Desafios do estágio supervisionado na formação profissional dos/as Assistentes Sociais em: um estudo da Faculdade de Serviço Social da UniLuanda – 2019 a 2023** / Mauro Ângelo Augusto. – Franca, 2025, 148

A presente dissertação tem como principal espaço analisar os desafios do estágio supervisionado na formação profissional de Assistentes Sociais em Angola, mais concretamente na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda no período de 2019 a 2023, sendo a única IES Pública no país que forma Assistentes Sociais, a partir das condições objetivas, tendo em conta o seu contexto, isto é, as particularidades e as singularidades considerando os preceitos universais de estágio supervisionado em Serviço Social. O estudo foi realizado a partir do método do materialismo histórico-dialético, trata-se de uma pesquisa com uma abordagem qualitativa que utiliza o estudo bibliográfico e documental, tendo como participantes da pesquisa dez estagiários/as do 4º ano do curso de Serviço Social da referida instituição. Possibilitou aferir as condições existentes na FSS para a realização dos estágios, bem como o processo de organização dos estágios, os principais avanços e recuos, entre outros. Contribui para a formação de Assistentes Sociais mais qualificados/as, ajuda a repensar as propostas de melhorias da gestão dos estágios, insta a criação e implementação da Política Nacional de Estágio angolana, conscientiza e exorta o protagonismo de estudantes no processo de estágio, a qualificação da supervisão de estágio e o reconhecimento do papel do estágio na formação profissional dos/as Assistentes Sociais.

Palavras-chave: Angola; Serviço Social; Estágio Supervisionado; Formação Profissional; Enfrentamento.

ABSTRACT

AUGUSTO, Mauro Ângelo. Challenges of supervised internships in the professional training of Social Workers: a study of the Faculty of Social Work at UniLuanda – 2019 to 2023 / Mauro Ângelo Augusto. – Franca, 2025, 148 p.

This dissertation aims primarily to analyze the challenges of supervised internships in the academic and professional training of Social Workers in Angola, more specifically at the Faculty of Social Work of the University of Luanda during the period from 2019 to 2023, being the only public higher education institution in the country that trains Social Workers, based on objective conditions, taking into account its context, that is, the particularities and singularities while considering the universal principles of supervised internships in Social Work. The study was conducted using the method of historical-dialectical materialism. It is a research with a qualitative approach that utilizes bibliographic and documentary study, having as participants ten interns from the 4th year of the Social Work course at the referred institution. It made it possible to assess the existing conditions at FSS for carrying out the internships, as well as the process of organizing the internships, the main advances and setbacks, among others. It contributes to the training of more qualified Social Workers, helps to rethink proposals for improving internship management, urges the creation and implementation of the Angolan National Internship Policy, raises awareness and encourages the active participation of students in the internship process, the qualification of internship supervision, and the recognition of the role of internships in the professional training of Social Workers.

Keywords: Angola; Social Service; Supervised Internship; Professional Training; Facing Challenges.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAS-ANGOLA – Associação dos Assistentes Sociais de Angola

ABEPSS – Associação Brasileiro de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ADRA – Ação para Desenvolvimento Rural e Ambiente

AS – Assistente Social

CASA-CE – Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral

CRA – Constituição da República de Angola

DEI – Departamento de Ensino e Investigação

DEI-SS – Departamento de Ensino e Investigação em Serviço Social

DNA – Ácido Desoxirribonucleico

DP – Decreto Presidencial

DPA – Divisão Política Administrativa

DR – Diário da República

FAA – Forças Armadas Angolanas

FaArtes – Faculdade de Artes

FAS-IDL – Instituto de Desenvolvimento Local

FCBS – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

FPU – Frente Patriótica Unida

FSS – Faculdade de Serviço Social

IES – Instituição de Ensino Superior

INAGBE – Instituto Nacional de Gestão de Bolsa de Estudo

INE – Instituto Nacional de Estatística

INSTIC – Instituto de Tecnologias de Informação e Comunicação

IPGEST – Instituto de Gestão, Logística e Transportes

ISART – Instituto Superior de Artes

ISCED – Instituto Superior de Educação

ISGEST – Instituto Superior de Gestão, Logística e Transportes

ISRI – Instituto Superior de Relações Internacionais

ISSS – Instituto Superior de Serviço Social

ISUP JP II – Instituto Superior João Paulo II

ISUTIC – Instituto Superior de Tecnologias de Informação e Comunicação

MAT – Ministério da Administração do Território

MED – Ministério da Educação

MESCTI – Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

MINSA – Ministério da Saúde

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OGE – Orçamento Geral do Estado

ONG – Organização Não Governamental

OSC – Organização da Sociedade Civil

PNE – Política Nacional de Estágio

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PRA-JA – Partido do Renascimento Angolano

SS – Serviço Social

STEM – Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática

TCC – Trabalho de Conclusão do Curso

TPA – Televisão Pública de Angola

UAN – Universidade Agostinho Neto

UC – Unidade Curricular

UCAN – Universidade Católica de Angola

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UniLuanda – Universidade de Luanda

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola

UO – Unidade Orgânica

LISTA DE FIGURAS

Figura n.º 01 – Limites geográficos de Angola – 26

Figura n.º 02 – Antigo mapa de Angola – 27

Figura n.º 03 – Novo mapa de Angola – 28

Figura n.º 04 – O estado degradante da vida social em Angola – 36

LISTA DE TABELAS

Tabela n.º 01 – Repartição da UAN em regiões acadêmicas – 38.

Tabela n.º 02 – Síntese dos atuais campos de estágio da FSS – 64.

Tabela n.º 03 – Identificação e dados acadêmicos dos sujeitos de pesquisa - 89

Tabela n.º 04 – Local de residência dos sujeitos de pesquisa – 90.

Tabela n.º 05 – Síntese da situação de empregabilidade dos sujeitos de pesquisa
– 91.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I: O CENÁRIO E AS CONCEPÇÕES FUNDANTES DA PESQUISA	23
1.1. Considerações metodológicas	23
1.2. Contextualizando Angola – cenário da pesquisa	26
1.2.1. Dados demográficos	30
1.2.2. Angola real sob a lente do/a Assistente Social	31
1.3. Refletindo sobre o Ensino Superior em Angola: trajetória histórica e contexto atual	38
1.4. Serviço Social e Estágio Supervisionado em Serviço Social: concepções fundantes	49
CAPÍTULO II – UNIVERSIDADE DE LUANDA - UNILUANDA E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSS	56
2.1. Apresentando a UniLuanda: palco da pesquisa	56
2.1.2. Percurso histórico	58
2.2. Contexto Histórico e Funcional da Faculdade de Serviço Social	60
2.2.1. O Processo de Organização dos Estágios na Faculdade de Serviço Social – UniLuanda	61
2.2.2. Avanços e recuos no processo de supervisão dos estágios supervisionados na FSS – UniLuanda	62
2.2.3. Espaços sócio-ocupacionais de realização de estágio supervisionado em Serviço Social em Angola – UniLuanda	64
2.3. Contexto da realização de estágios em Serviço Social em Angola – UniLuanda	73
2.4. Importância do estágio supervisionado na formação e construção da identidade profissional dos/as Assistentes Sociais	77
2.5. Estágio supervisionado e/ou Trabalho não remunerado? Eis a questão!	84
CAPÍTULO III: PARTICULARIDADES, ENFRENTAMENTOS E SUPERAÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNILUANDA	89
3.1. Caracterização do perfil dos/as participantes da pesquisa	89
3.2. Condições criadas para a realização do estágio supervisionado na Faculdade de Serviço Social da UniLuanda	94

3.3. Dificuldades enfrentadas e estratégias de superação no estágio supervisionado em Serviço Social na FSS da UniLuanda	101
3.4. Contribuições e aprendizagens dos estágios supervisionados em Serviço Social na FSS da UniLuanda.....	105
3.5. As Dimensões do Serviço Social no contexto de Angola – UniLuanda	108
3.5.1. Dimensão ético-política.....	108
3.5.2. Dimensão teórico-metodológica	114
3.5.3. Dimensão técnico-operativa	117
3.6. Propostas de melhoria para o processo de estágio supervisionado em Serviço Social na FSS da UniLuanda.....	122
RECOMENDAÇÕES	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICES	138
ANEXOS.....	139

INTRODUÇÃO

No tocante à formação profissional de Assistentes Sociais quer em Angola como em qualquer parte do mundo, dentre as várias mediações, é importante não perder de vista a centralidade do estágio supervisionado enquanto atividade curricular obrigatória que possibilita a articulação das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, que forjam o/a futuro/a profissional.

Assim sendo, o estágio supervisionado em Serviço Social tem uma grande relevância no processo de formação dos/as Assistentes Sociais em todos os países que formam estes profissionais, e na particularidade de Angola, país onde realizamos a pesquisa, além de desafiante é hiper relevante, pois, visa agregar valores, competências, habilidades e atitudes aos futuros profissionais de modo que assumam as suas responsabilidades no exercício da sua intervenção profissional, que visa, sobretudo, a garantia efetiva dos direitos constitucionalmente consagrados dos/as utentes.

Importa referir que a formação de Assistentes Sociais no contexto angolano começou em 1962 com a institucionalização do ensino superior, através do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, afeto à Igreja Católica, criado pelo Decreto n.º 44.159, de 18 de Janeiro de 1962, do Ministério do Ultramar como nos lembra a professora (Espírito Santo, 2023), e ficou interrompida por cerca de 30 anos, com o encerramento da primeira instituição formadora em 1977 confiscada pelo novo governo, criado em decorrência da independência em 11 de Novembro de 1975, tendo sido retomada no ano de 2005 com a abertura do Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP-II), unidade orgânica da Universidade Católica de Angola (UCAN) e mais tarde, isto é, em 2008, com a criação do Instituto Superior de Serviço Social - ISSS, hoje Faculdade de Serviço Social - FSS, unidade orgânica da Universidade de Luanda - UniLuanda, que recebeu os primeiros estudantes em 2010 (Monteiro, 2016 apud Augusto e Oliveira, 2025).

Desta feita, a formação de profissionais para atuarem nessa área com as competências e habilidades necessárias tem sido uma árdua tarefa das duas IES referenciadas acima, situação que ao nosso ver, pode ser impulsionada através das boas práticas de estágio supervisionado.

Considerando a importância que o estágio tem no processo de formação dos/as Assistentes Sociais, é que nos propusemos neste estudo de mestrado dissertarmos sobre os “*desafios do estágio supervisionado na formação dos/as Assistentes Sociais em Angola*”, fazendo um recorte sobre os fatores que contribuem para o desempenho dos/as estagiários/as e supervisores/as de estágio da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, durante o período de 2019 a 2023.

Além das razões já apresentadas, anteriormente embora de forma implícita, a escolha da temática justifica-se igualmente pelas observações que fomos fazendo ao longo dos estágios supervisionados, realizados durante a nossa formação acadêmica e profissional, no que concerne ao descaso dos/as estudantes em relação ao estágio supervisionado, bem como de alguns/as supervisores/as tanto acadêmico/a como de campo.

Essa realidade observada e vivenciada nos anos da formação graduada mostra evidentemente a maneira como o estágio supervisionado vem sendo encarado, uma vez que para muitos dos atores envolvidos ele configura-se apenas como uma mera atividade de cumprimento obrigatório para a obtenção do diploma.

Por outro lado, a escolha da temática também se justifica pelo fato de o estágio supervisionado constituir-se em ensaio do exercício profissional e fator fundamental para a formação de qualidade do/a futuro/a Assistente Social, exigindo neste sentido, o repensar das estratégias e alternativas da sua realização na FSS, de modo que se alcance os objetivos que o fundamentam e se cumpra com a sua missão e atribuições estatutárias.

Trata-se de uma temática atual e pertinente cujos resultados contribuem significativamente na ampliação dos nossos horizontes de compreensão, dando-nos elementos que nos possibilitem falar com propriedade sobre ela, bem como da visão que se tem sobre o exercício de estágio na instituição. Tudo isto contribui para uma visão mais ampliada e aprofundada que se tem da instituição, nos mais variados campos de estágios.

Relativamente à relevância acadêmica, entendemos que os resultados deste estudo podem servir de consulta para os estudantes na realização de seus trabalhos acadêmico-científicos e de guia para pesquisadores/as e

professores/as que trabalham ou venham a trabalhar com esta temática nas suas pesquisas.

Profissionalmente, o estudo proporciona aspectos que contribuam para a melhoria das estratégias de estágios visadas pelas instituições e órgãos competentes, nomeadamente a Faculdade de Serviço Social da UniLuanda, o ISUP JP II e o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI).

Socialmente, entende-se que uma vez apropriado os conhecimentos deste estudo, nas duas instituições citadas acima, o país poderá contar com quadros altamente qualificados e capazes de contribuir de forma significativa no processo de desenvolvimento em curso do país.

Diante das situações apresentadas anteriormente, definiu-se como pergunta de partida, enquanto fator norteador do presente estudo a seguinte: **Quais os desafios do estágio supervisionado na formação profissional dos/as Assistentes Sociais em Angola, mais concretamente na FSS da UniLuanda, no período de 2019 a 2023?**

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo geral: analisar os desafios do estágio supervisionado na formação académica e profissional dos/as Assistentes Sociais em Angola, mais concretamente na FSS da UniLuanda, no período de 2019 a 2023.

Para o alcance do objetivo geral, traçou-se os seguintes objetivos específicos: 1. Traçar o perfil dos/as estagiários/as (participantes da pesquisa) no presente estudo; 2. Identificar as condições criadas pela FSS da UniLuanda para a realização do estágio supervisionado em Serviço Social nos diferentes campos de estágios; 3. Saber as dificuldades enfrentadas pelos estudantes na realização do estágio supervisionado em Serviço Social na FSS da UniLuanda e as estratégias de superação das mesmas; 4. Perceber as contribuições e aprendizagens proporcionadas pelo estágio supervisionado em Serviço Social na formação profissional dos/as estudantes da FSS da UniLuanda; 5. Apreender dos sujeitos de pesquisa as melhorias necessárias no processo de estágio supervisionado em Serviço Social na FSS da UniLuanda.

Assim sendo, a dissertação encontra-se dividida em três capítulos, onde no primeiro, apresenta-se o cenário e as concepções fundantes da pesquisa, desde, as considerações metodológicas, uma breve apresentação de Angola

(enquanto palco da pesquisa) do ponto de vista geográfico, histórico, socioeconómico e político, faz-se uma reflexão sobre o percurso histórico do ensino superior no país desde a década de 1960 aos dias de hoje, bem como as concepções fundantes do Serviço Social e do estágio supervisionado. No segundo, faz-se a apresentação da UniLuanda e suas Unidades Orgânicas (UO), com ênfase para a FSS, bem como o processo de realização de estágio e seus intervenientes. No terceiro e último capítulo, faz-se a apresentação, discussão e análise das particularidades, enfrentamentos e superações do estágio supervisionado na FSS da UniLuanda.

Em suma, esta pesquisa contribui para a melhoria da prática do estágio supervisionado na FSS da UniLuanda, ao mesmo tempo que insta a criação da Política Nacional de Estágio, bem como o Código de Ética e as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social em Angola.

CAPÍTULO I: O CENÁRIO E AS CONCEPÇÕES FUNDANTES DA PESQUISA

1.1. Considerações metodológicas

Inicialmente, vale enfatizar que na perspectiva de Minayo (2025), entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida no tratar da realidade que inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade crítica e sua sensibilidade).

Assim sendo, para a materialização da presente dissertação, optamos pela abordagem qualitativa porque atende aos objetivos traçados e nos permite perceber a dinâmica da realidade estudada, bem como o significado que os participantes da pesquisa compartilharam fruto das suas vivências e experiências de vida e trabalho. Por outro lado, trata-se de um tipo de pesquisa que nos permite fazer uma abordagem além daquilo que é dito, visto, sentido ou ouvido, ou seja, olhar para além do horizonte.

Conforme Minayo (2025, p. 25),

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim sendo, focalizaremos na compreensão que os/as participantes da pesquisa têm sobre o objeto estudado, com maior ênfase na identificação dos desafios do estágio supervisionado em Angola, bem como a percepção que eles/as têm das suas vivências e experiências neste processo.

Quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa analítica por permitir o aprofundamento do conhecimento da realidade e procurar trazer as razões de um determinado fenômeno, neste caso concreto, da temática proposta desta dissertação que são os desafios do estágio supervisionado em Angola, mas concretamente na Faculdade de Serviço Social da UniLuanda.

Para a construção do suporte teórico que fundamentou a pesquisa fez-se recurso à pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é definida

por Gil (2002) como aquela que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos que abordam sobre o tema estudado.

Na mesma senda, Pakisi (2020), diz que a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registo disponível, decorrente de pesquisas já existentes, em documentos impressos, tais como: livros, artigos, teses etc.

Assim, podemos concluir que, a pesquisa bibliografia consiste em apresentar e discutir (favorável ou desfavoravelmente) o que foi escrito por outros/as autores/as sobre o tema, enfatizando as diferenças e convergências entre os conceitos e a sua aplicação sobre o objeto de estudo. Neste sentido, a pesquisa bibliográfica ajudou-nos a sustentar cientificamente os resultados deste estudo centrado no estágio supervisionado em Serviço Social, de modo geral, com realce para a realidade angolana.

Paralelamente à pesquisa bibliográfica, também se fez recurso à pesquisa documental que se cingiu principalmente na leitura e análise de documentos como Decreto de criação da Universidade de Luanda e suas respectivas Unidades Orgânicas, demais legislações do Ensino Superior, documentos reitores da organização de estágios na Faculdade de Serviço Social da UniLuanda, a Constituição da República de Angola, a Política Nacional de Estágio da ABPSS, entre outros.

O universo da nossa pesquisa é cerca de 100 (cem) estudantes do 4.º ano do curso de Serviço Social da FSS da UniLuanda, quer os que já terminaram o plano curricular e aguardam por defesa como aqueles que estão a concluir o plano curricular. Já a nossa amostra intencional é de 10 estudantes, correspondente a 10% (dez por cento) do universo da pesquisa.

Assim sendo, participaram da pesquisa os/as estudantes estagiários/as do 4.º ano, quer do período regular como do pós-laboral que realizaram o estágio supervisionado de 2019 a 2023 por estes/as já acumularem algumas experiências de estágios. A escolha dos/as participantes da pesquisa foi feita de forma intencional, onde foram selecionados/as 15 (quinze) estudantes e entrevistados/as 10 (dez), tendo em conta a disponibilidade de cada um/a, em espaços fechados, sendo que a maioria foram feitas na FSS por mútuo consenso entre o entrevistador e os/as entrevistados/as, e três delas realizadas no local de trabalho dos/as entrevistados/as a pedido destes, até atingir-se o ponto de

saturação, de modo que foram atendidos os objetivos traçados nesta pesquisa, obedecendo os critérios de inclusão e exclusão.

Foram observados os seguintes critérios de inclusão: ter frequentado ou estar a frequentar o 4º ano do curso de Serviço Social na Faculdade de Serviço Social e ter realizado o estágio supervisionado até o ano acadêmico de 2023. Assim sendo, como critério de exclusão, considerou-se o fato de não terem frequentado ou não estarem a frequentar o 4.º ano no período da realização das entrevistas e não terem realizado o estágio de 2019 a 2023.

Tendo em conta os objetivos traçados, realizou-se a pesquisa de campo e para abordagem escolhida optou-se como técnica de recolha de informações a entrevista individual e semiestruturada, que foi aplicada aos/às estagiários/as, cujos roteiros foram previamente elaborados pelo pesquisador. A entrevista é conceituada por Gil (1999, p.17) como *“uma forma de interação social, mas especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”*.

Na mesma senda, para Minayo (2025) a entrevista é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo, pois é acima de tudo, uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador e sempre dentro duma finalidade. Diz ainda que *“ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, bem como para um tratamento empreendido pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes cuja finalidade reside neste mesmo objetivo”*.

Outra técnica que foi aplicada é a análise de conteúdo,

Segundo Bardin (1979, p.42 apud Gomes, 2025, p. 100), a análise de conteúdo é um

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Minayo (2014, p. 307) acrescenta ainda que:

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequências das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda.

Nesta conformidade, esta técnica permitiu compreender de forma mais aprofundada os depoimentos dos sujeitos de pesquisa, considerando que as pessoas mesmo sem dizer nada comunicam através de seu olhar, expressão facial e corporal, a tonalidade da voz e as palavras que ficam nas entrelinhas.

Além dos critérios elencados acima, foram observados os princípios éticos que norteiam o estudo envolvendo seres humanos com atenção para a garantia do sigilo das informações dos sujeitos de pesquisa, a preservação das suas identidades, a participação livre e consciente que foi feita mediante assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido antecedido de uma reunião de apresentação dos objetivos da pesquisa e de esclarecimento de possíveis dúvidas¹.

Quanto ao nome, apesar de termos sido autorizados para o bom uso da identidade dos/as participantes da pesquisa, utilizaremos nomes fictícios para preservar os mesmos, cumprindo com o princípio ético das pesquisas envolvendo seres humanos. Além do fato de se tratar de informações que possam comprometer os mesmos sujeitos tendo em conta os vínculos que eles têm com a instituição em causa.

1.2. Contextualizando Angola – cenário da pesquisa

Angola é um país do sudoeste da África, cujo nome deriva do termo Ngola², do Kimbundo, a terceira língua mais falada no país depois da língua portuguesa³ e o umbundu⁴ com uma superfície de 1.246.700 km². Foi inicialmente habitada por povos bosquímanos, caçadores e coletores e, atualmente por povos Bantu.

¹ O Projeto de Pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unesp Câmpus de Franca, FCHS, conforme anexo n.º 01.

² O termo “Ngola”, originário do Kimbundo, que é um dos idiomas falados pelo povo Bantu. “Ngola” era o título dado ao governante do reino de Ndongo, que se estendia pela região norte do atual território angolano previamente à colonização portuguesa. A área era chamada pelos colonizadores de Terras de Ngola, o que era flexionado para Terras d’Angola, de onde surgiu a atual denominação.” Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/angola.htm/> Acessado aos 23/04/2025 as 10h.

³ A língua portuguesa é a língua oficial de Angola, dado ao fato de ter sido colônia portuguesa.

⁴ Depois da língua oficial, o Umbundu é a segunda língua mais falada devido o número de falantes que corresponde às populações da região centro e sul do país também designadas por ovimbundu.

Segundo o art. 5º da CRA, nº 3, a República de Angola organiza-se territorialmente, para fins político-administrativos, em Províncias e estas em Municípios, podendo ainda estruturar-se em Comunas e em entes territoriais equivalentes, nos termos da Constituição e da lei (Angola, 2010).

No tocante aos limites geográficos, a República de Angola faz fronteira ao Norte com a República Democrática do Congo, ao Sul com a República da Namíbia, a Leste com a República da Zâmbia e a Oeste com o Oceano Atlântico. Como pode ser observado no mapa abaixo.

Figura n.º 01 – Limites geográficos de Angola



Fonte: <https://s5.static.brasilescila.uol.com.br/be/2022/05/mapa-angola> Acessado aos 23/04/2025 as 10h.

De acordo com o mapa abaixo, o país que até dezembro de 2024 era constituído por 18 províncias e 264 municípios, nomeadamente: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire. Sendo Luanda a capital do país, constituída até então por 9 (nove) municípios, designadamente: Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Kilamba-Kiaxi, Luanda, Quiçama, Talatona e Viana.

Figura n.º 02 – Antigo mapa de Angola (até 2024)



Fonte: <https://th.bing.com/th/id/R.5a3c6b96ea706d87dd49e28eddc72495?rik=zPRTsVhXewGm1g&riu=http%3a%2f%2fwww.ine-ao.com%2fAngola> Acessado aos 23/04/2025, as 12h.

Considerando a Lei n.º 14/24, de 5 de setembro, que aprova a nova Divisão Política Administrativa (DPA), publicada em Diário da República I SÉRIE N.º 229/12938, de 29 de novembro de 2024, através do Decreto Presidencial N.º 268/24 de 29 de novembro, a partir de 01 de janeiro de 2025 o país passou a contar com 3 (três) novas províncias, mormente (Cuando, Icolo e Bengo e Moxico Leste) passando a ter 21 (vinte uma) províncias, 326 (trezentos e vinte e seis) municípios e 378 (trezentos e setenta e oito) comunas, designadamente: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando, Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Icolo e Bengo, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Moxico Leste, Namibe, Uíge e Zaire, conforme o mapa abaixo.

Figura n.º 03 – Novo mapa de Angola (a partir de 01/01/2025)



Fonte: <https://www.ecosdohenda.info/wp-content/uploads/2022/11/NOVO-MAPA> Acessado aos 24/04/2025 as 9h.

Para ser mais preciso vale salientar que, a atual estrutura do país resulta da divisão de três províncias, a saber: Luanda, que deu lugar às províncias de Luanda e Icolo e Bengo; Cuando Cubango, dando lugar às províncias do Cuando e do Cubango e, finalmente, Moxico, dando lugar às províncias do Moxico e Moxico Leste. Sendo que a capital continua sendo a província de Luanda, atualmente constituído por 16 (dezesesseis) municípios e 13 (treze) Comunas, nomeadamente: Belas, Cacuaco, Cazenga, Camama, Hoji-ya-Henda, Ingombota, Kilamba, Kilamba-Kiaxi, Maianga, Mussulo, Quiçama, Rangel, Samba, Sambizanga, Talatona e Viana.

Em suma, com a Nova Divisão Política Administrativa, Angola passou a contar com 21 Províncias, 326 Municípios e 378 Comunas, o que torna o país mais robusto no tocante às despesas orçamentais, contrariando o discurso do Governo que justifica a falta de verbas para a implementação de algumas políticas.

1.2.1. Dados demográficos

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística - INE⁵, os Resultados Preliminares do Censo 2014, mostram que a população residente em Angola até o dia 16 de maio de 2014 (momento censitário), era de 24,3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48% da população total) e 12,5 milhões do sexo feminino (52% da população total).

Angola, é um país com um número de mulheres mais elevado do que homens. O índice de masculinidade (rácio homens/mulheres) é de 94. Isto significa que existem 94 homens para cada 100 mulheres. Esta tendência é comum em todas as províncias, exceto para a província da Lunda Norte. Nesta província, o índice de masculinidade é de 106, isto é, existem 106 homens por cada 100 mulheres. A província com o índice de masculinidade mais baixo é a do Cunene, onde existem 88 homens por cada 100 mulheres.

A província de Luanda é a que apresenta o maior número de habitantes, com 6,5 milhões de residentes. A província do Bengo com 274.053 é a província, onde residem menos pessoas. Angola é um país vasto com uma superfície de 1.246.700 quilómetros quadrados, porém com uma densidade populacional de 19 habitantes por quilómetros quadrados.

Segundo a mesma fonte, atualmente⁶ a população de Angola é de cerca de 33.934.000 (trinta e três milhões e novecentos e trinta e quatro mil) habitantes, de acordo com as Nações Unidas, a 12^a maior população do continente africano. Embora seja um território populoso, Angola não é densamente povoado, visto que a distribuição populacional é da ordem de 27,2 hab./km². O oeste do país é a região que concentra o maior número de habitantes, especialmente nas áreas urbanizadas. Ao todo, 68,1% da população angolana vive nas cidades.

⁵ O INE é a instituição que tem como missão produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade e relevante para apoiar o desenvolvimento económico e social do País.

⁶ Vale dizer que, após o Censo Populacional e Habitacional realizado pelo INE em 2014, Angola voltou a realizar o Recenseamento Geral da População e da Habitação que estava previsto para começar a 19 de maio, mas que só começou a contar a 23 de agosto (experiência piloto), com início oficial a 29 de setembro e previsão de término a 19 de novembro, mas só terminou no primeiro trimestre de 2025, cujos resultados não são conhecidos e pelo que parece não serão conhecidos tão cedo.

A população atual de Luanda em 2025 é estimada entre 10.027.900 a 10.028.000 habitantes, com um crescimento anual de aproximadamente 3,9%. Essas estimativas refletem a população urbana de Luanda, incluindo áreas suburbanas adjacentes.

Do ponto de vista económico, Angola é petro-dependente, ou seja, o Orçamento Geral do Estado (OGE) é suportado maioritariamente pelas receitas arrecadas do petróleo. Embora, o governo vem propalando o discurso sobre a diversificação da economia, o que a nosso ver, não passa de um discurso político e eleitoralista, uma vez que, a dotação orçamental para o setor não corresponde a 3% do OGE.

Um país potencialmente rico, com uma imensidão de recursos naturais é incrível como passados quase cinquenta anos desde a conquista da (in)dependência, Angola ainda vive da importação, quando tem terras bastante aráveis que, com vontade política, tornaria o país autossustentável, ao mesmo tempo que contribuiria para o combate à fome e à pobreza, à desnutrição aguda, em que muitas crianças e adolescentes se encontram.

1.2.2. Angola real sob a lente do/a Assistente Social

Quando se fala de Angola, é importante questionar-se qual Angola nos referimos, ou sob o olhar de quem se apresenta o país, dado que, ao ouvirmos o executivo dá-se a impressão que temos um país diferente daquele em que vivemos bem como realidades completamente antagónicas da que constatamos “in lócus”, cujas imagens a Televisão Pública de Angola (TPA) não divulga, devido à forte censura nos meios de comunicação social, meios esses que são utilizados como instrumentos do regime para manipular a opinião pública, tendo em conta as constantes violações dos elementos fundamentais do jornalismo como a pluralidade, o contraditório, a liberdade de expressão, entre outros.

Diante da situação atual do país, uma pergunta que não se quer calar é: que governo temos, afinal? Um governo que atira o seu povo à miséria, enquanto diz nos discursos que está a trabalhar para o bem-estar de todos. A verdade é outra: quem devia cuidar das riquezas de Angola demonstra todos os dias que não está preparado para essa missão e talvez nem queira cumprir esse papel.

A economia saiu do controlo, com a situação das famílias cada vez pior. Os dados não mentem, em 2010 por exemplo, um saco de arroz de 25kg custava 2.500,00 Kwanzas⁷. Hoje, em 2025, custa 26.500,00. Um aumento de 960%. A fubá de milho saltou de 1.800,00 para 17.500,00. Um 1kg de feijão de 200,00 para 2000,00 kwanzas. Tudo multiplicou quase por dez por cento, menos o salário do povo⁸.

O açúcar, o óleo (vegetal e de palma), a massa alimentar etc. tudo encareceu. E o que dizer da cesta básica? De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2024, custava cerca de 289.000,00 kwanzas (duzentos e oitenta e nove mil kwanzas) para alimentar um agregado familiar de seis (6) pessoas. Enquanto isso, há trabalhadores a receberem menos de 40.000,00 kwanzas (quarenta mil kwanzas) por mês, sendo que o salário-mínimo nacional geral até então era 32.000,00 kwanzas (trinta e dois mil kwanzas). Como é que se vive assim? Como é que se criam filhos, se paga transporte, escola, saúde, com este salário miserável?

Angola é um país rico em petróleo, diamantes, terras aráveis e juventude disposta a trabalhar. Mas é também um país onde as decisões económicas são tomadas por poucos e quase sempre a favor desses poucos. Os alimentos sobem, os combustíveis sobem, o custo de vida sobe e o povo desce. Desce na dignidade, desce na qualidade de vida, desce na esperança de vida melhor.

Não se trata apenas de estatísticas. Trata-se de um sofrimento real de famílias, que hoje têm que escolher entre comer ou mandar os filhos à escola. De pais e mães que saem cedo de casa e voltam com quase nada, porque o salário já não cobre nem metade do básico, numa explícita violação do que está primado no art. n.º 1 da Constituição da República de Angola (CRA) que diz:

Angola é uma República [...] baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade do povo angolano, que tem como objetivo fundamental a

⁷ Kwanza (Kz) é a moeda oficial de Angola, cuja origem vem do maior rio do país que atravessa 7 (sete) províncias (estados), com a nascente na província do Bié (centro do país) e desagua em Luanda.

⁸ Para se ter uma ideia, 100,00 Reais equivalem a 16.882,08 Kwanzas (dezesesseis mil oitocentos e oitenta e dois Kwanzas e dois cêntimos). Segundo o INE, até 2024 a cesta básica para alimentar um agregado familiar de 6 pessoas custava 289.000,00 (duzentos e oitenta e nove mil Kwanzas), equivalente a cerca de 3000,00 Reais (três mil reais), hoje devido a desvalorização do Kwanza hoje equivale a 1711,88 (mil setecentos e onze reais e oitenta e oito centavos), quando o salário-mínimo Nacional aprovado era cerca de 33.000,00 – cerca de 200 reais, tendo sido aumentado este ano para 70.000,00 (setenta mil Kwanzas – cerca de 415,00 (quatrocentos e quinze reais), mas que ainda não está efetivado a nível nacional.

construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social.

Como se pode perceber, os princípios fundamentais da CRA são violados a luz do dia, porque contrariamente ao que está plasmado, o povo não tem voz nem vez e se reivindicar a polícia dispara bala mortífera, a semelhança do que acontece nas manifestações pacíficas, da qual abordaremos posteriormente.

Este é o resultado de más políticas sociais, má gestão e, acima de tudo, de um governo que não escuta, não sente e não age com responsabilidade. Um governo que prometeu cuidar, mas que só tem deixado feridas abertas na vida dos cidadãos.

Um governo que demonstra preocupação com as questões sociais apenas em vésperas de eleições, mas que não se importa com o que o eleitorado pense a seu respeito, como se não precisasse do voto deste para ser eleito. Porém, isso não é de estranhar uma vez que embora a CRA no seu art. 3.º no inciso primeiro diz que:

A soberania, una e indivisível, pertence ao povo, que a exerce através do sufrágio universal, livre, igual, directo, secreto e periódico, do referendo e das demais formas estabelecidas pela Constituição, nomeadamente para a escolha dos seus representantes.

A cada dia que passa ficamos com a impressão de que as eleições são meras formalidades do calendário eleitoral para legitimar o governo, pois não expressam a real vontade do povo, dado o número de suspeições que se levantam sobre o processo eleitoral em que a oposição e a sociedade civil protestam os resultados devido os vícios recorrentes do mesmo e, agora, mais graves com as propostas de alteração da lei eleitoral apresentadas pelo governo ao parlamento que conduzirá as eleições gerais de 2027, com maior destaque da supressão das Ata Síntese das Mesas de Voto.

Desta feita, podemos afirmar que, o partido sequestrou o Estado e quando o partido sequestra o Estado há uma tragédia silenciosa que se repete todos os dias em Angola: o Estado, que deveria ser de todos/as, foi sequestrado por um partido que governa para si próprio. Não é apenas má gestão, é roubo. Roubo de sonhos, de direitos, de futuro sobretudo das gerações mais jovens. Violando

os princípios do Estado Democrático e de Direito da CRA, que nos seus 1.º e 2.º artigos diz o seguinte:

1. A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa.

2. A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efetivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e coletivas.

Conforme diz a carta magna nos artigos acima mencionados, Angola é um Estado de Direito e tem como fundamento a soberania popular, promove e defende os direitos e liberdades fundamentais das pessoas, quer no plano individual, assim como enquanto membro de grupos sociais organizados, mas a realidade é diferente. Senão, vejamos:

Os governadores em geral, e em particular os provinciais, em vez de servidores públicos, transformaram-se em ativistas da máquina partidária. Não agem em nome da justiça e do bem comum, mas em defesa de um projeto de poder que sufoca qualquer tentativa de mudança.

Cada decisão, cada nomeação, cada política é feita para proteger o partido e nunca para beneficiar o cidadão. Esta fusão perversa entre Partido e Estado é a origem da miséria que persiste, da incompetência que impera, da desigualdade que humilha. Enquanto o poder servir-se do Estado como seu instrumento privado, Angola continuará a ser terra de poucos e prisão de muitos.

Esta situação faz com que o fluxo migratório de angolanos/as para os países da Europa e da América aumentou exponencialmente nos últimos anos, ninguém quer ficar no país devido à má governação, crianças, adolescentes e jovens fora do sistema de ensino, escolas e hospitais sem condições básicas, o desemprego avassalador, as perseguições políticas de quem critique o governo, isto só para citar alguns.

É fundamental não se normalizar o anormal. Não é nada normal que as estruturas públicas sejam loteadas como Comitês de Ação do Partido (CAP) do regime, polarizando os cidadãos entre Bajús e Ruvús.

Não é normal que a filiação partidária⁹ seja passaporte para privilégios enquanto milhares de angolanos/as entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos/as são reduzidas à sobrevivência. Não é normal que a esperança seja assassinada em nome da estabilidade de um regime que já não serve a Nação.

Angola precisa de libertação – não apenas política, mas moral. Um Estado que é partido não é Estado - é tirania disfarçada. Pois, se a verdade exige debate, silenciar vozes opostas não é jornalismo – é manipulação, e manipulação é fraude. Entretanto, diante deste cenário, é imperioso dizer basta!

Aproximam-se as eleições gerais marcadas para 2027 e neste exato momento os parlamentares discutem propostas sobre as alterações à lei eleitoral, com realce ao processo de escrutínio, num cenário em que a oposição critica a reeleição do Presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE)¹⁰, por ser membro do Partido que suporta o governo e por pesar sobre ele graves acusações de conduta indecorosa e falta de idoneidade moral, tendo em conta os resultados das eleições gerais de 2022 e não só.

No entanto, pelo andar da carruagem, para 2027 prevemos os possíveis cenários: caso o regime concretize as alterações à lei eleitoral o que lhe permitirá apresentar resultados fraudulentos sem muitos questionamentos, o país mergulhará numa onda de manifestações em que morrerá muita gente por repressão policial e militar com a força das armas, como de praz e, no final, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – Partido-Estado será anunciado vencedor das eleições com maioria absoluta e/ou qualificada;

Com a legalização de novos partidos políticos, a saída do PRA-JA da Frente Patriótica Unida (FPU)¹¹, enquanto estratégia do regime para a dispersão

⁹ Em Angola, um requisito obrigatório para alguém ocupar um cargo de direção e/ou chefia é mediante a apresentação do Cartão de Membro do Partido que sustenta o governo (MPLA), salvo alguns casos raríssimos em que algumas pessoas mesmo não sendo do Partido em causa são nomeadas ou eleitas a cargos de direção e/ou chefia desde que não representem perigo ao regime. E mesmo que tal venha acontecer, tem um certo limite, ou seja, caso seja nomeada sem ser membro do Partido sem que regularize a sua situação fica condicionada de ascender na carreira.

¹⁰ A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) é o órgão responsável pela realização das eleições gerais em Angola.

¹¹ A Frente Patriótica Unida (FPU) é uma plataforma política constituída pela UNITA, maior partido na oposição, o Bloco Democrático (BD) e o então projeto político PRA-JÁ-SERVIR ANGOLA,

de votos, fará com que a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) venha a perder mais alguns lugares no parlamento e o PRA-JA venha a surgir como a 3ª (terceira) força política do país, a semelhança da CASA-CE nas eleições gerais de 2012;

Em última hipótese, caso a UNITA consiga manter a chama da FPU, congregando mais partidos na oposição, figuras de renome da sociedade civil, com a ajuda do povo e da comunidade internacional poderá alcançar a grande alternância política em Angola, do contrário será um fiasco.

Justifico, será um fiasco porque nenhum partido isoladamente conseguirá derrubar todo um sistema montado pelo Partido-Estado, daí que o desafio passa pela conscientização da população sobre a cidadania, a união dos partidos na oposição e o apoio da comunidade internacional que se mostra indiferente ante o estado de miséria a que os angolanos estão sujeitos com o atual governo.

Como temos vindo a defender, qualquer tentativa de alternância do poder político em Angola de forma isolada, é mera ilusão, ou melhor, é negócio para a manutenção do regime em troca da sobrevivência política de alguns “políticos” em detrimento do povo que almeja por uma Angola justa e igual para todos/as, livre da fome, da escravidão, da cólera, da malária, da febre tifoide, entre outras doenças endémicas.

Portanto, parafraseando o renomado Advogado Sérgio Raimundo (2025) numa entrevista recentemente concedida a uma página virtual no facebook, o maior receio é que há uma intenção nítida do poder político de procurar impelir o povo para as ruas, para depois sair com reações armadas e abafar este tipo de manifestações generalizadas, declarar um Estado de Sítio, suspendendo a Constituição, iniciar um período de transição de dois ou três anos e, nessa trajetória, elaborar e aprovar uma nova Constituição, zerar os mandatos anteriores, isto é, se não alterar o número de mandatos que constam da atual Constituição. O que provocaria a maior guerra jamais vista em Angola, tendo em

recentemente legalizado pelo tribunal constitucional como partido político e demais membros da comunidade civil contestatária formada em 2019 para fazer frente ao partido do regime que governa Angola há 50 anos, desde a proclamação da independência a 11 de 11 de 1975, nas eleições gerais de 2022, tendo obtido 90 deputados.

conta o levantamento popular que se faz atualmente com a indiferença do governo face à situação socioeconômica do país.

Retomando a referida análise, a nosso ver, a nova divisão política administrativa é uma estratégia do governo para adiar as eleições autárquicas que deviam ocorrer em 2020, segundo promessas do Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, em 2018, isto é, no segundo ano do seu primeiro mandato, dado que ele foi eleito em 2017 e reeleito em 2022 para um segundo mandato de 5 (cinco) anos respetivamente. No entanto, isto revela uma característica peculiar dos regimes totalitaristas, a não partilha do poder.

Para terminar esta parte, permitam-nos partilhar uma imagem que julgamos de per si, elucidatória da atual situação socioeconómica de Angola, um país potencialmente rico em recursos naturais...

Figura nº 04: Quadro degradante da vida social em Angola



Fonte: Facebook (autor desconhecido)

Ou seja, quando o apelo agora passou para colocar comida não envenenada no contentor de lixo (caçamba) para que pessoas (crianças, adolescentes, jovens e adultos) não morram, por ser uma fonte de alimentação para elas; chegamos ao “fundo do poço”!

Pode até parecer inacreditável, mas é a realidade de muitas famílias em Angola que veem o contentor de lixo como uma fonte de alimentação, o que provoca indignação, pois não é tolerável que em Angola enquanto um país potencialmente rico em recursos minerais, um dos maiores produtores e

exportador de petróleo de África e do mundo a maioria da população não tem as condições mínimas de sobrevivência.

1.3. Refletindo sobre o Ensino Superior em Angola: trajetória histórica e contexto atual

Nesta seção abordaremos sobre o ensino superior em Angola, desde a institucionalização do mesmo até a data atual, com realce para os aspectos históricos, sociais e funcionais.

Nesta conformidade, vale salientar que o ensino superior em Angola foi institucionalizado no período colonial, na década de 1960 (mil novecentos e sessenta), isto é, em 1962, um ano após o início da luta armada de libertação do jugo colonial.

Carvalho (2012, p.248) traz esta confirmação ao dizer que,

o ensino superior foi implantado em Angola (então colônia portuguesa) somente no ano de 1962, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola. A Igreja Católica tinha, porém, criado em 1958 o seu Seminário, com estudos superiores em Luanda e no Huambo. À criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola seguiu-se a criação de cursos nas cidades de Luanda (medicina, ciências e engenharias), Huambo (agronomia e veterinária) e Lubango (letras, geografia e pedagogia). Em 1968, os Estudos Gerais Universitários de Angola foram transformados em Universidade de Luanda, tendo em 1969 sido inaugurado o Hospital Universitário de Luanda.

Curiosamente, a Igreja Católica havia, entretanto, criado em 1962 o Instituto Pio XII, destinado à formação de Assistentes Sociais, que foi encerrado pelo governo em 1977 por questões políticas e, só foi reaberto agora batizado com o nome de Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP II) em 2005.

O Professor e Sociólogo diz ainda que, no período colonial, o acesso ao ensino superior destinava-se somente a quem integrava as camadas superiores da hierarquia social, podendo mesmo dizer-se que, nos primeiros anos de implantação em Angola, era difícil que alguém pertencente às camadas médias da hierarquia social tivesse acesso ao ensino superior. O local de nascimento, o local de residência e a posição social determinavam claramente o acesso a este nível de ensino, que reproduzia para as gerações seguintes a estratificação social da Angola colonial.

Com a Proclamação da Independência política de Angola, em 1975, foi criada a Universidade de Angola (em 1976), mantendo-se uma única instituição de ensino superior de âmbito nacional.

No ano de 1985, a Universidade de Angola passou a designar-se Universidade Agostinho Neto, que se manteve até 2009 como única instituição estatal de ensino superior no país. Neste ano, a Universidade Agostinho Neto (UAN) foi repartida em 7 (sete) universidades de âmbito regional, mantendo-se a UAN a funcionar em Luanda e na província do Bengo, enquanto as faculdades, institutos e escolas superiores localizados nas demais províncias passaram a ficar afetos às demais seis novas universidades estatais, designadamente:

Tabela n.º 01: Repartição da UAN em regiões académicas em 2009

Província	Universidade	Região
Luanda	Universidade Agostinho Neto (UAN)	Luanda e Bengo
Benguela	Universidade Katyavala Bwila	Benguela e Cuanza-Sul
Cabinda	Universidade 11 de Novembro	Cabinda e Zaire
Lunda Norte (Dundo)	Universidade Lueji-a-Nkonde	Luanda-Norte, Lunda-Sul e Malanje
Huambo	Universidade José Eduardo dos Santos	Huambo, Bié e Moxico
Huíla (Lubango)	Universidade Mandume ya Ndemofayo	Huíla, Cunene, Cuando-Cubango e Namibe
Uíge	Universidade Kimpa Vita	Uíge e Cuanza-Norte

Fonte: Síntese do autor através da bibliografia consultada

Como o quadro acima nos apresenta, até o ano de 2009, Angola possuía apenas uma única universidade pública, mas com suas unidades espalhadas em algumas cidades das diferentes províncias, que no mesmo ano em referência viriam a ser consagradas universidades, dividindo-as por regiões académicas, sendo Luanda e Bengo a primeira região académica e assim sucessivamente, conforme a ordem do quadro.

Segundo Carvalho (2012), até aquele momento, havia registro de sete universidades e nove institutos superiores estatais (estes últimos também autónomos). A primeira instituição privada de ensino superior em Angola foi a Universidade Católica de Angola, criada em 1992 e com funcionamento a partir de 1999. Seguiram-se uma série de outras instituições privadas de ensino

superior, havendo a registrar em 2011 a existência de 10 universidades privadas e 12 institutos superiores privados.

Com o processo de reorganização das instituições do ensino superior estatais ocorrido em 2020, encabeçado pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), através do Decreto Presidencial n.º 285/20, de 29 de outubro que extinguiu vários institutos e escolas superiores independentes que passaram a ser Unidades Orgânicas (UO) das distintas universidades recém-criadas, Angola que até 2020 tinha apenas 7, passou a contar com 11 (onze) universidades públicas, a saber:

- a) Universidade Agostinho Neto;
- b) Universidade Cuito Cuanavale;
- c) Universidade José Eduardo dos Santos;
- d) Universidade Katyavala Bwila;
- e) Universidade Kimpa Vita;
- f) Universidade de Luanda;
- g) Universidade Lueji a Nkonde;
- h) Universidade Mandume Ya Ndemufayo;
- i) Universidade do Namibe;
- j) Universidade 11 de Novembro; e,
- k) Universidade Rainha Njinga a Mbande.

Universidades e suas Unidades Orgânicas (UO)

Universidade Agostinho Neto

A Universidade Agostinho Neto com sede no Distrito Urbano da Cidade Universitária, na Província de Luanda, a primeira universidade de Angola conforme vimos acima, conta com 10 (dez) UO, espalhadas pelos distintos municípios da Província de Luanda, a saber:

- a) Faculdade de Ciências Naturais;
- b) Faculdade de Ciências Sociais;
- c) Faculdade de Direito;
- d) Faculdade de Economia;
- e) Faculdade de Engenharia;

- f) Faculdade de Humanidades;
- g) Faculdade de Medicina;
- h) Instituto de Ciências da Saúde;
- i) Instituto de Educação Física e Desportos; e,
- j) Escola de Hotelaria e Turismo.

Universidade Cuito Cuanavale

A Universidade Cuito Cuanavale Com sede na cidade de Menongue, então capital da Província do Cuando Cubango, atual capital da Província do Cuando, tem 2 (duas) UO, a saber:

- a) Instituto Politécnico;
- b) Escola Pedagógica.

Universidade José Eduardo dos Santos

A Universidade José Eduardo dos Santos com sede na cidade do Huambo, na Província do Huambo, conta com 7 (sete) UO, designadamente:

- a) Faculdade de Ciências Agrárias;
- b) Faculdade de Direito;
- c) Faculdade de Economia;
- d) Faculdade de Engenharia;
- e) Faculdade de Medicina;
- f) Faculdade de Medicina Veterinária; e,
- g) Instituto Politécnico.

Universidade Katyavala Bwila

A Universidade Katyavala Bwila com sede na cidade de Benguela, Província de Benguela, conta com 4 (quatro) UO, a saber:

- a) Faculdade de Direito;
- b) Faculdade de Economia;
- c) Faculdade de Medicina; e,
- d) Instituto Politécnico.

Universidade Kimpa Vita

A Universidade Kimpa Vita com sede na cidade do Uíge, Província do Uíge, conta com 3 (três) UO, designadamente:

- a) Faculdade de Direito;
- b) Faculdade de Medicina; e,
- c) Instituto Politécnico.

Universidade Lueji a Nkonde

A Universidade Lueji a Nkonde com sede na cidade do Dundo, na província da Lunda-Norte, conta com 4 (quatro) UO, em diferentes regiões, a saber:

- a) Faculdade de Direito – na cidade do Dundo, na Província da Lunda-Norte;
- b) Faculdade de Economia – na cidade do Dundo, na Província da Lunda-Norte;
- c) Instituto Politécnico – na cidade de Saurimo, na Província da Lunda-Sul; e,
- d) Escola Pedagógica – na cidade do Dundo, Província da Lunda-Norte.

Universidade Mandume Ya Ndemufayo

A Universidade Mandume Ya Ndemufayo com sede da cidade do Lubango, Província da Huíla, conta com 5 (cinco) UO, a saber:

- a) Faculdade de Direito;
- b) Faculdade de Economia;
- c) Faculdade de Medicina;
- d) Instituto Politécnico; e,
- e) Instituto Politécnico – na cidade de Ondjiva, Província do Cunene.

Universidade 11 de Novembro

A Universidade 11 de Novembro com sede na Cidade de Cabinda, Província de Cabinda, conta com 4 (quatro) UO, designadamente:

- a) Faculdade de Direito;
- b) Faculdade de Economia;

- c) Faculdade de Medicina; e,
- d) Instituto Politécnico.

Universidade do Namibe

A Universidade do Namibe com sede na cidade de Moçâmedes, Província do Namibe, conta com 4 (quatro) UO, a saber:

- a) Faculdade de Ciências Naturais;
- b) Faculdade de Ciências das Pescas;
- c) Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades; e,
- d) Faculdade de Engenharias e Tecnologias.

Universidade Rainha Njinga a Mbande

A Universidade Rainha Njinga a Mbande com sede na cidade de Malanje, Província de Malanje, conta com 3 (três) UO, a saber:

- a) Faculdade de Medicina;
- b) Instituto Politécnico; e,
- c) Instituto de Tecnologia Agro-Alimentar.

Universidade de Luanda

A Universidade de Luanda tem a sua sede na cidade de Luanda, Província de Lunda e conta com 4 (quatro) UO, designadamente:

- a) Faculdade de Artes;
- b) Faculdade de Serviço Social;
- c) Instituto de Tecnologias de Informação e Comunicação; e,
- d) Instituto Politécnico de Gestão, Logística e Transportes.

Além das Universidades públicas supracitadas, de acordo com o mesmo diploma legal, nos seus art.17.º e 19.º Angola ainda conta com 11 (onze) Institutos Superiores Autônomos e 4 (quatro) Escolas Superiores Autônomas.

Institutos Superiores Autônomos – art. 17.º

- a) Instituto Superior Politécnico do Bengo, na cidade de Caxito, Província do Bengo, antiga UO da Universidade Agostinho Neto;

- b) Instituto Superior de Ciências da Educação, na cidade de Benguela, Província de Benguela, antiga UO da Universidade Katyavala Bwila;
- c) Instituto Superior de Ciências da Educação, na cidade de Cabinda, Província de Cabinda, antiga UO da Universidade 11 de Novembro;
- d) Na Província do Cuanza Sul:
 - I. Instituto Superior de Ciências da Educação, na cidade do Sumbe, antiga UO da Universidade Katyavala Bwila;
 - II. Instituto Superior de Petróleos, na cidade do Sumbe;
 - III. Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul, na cidade do Sumbe.
- e) Instituto Superior de Ciências da Educação, na cidade do Huambo, Província do Huambo;
- f) Instituto Superior de Ciências da Educação, na cidade do Lubango, Província da Huíla;
- g) Instituto Superior de Ciências da Educação, na cidade de Luanda, Província de Luanda;
- h) Instituto Superior de Ciências da Educação, na cidade do Uíge, Província do Uíge;
- i) Instituto Superior Politécnico, na cidade do Soyo, Província do Zaire.

Escolas Superiores Autônomas – art. 19.º

A semelhança dos Institutos Superiores Autônomos, o país conta com 4 (quatro) Escolas Superiores Autônomas, designadamente:

- a) Escola Superior Pedagógica do Bengo, na cidade de Caxito, Província do Bengo;
- b) Escola Superior Pedagógica do Bié, na cidade do Cuito, Província do Bié;
- c) Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte, na cidade de Ndalatando, Província do Cuanza Norte; e a,
- d) Escola Superior de Ciências Sociais, Artes e Humanidades, na cidade de Mbanza Congo, Província do Zaire, antiga Escola Superior Politécnica da Universidade 11 de Novembro.

Vale lembrar que tanto os Institutos Superiores de Ciências da Educação quanto as Escolas Superiores Pedagógicas têm os cursos voltados a formação de professores/as das mais variadas áreas do saber e diferentes níveis, desde o pré-escolar, o ensino primário, secundário, bem como o ensino superior.

Com o surgimento da pandemia da covid-19, devido as medidas de restrição adotadas pelo governo (quarentena, cercas sanitárias, recolhimento obrigatório até as 22h), em 2020 os estudantes ficaram cerca de 7 (sete) meses sem ter aulas, o que provocou a alteração do calendário acadêmico, tanto do ensino fundamental quanto o do ensino superior.

O Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de março que revogou o n.º 81/20, de 25 de março, no qual foi decretado o primeiro *Estado de Emergência* no período da pandemia, definiu um conjunto de restrições à livre circulação das pessoas de modo geral, tendo sido interdita a livre circulação e a permanência de pessoas na via pública, de modo que todo mundo tinha a obrigação de cumprir com o recolhimento domiciliar obrigatório, com exceção de algumas situações pontuais que ficou definido no ponto 2 do art. 3.º, designadamente:

- a) Aquisição de bens e serviços essenciais; b) A prestação de serviços essenciais; c) O desempenho de tarefas e o exercício de atividades profissionais em funcionamento durante o período de vigência do Estado de Emergência; d) Obtenção de cuidados de saúde; e) Entrega de bens alimentares ou medicamentos ao domicílio; f) Assistência a pessoas vulneráveis; g) Participação em ações de voluntariado; h) Participação em atos públicos em instituições em funcionamento; i) Busca de serviços bancários; j) Acesso ao local de trabalho, nos casos aplicáveis; k) Retorno ao domicílio pessoal; l) Transporte de mercadorias.

Fora essas situações previstas nesse decreto, as pessoas deveriam ficar em casa como uma forma de evitarem a exposição ao vírus e como mecanismo de prevenção e controlo adotado pelo governo a exemplo do que era feito em outros países e fruto das especificidades do próprio vírus, que se podia transmitir por meio do contato direto com uma pessoa infectada (por exemplo, por meio de um aperto de mãos, toque nos olhos, nariz ou boca), ou o contato com objetos e superfícies contaminados.

Na mesma lei, foi também decretado o encerramento de algumas instituições públicas e privadas durante o período do estado de emergência, com a possibilidade de alguns trabalhadores ficarem sujeitos ao trabalho domiciliar (o teletrabalho), uma decisão que era da estrita competência de cada entidade empregadora, pública ou privada, a quem cabia, ainda, definir as modalidades do trabalho em domicílio, conforme o 11.º art.

De acordo com o ar. 15.º outra medida que afetou significativamente as pessoas e, mais especificamente a comunidade académica, foi o encerramento imediato dos estabelecimentos ou instituições de ensino, quer público quer privados, em todos os níveis de ensino do sistema nacional de educação, bem como os centros de formação profissional, públicos e privados. As aulas que para o ensino fundamental começavam em fevereiro passaram a começar em setembro e, do ensino superior que começavam em março passaram a começar no mês de outubro. Por conseguinte, passamos a ter o ano académico plurianual, no caso 2020/2021, 2021/2022 e assim por diante, até um dia talvez voltar a sofrer uma alteração por razões maiores.

Outro dado muito importante é que em 2020, através do Decreto Presidencial N.º 124/20, de 4 de maio, decreto que estabelece o preço dos emolumentos (propinas¹² e taxas de serviços) das instituições públicas de ensino superior, os estudantes do período regular (manhã e tarde) passaram a pagar uma mensalidade de 1.900,00 (mil e novecentos kwanzas) e os estudantes do período pós-laboral (noturno) continuam pagando 15.000,00 (quinze mil kwanzas), tendo se efetivado a partir do ano académico 2021/2022.

Tal medida contribuiu significativamente para o processo de evasão escolar, uma vez que a maioria dos jovens que ingressam às universidades públicas são pessoas com condição socioeconómica precária e, para além do transporte ainda tem de lutar para custear os materiais de apoio, trabalhos nas mais variadas unidades curriculares (UC) e/ou disciplinas, alimentação, vestuário, folhas de provas e, para piorar tem de pagar a mensalidade, por mais

¹² Propina ou mensalidade é o valor fixo que é pago mensalmente nas instituições de ensino privado, mas a partir do ano académico 2020/2021 o governo instituiu para o período regular das instituições públicas do ensino superior. Em Angola, o ensino superior no período noturno é considerado privado, daí que, desde a sua institucionalização é cobrado um valor de 15.000,00 (quinze mil kwanzas), correspondente a metade do valor médio da propina cobrada pelas instituições privadas de ensino superior.

baixo que seja o valor para os estudantes do período regular, há quem não tenha possibilidade e acaba desistindo.

Outra questão que não pode ser ignorada é que os estudantes trabalhadores (a maioria estuda no pós-laboral) muitas vezes encontram inúmeras dificuldades no serviço por causa das atividades obrigatórias da faculdade como é o caso de estágios curriculares, o que faz com que muitas vezes eles tenham de escolher entre trabalhar ou estudar, o que acaba pesando mais para o trabalho, tendo em conta que sem o mesmo ele não conseguiria sobreviver.

As bolsas de estudo interna atribuídas pelo Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudos (INAGBE)¹³, além de serem pouquíssimas, o critério de seleção é falho, uma vez que existem três critérios para atribuição de bolsas (ser estudante de mérito, estar matriculado num curso deficitário com preferência para STEM¹⁴ e vulnerabilidade socioeconómica), mas pelo fato de considerarem apenas a avaliação documental e o apuramento ser nacional, a partir do portal, sem entrevista com Assistentes Sociais para aferirem a condição socioeconómica de cada um/a, muitas vezes os mais necessitados acabam ficando sem a bolsa e aqueles que têm certas condições para a manutenção dos estudos acabam ganhando a bola.

Para fazer face a esta situação, sugerimos *a contratação de Assistentes Sociais para comporem as Seções de Apoio ao Estudante de cada Unidade Orgânica e os Departamentos de Apoio ao Estudante das Reitorias das Universidades* no sentido de serem estes/as profissionais os/as responsáveis para a seleção dos estudantes bolseiros/bolsistas a partir das suas unidades de ensino (faculdades e institutos), tendo em conta os critérios objetivos e subjetivos para a atribuição das bolsas de estudo.

Neste sentido, a nossa crítica vai no sentido de o Estado enquanto “uma pessoa de bem” deve garantir um ensino gratuito, inclusivo, democrático e de qualidade para que mais pessoas possam acessar, cultivar a cultura de estudar

¹³ O INAGBE é superintendido pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação que tem como missão a atribuição de bolsas a estudantes, tanto bolsas internas como externas, mas não tem representações provinciais (estaduais) nem municipais, tudo é feito a nível do órgão central.

¹⁴ Designação em inglês referentes aos cursos de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática.

e serem pessoas melhores, capazes de contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades, a bem da Nação, em particular e do mundo, no geral.

Se considerarmos que a maioria da população de Angola é jovem, de acordo com os dados do INE, tendo em conta a procura, o número de instituições públicas do ensino superior ainda é insignificante, o que faz com que muitos jovens e até adultos acorrem para as instituições privadas, que além de oferecer uma formação precarizada, extorque os estudantes com a cobrança de taxas muito altas de emolumentos (mensalidade e outros serviços), chegando até 3 (três) salário-mínimo nacional.

Tendo em conta o acima exposto, podemos dizer que Angola apesar de ter instituído o ensino superior em 1962, ainda tem muitos desafios que, com vontade política, já teriam sido ultrapassados, mas que ainda vamos a tempo de melhorar, tais como:

1. Aumentar o investimento no capital humano afetos ao subsistema do ensino superior (docentes, investigadores, funcionários administrativos) com formação contínua, através de atribuição de bolsa de estudos (internas ou externas);
2. Melhorar das condições de trabalho para os funcionários do subsistema do ensino superior, desde as infraestruturas, uma vez que falta de quase tudo, material gastável, internet, laboratórios, gabinetes condignos, biblioteca física e virtual;
3. Combater a mercantilização do ensino, sobretudo a nível das instituições privadas de ensino superior;
4. Combater o elevado número de reprovações, muitas vezes, injustas, pela falta de postura pedagógica de certos docentes que não reconhecem os/as estudantes como parceiros e futuros colegas;
5. Combater o assédio moral e sexual, que tem como principais vítimas estudantes mulheres;
6. Incentivar a publicação dos trabalhos produzidos por estudantes, docentes e investigadores, embora que nos últimos anos tem aumentado o número de periódicos no país, ainda assim, são poucos e para piorar, poucos/as autores publicam, tanto por falta de incentivo quanto por falta de cultura;

7. Implementação de mecanismos de transparência na gestão das instituições de ensino superior, de modo a que todas as pessoas que compõem a comunidade académica participem de forma democrática nas tomadas de decisões sobre os assuntos que dizem respeito a própria instituição e não somente um grupo pertencente aos órgãos colegiados; a publicação dos relatórios de execução financeira nos canais acessíveis, como sites, vitrines;
8. Contrata de Assistentes Sociais e Psicólogos para o atendimento aos estudantes e servidores de e em cada UO, instituindo desse modo o Gabinete de Apoio Psicossocial que deve ser chefiado por Assistente Social;
9. Maior valorização de docentes e investigadores com idade da reforma, para que mesmo após a aposentadoria, caso desejem, continuem a servir a universidade;
10. Alterar o modelo de eleição dos órgãos singulares das universidades e UO que conferem este papel ao Conselho Geral e a Assembleia Geral, para que toda a comunidade académica possa votar, pois se é mais fácil comprar o voto de um grupo restrito que compõem o Conselho Geral e ou a Assembleia Geral, é impossível comprar o voto de todos os docentes, investigadores, funcionários administrativos e estudantes. O que tornaria o processo mais democrático, transparente, inclusivo e competitivo.

1.4. Serviço Social e Estágio Supervisionado em Serviço Social: concepções fundantes

Ao fazer uma discussão teórica sobre o estágio supervisionado facilmente se entende que ele constitui um momento singular e único na vida do/a estagiário/a, que tem a possibilidade de estar inserido/a num ambiente real de trabalho, mantendo contacto direto com os/as destinatários/as da sua intervenção (usuários/as) e tem a possibilidade de colocar em prática os conhecimentos que vem sendo adquiridos ao longo da formação.

Assim sendo, vale enfatizar o conceito de estágio apresentado por Buriolla (2011, p.13), segundo o qual,

o estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário,

tendo em vista a sua formação. É o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica.

Na mesma perspectiva, para Brun e Santos (2019) o estágio supervisionado em Serviço Social é o momento do curso em que o/a estudante se aproxima de forma sistemática e estruturada da realidade social e acompanha a intervenção do/a Assistente Social em diversos espaços sócio-ocupacionais.

Visto desta forma, percebe-se que o estágio supervisionado se configura como um momento crucial para a construção da identidade profissional do estudante, permitindo-lhe tomar a decisão de atuar na área ou não, uma vez que o estudante tem um contato com a realidade social dos mais variados campos de estágio, ajudando-lhe a perceber os desafios que terá de enfrentar futuramente enquanto Assistente Social e, acima de tudo, permite que coloque em prática todo o conhecimento teórico que adquiriu na academia (Augusto e Oliveira, 2025).

Outro elemento fundamental no processo de estágio é o/a estagiário/a, considerado um sujeito que está em processo de formação, e que tem a oportunidade de colocar em prática no campo de estágio todo o conhecimento que adquiriu na academia e dessa forma perceber os desafios que terá de enfrentar enquanto profissional e a definição da sua identidade profissional. Assim, dentre as concepções de estagiário, trazemos aqui aquela que é apresentada pela Política Nacional de Estágio brasileira (PNE), segundo a qual o/a estagiário/a é o

[...] sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social (ABEPSS, 2009, p.20)

O documento expressa aquelas que são as responsabilidades do/a estagiário/a enquanto elemento-chave ou o centro do processo de estágio, para que a sua formação tenha solidez. Por sua vez, Buriolla (2011) define o estagiário como sendo o principal agente do processo de ensino-aprendizagem, alguém que na perspectiva da autora aprende, mas também ensina.

Trata-se na visão da autora de uma pessoa em situação de aprendizagem e que deve ser percebida em sua globalidade, dito de outro modo, o/a estudante é alguém em processo de formação profissional e como um todo deve ser considerado, ou seja, visto como sujeito do seu próprio processo de desenvolvimento e não um mero objeto.

A autora faz ainda menção sobre a necessidade de considerar, identificar e compreender o contexto concreto da realidade social na qual ele/a está inserido/a, desde a realidade mais ampla até a sua trajetória histórico pessoal. Por fim, tem-se o/a Assistente Social que é profissional formado/a em Serviço Social e trabalha arduamente no âmbito da mediação das expressões da questão social.

Para Yamamoto (*apud* Castro, 2009) o Assistente Social é o profissional que atua na produção e reprodução da vida material e social a partir de sua inserção em processos de trabalho, que se organizam conforme as exigências econômicas e sociopolíticas da sociedade capitalista, e tem por compromisso decifrar a realidade e construir propostas de trabalho que sejam capazes de preservar e efetivar direitos.

Neste conceito, está expresso a visão da autora quanto a origem da profissão, ou seja, como uma profissão que se insere dentro do sistema capitalista, da relação entre o capital e o trabalho, o/a Assistente Social enquanto trabalhador/a assalariado/a; daí vende a sua força de trabalho para atender os desígnios do capital, na medida em que precisa conhecer os problemas que este sistema cria na realidade em que o/a profissional está inserido no intuito de buscar as respostas acertadas e que devem culminar não apenas na garantia de direitos, mas sobretudo na sua efetivação.

Na mesma direção, para Sousa (2008), o Assistente Social assume uma posição singular no mercado de trabalho, uma vez que intervém diretamente na vida dos grupos sociais mais desfavorecidos. Desta forma, compreende-se que o Assistente Social é o profissional que direciona a sua intervenção para a produção de mudanças nos contextos de vida das populações em situação de desproteção social.

Neste sentido, parafraseando o pensamento de um/a autor/a desconhecido/a, *“a realidade não é branca nem preta, tem sempre um tom cinza”* ressaltamos que, pese embora a tudo o que foi dito do ponto de vista ideal, sobre

o estágio supervisionado, o caso de Angola e, mais concretamente, da Faculdade de Serviço Social é um caso à parte. Daí a necessidade desta realidade ser estudada e aprofundada para que depois seja partilhada de modo que a instituição possa corrigir suas estratégias e, desta forma, cumprir cabalmente suas responsabilidades no que tange a formação de qualidade dos/as futuros/as Assistentes Sociais.

De acordo com a literatura consultada e como ficou expresso na abordagem feita anteriormente, existem três figuras protagonistas nesse processo de estágio que são: supervisor/a acadêmico/a, supervisor/a de campo e estagiário/a. No caso do/a supervisor/a acadêmico/a e de campo, normalmente¹⁵ deve ser um/a profissional de Serviço Social, ou seja, um/a Assistente Social devidamente registado em seu conselho de categoria, para o caso de Angola, na Associação dos Assistentes Sociais (AAS-Angola), mas que não acontece ainda, por várias razões.

Quanto à dimensão interventiva do/a supervisor/a de campo e do/a acadêmico/a vale dizer que, em Serviço Social, a supervisão de estágio compreende essas duas dimensões de acompanhamento e orientação profissional do/a estagiário/a, como ressalta Oliveira (2004, p.67), segundo a qual:

nas dimensões interventivas da profissão do Assistente Social, um dos grandes desafios é descodificar a realidade social e suas múltiplas manifestações, em que o conhecimento da complexidade da questão social e de suas diferentes expressões ocorre através de aproximações sucessivas, numa abordagem dialética. Nesta perspectiva, o estágio supervisionado adquire um peso privilegiado no processo de formação profissional do estudante do curso de Serviço Social, podendo oportunizar não somente aproximações no processo de capacitação teórico-metodológica para o exercício profissional, mas também o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social.

A autora aponta os aspectos que são desafiantes no processo de intervenção que residem no conhecimento da realidade social em que o estagiário está inserido, bem como as múltiplas manifestações da questão social que constituem objeto de trabalho dos profissionais de Serviço Social, cuja compreensão depende de uma visão crítica.

¹⁵ No Brasil, por exemplo, é uma obrigatoriedade prevista em lei, mas em Angola ainda não é.

A supervisão acadêmica é compreendida como uma prática docente e, portanto, sob responsabilidade de docentes integrantes do quadro funcional do curso de Serviço Social da Instituição de Ensino Superior (IES) formadora.

Como supervisor/a acadêmico/a, o/a docente é responsável pela reflexão dos fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo das questões pertinentes ao exercício profissional no cotidiano, emergente da realidade social e dos seus desdobramentos.

Dentre as competências que o/a mesmo/a deve possuir destacam-se as seguintes: acompanhar o desempenho do/a estagiário/a, de acordo com o plano de estágio; identificar as carências teórico-metodológicas e técnico-operativas do/a estagiário/a e contribuir para sua superação, desenvolvendo um exercício reflexivo sobre o seu processo de formação profissional, assente na relação teoria-prática.

Segundo a PNE do Brasil ao supervisor acadêmico:

[...] Compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o/a supervisor/a de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas, e técnico-operativas da profissão em conformidade com o plano de estágio (ABEPSS, 2009, p.20).

O pensamento expresso acima ilustra quais são as responsabilidades do/a supervisor/a acadêmico/a. Já o/a supervisor/a de campo tem grande contribuição na socialização com o/a estagiário/a dos conhecimentos específicos da área em que é desenvolvido o trabalho profissional. Ambos/as devem ter uma ação integrada, em que possam discutir a fundamentação teórico-metodológica, a capacitação técnico-operativa e a dimensão ético-política do trabalho profissional que orienta o processo de formação do/a estudante do curso de Serviço Social.

Segundo a PNE ao/a supervisor/a de campo “cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio”, e para conseguir isso deve “garantir um diálogo permanente com o/a supervisor/a acadêmico/a, no processo de supervisão” (ABEPSS, 2009, p.21).

Pese embora o exposto, a realidade da Faculdade de Serviço Social é completamente diferente, pois pela insuficiência de docentes formados/as na área, recorre-se a outros que não são formados/as em Serviço Social para

orientarem os estágios, e, pior ainda se dá com os orientadores/as de campo que na maioria das vezes não passam de “meros fiscais” por não entenderem quase nada das atribuições dos/as estagiários/as nos respectivos campos sócio-ocupacionais.

Ressalta-se que a compreensão dos diferentes papéis se torna fundamental para o necessário desenvolvimento do estágio curricular supervisionado em Serviço Social, evitando-se equívocos que comprometam a efetivação da referida atividade.

Neste caso, compete ao/à estagiário/a desenvolver o conjunto de atividades constantes do seu plano de estágio, observando os princípios que orientam o exercício da profissão. Tem ainda o papel importante no campo de estágio, de contribuir para o processo de “oxigenação” da ação profissional do/a Assistente Social, na medida em que apresenta questionamentos do trabalho realizado e possibilidades de enfrentamento às situações vivenciadas no cotidiano profissional.

Outro papel fundamental do estagiário é a sua participação ativa nos processos de supervisão acadêmica e de campo, assumindo efetivamente a condição de sujeito do seu processo de formação profissional, ou seja, de protagonista e não de sujeito passivo.

Para Buriolla (1996), a supervisão requer um profissional que tenha competência e domínio das particularidades e habilidades inerentes à ação supervisora. Ela destaca alguns aspectos essenciais para a concretização do papel do supervisor como a competência e a pessoa do supervisor, as condições de trabalho, a concepção de mundo do profissional e a execução de ações selecionadas e prioritárias.

O estágio supervisionado é uma atividade curricular de capacitação dos/as estudantes de Serviço Social, de aprimoramento e qualificação de Assistentes Sociais que, compreendem as suas nuances e interfaces do processo, propõem para o/a estagiário/a, o encontro com a prática profissional, aliada às atividades de extensão universitária, em que os/as estudantes são introduzidos na intervenção comunitária com o devido acompanhamento do supervisor, não somente como mais uma tarefa ou algo necessário para a formação de novos/as profissionais, mas como um momento ímpar de fortalecimento dos propósitos ético, político e filosófico da profissão.

Neste sentido, a ação sobretudo dos/as supervisores/as de estágios, tanto acadêmico/a quanto de campo visa moldar, aprimorar, polir o futuro colega de profissão e quando esse papel é feito por outros profissionais coloca em causa a competência e a legitimidade deste futuro profissional, pois se um/a estudante de medicina não deve ser orientado por um engenheiro de construção civil, o mais certo é que um/a estudante de Serviço Social seja orientado por Assistentes Sociais, afinal é a continuidade e evolução da profissão que está em causa.

Nossa luta é por um sistema de formação que valorize a qualidade, o rigor e a eficiência, por isso, não se pode falar de formação profissional de qualidade para estudantes de Serviço Social, tendo no quadro de supervisores/as docentes e técnicos que não sejam Assistentes Sociais.

CAPÍTULO II – UNIVERSIDADE DE LUANDA - UNILUANDA E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSS

2.1. Apresentando a UniLuanda: palco da pesquisa

Na presente seção faz-se a caracterização da Universidade de Luanda, bem como as suas quatro (4) Unidades Orgânicas (UO), com maior ênfase para a Faculdade de Serviço Social, partindo do seu contexto histórico, localização, inauguração assim como do seu contexto funcional no que concerne a missão e as atribuições. Portanto, trata-se de uma seção que ajuda a ter-se uma ideia global sobre a UniLuanda, quer a nível da sua estrutura como do seu funcionamento.

A Universidade de Luanda (UniLuanda), foi criada através do Decreto Presidencial n.º 285/20, de 29 de outubro, como uma instituição de natureza pública, enquadrada como um Instituto Público com autonomia e gestão própria, nos termos do seu Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 281/21, de 1 de dezembro.

Em função do estatuído no artigo 16º do Decreto Presidencial nº 285/20, de 29 de Outubro, que reorganiza a Rede de Instituições de Ensino Superior Público de Angola, com a criação da Universidade de Luanda, foram extintos cinco Institutos Superiores autónomos, sendo quatro entes públicos, a saber: Instituto Superior de Artes (ISART), Instituto Superior de Serviço Social (ISSS) e Instituto de Tecnologia de Informação e Comunicação (ISUTIC) e o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI); e um ente de natureza público-privado, o Instituto Superior de Gestão, Logística e Transportes (ISGEST).

De um modo breve, pode-se aqui descrever o processo de criação de cada instituto extinto.

Instituições Extintas

Instituto Superior de Artes (ISART)

Foi criado pelo Decreto Presidencial nº 7/09, de 12 de maio, ofereceu até momento da sua extinção 4 cursos de graduação (Artes visuais, Design de

Moda, Música e Teatro), tendo graduado 58 estudantes. Na ocasião, contou com 48 funcionários, sendo 21 administrativos, 27 docentes e um total de 363 estudantes.

Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)

Foi criado pelo Decreto Presidencial nº 7/09, de 12 de maio, ofereceu até o momento da sua extinção 2 cursos de graduação (Educação de Infância e Serviço Social), tendo graduado 730 estudantes. Na ocasião, contou com 82 funcionários, sendo 36 administrativos, 46 docentes, 0 investigadores e um total de 11.899 estudantes.

Instituto de Tecnologia de Informação e Comunicação (ISUTIC)

Foi criado pelo Decreto Presidencial nº 7/09, de 12 de maio, ofereceu até o momento da sua extinção 2 cursos de graduação (Engenharia Informática e Engenharia de Telecomunicações), tendo graduado 135 estudantes. Na ocasião, contou com 63 funcionários, sendo 19 administrativos, 44 docentes e um total de 1.147 estudantes.

Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI)

Foi criado pelo Decreto Executivo nº 28/02, de 16 de julho do Ministério da Educação e Cultura e posteriormente recriado através do Decreto Presidencial nº 288/17, de 27 de setembro, o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI). Ofertou até o momento da sua extinção apenas um curso de graduação em Relações Internacionais e foram graduados 447 estudantes. Na ocasião, contou com 45 funcionários, sendo 13 administrativos e 32 docentes, passaram para a UniLuanda, 25 docentes e 1 funcionário administrativo. Registava na ocasião um total de 749 estudantes.

Instituto Superior de Gestão, Logística e Transportes (ISGEST)

Foi criado pelo Decreto Presidencial nº 38/16, de 24 de março. Ofereceu até o momento da sua extinção 8 cursos de graduação (Contabilidade, Engenharia Informática, Engenharia Mecatrónica, Engenharia de Transportes, Gestão, Gestão Aeronáutica, Gestão Logística e Transportes e Informática de Gestão), não tendo graduado até então nenhum estudante. Na ocasião, contou

com 104 funcionários, sendo 45 administrativos, 59 docentes e um total de 1.199 estudantes.

Assim, da extinção surgiram Quatro Unidades Orgânicas (UO), nomeadamente: Faculdade de Artes (FaArtes), Faculdade de Serviço Social (FSS), Instituto de Tecnologias de Informação e Comunicação (INSTIC) e o Instituto Politécnico de Gestão, Logística e Transportes (IPGEST).

2.1.2. Percurso histórico

Com a criação da Universidade de Luanda, foi nomeada uma Comissão Instaladora através do Despacho n.º 226/20 de 30 de Novembro, constituída pelos seguintes docentes: Alberto Maba Chocolate (Coordenador), Lulenga Mambo (Coordenador Adjunto para os Assuntos Académicos), e Laurindo Vieira (Coordenador Adjunto para os Assuntos Científicos e Pós-Graduação). Mediante esta Comissão, foram nomeadas as Comissões de Gestão das quatro Unidades Orgânicas, nomeadamente, a Faculdade de Artes, a Faculdade de Serviço Social, o Instituto de Tecnologias de Informação e Comunicação e o Instituto Politécnico de Gestão, Logística e Transportes, através do Despacho n.º 284/20 de 24 de Dezembro (UniLuanda, 2025).

Após a aprovação do Estatuto Orgânico da UniLuanda, através do Decreto Presidencial n.º 281/21, de 1 de dezembro e do Regulamento Eleitoral da UniLuanda pelo Decreto Executivo n.º 74/22 de 3 de fevereiro. Em março de 2022, ocorreu o fim da comissão de serviço do Coordenador da Comissão Instaladora, o Professor Doutor Alberto Maba Chocolate, tendo sido substituído em regime de acumulação de funções pelo Coordenador Adjunto para os Assuntos Científicos e Pós-graduação, o Professor Laurindo Vieira, mediante o Despacho n.º 52/2022, de 17 de março, da Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. O ápice do processo de instalação era a posse do primeiro Reitor da UniLuanda. Porém, o percurso até lá, passava pela eleição dos Órgãos Colegiais, de forma específica o Conselho Geral, para que este pudesse conduzir e eleger o órgão singular de Gestão – o Reitor (UniLuanda, 2025).

A eleição dos membros do Conselho Geral ocorreu no dia 29 de abril de 2022. Porém, a tomada de posse aconteceu somente no dia 24 de maio, um

atraso de quase um mês em função das ações dilatórias antidemocráticas para impedirem o prosseguimento do processo eleitoral na instituição. Depois de várias tentativas para inviabilizar o processo, finalmente os membros do Conselho Geral tomaram posse no dia 24 de maio e nesta data elegeu-se a Primeira Mesa do Órgão Colegial, tendo como Presidente a Professora Doutora Juliana Lando Canga, e como Secretário o funcionário administrativo Adão Joaquim Manuel José. Constituída a Comissão Eleitoral, esta teve de ter uma alteração na sua liderança, por impedimento da Presidente¹⁶, nos termos da lei. O processo eleitoral foi conduzido pelo Vice-Presidente eleito para o Conselho Geral, o Professor Doutor, Simão João Samba (Professor Associado) que assumiu a liderança dos trabalhos da Comissão Eleitoral até o empossamento do Reitor (UniLuanda, 2025).

Aos 4 de julho de 2022, ocorreu a eleição do Reitor e a Tomada de Posse teve lugar no dia 26 de julho e testemunhada em representação da Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, pelo Secretário de Estado para o Ensino Superior, Professor Doutor Eugénio Adolfo Alves da Silva. Um fato digno de registo, é o de que, com a homologação do Reitor eleito, o Professor Catedrático, Alfredo Gabriel Buza, a Professora Doutora Juliana Lando Canga Buza teve de renunciar em definitivo ao cargo de Presidente do Conselho Geral, sendo o Reitor empossado pelo Vice-Presidente do Órgão Colegial, e o mesmo órgão atribuído à Professora Doutora Juliana Lando Canga Buza, a distinção de Presidente Emérita (UniLuanda, 2025).

É nestas condições que a Gestão 2022 – 2027 deu início à sua empreitada, e que a cada dia vai construindo este edifício denominado UniLuanda. Deste modo, a UniLuanda possui cinco anos de criação, sendo atualmente composta por 4 Unidades Orgânicas que oferecem um total de 16 cursos de graduação e 3 de Mestrado, considerando que o curso de Engenharia Informática possui uma oferta formativa duplicada em duas UO. No cômputo geral; a UniLuanda totaliza 5.002 estudantes distribuídos em dois

¹⁶ O impedimento da presidente eleita do Conselho Geral da UniLuanda e, conseqüentemente, presidente da Comissão Eleitoral deveu-se ao fato do seu esposo candidatar-se ao cargo de órgão singular de gestão da mesma instituição (Reitor), por se configurar no “conflito de interesse” conforme legislação aplicável. Vide em: <https://uniluanda.ao/nossa-historia/> acesso em: 05 de mai. 2025

períodos (regular e pós-laboral) contra os 4.303 matriculados ante a posse do Magnífico Reitor.

2.2. Contexto Histórico e Funcional da Faculdade de Serviço Social

Inaugurado pelo então Presidente da República de Angola, Eng.º José Eduardo dos Santos a 11 de dezembro de 2008, a criação do então Instituto Superior de Serviço Social (ISSS) teve como finalidade contribuir para o aumento e melhoria dos serviços prestados no âmbito da assistência social e educação de infância em Angola. O início do seu funcionamento ocorreu em 2010, com os cursos de Serviço Social e Educação de Infância. Sendo que, Psicologia Social e Educação Especial Faziam ainda parte da proposta de cursos a serem implementados na instituição.

Deste modo, a Faculdade de Serviço Social (FSS), surge da extinção do Instituto Superior de Serviço Social (ISSS), que foi criado pelo Decreto Presidencial nº 7/09, de 12 de maio, ofereceu até o momento da sua extinção 2 cursos de graduação (Educação de Infância e Serviço Social), tendo graduado 730 estudantes. Na ocasião, contou com 82 funcionários, sendo 31 administrativos, 45 docentes, 6 investigadores e um total de 11.899 estudantes.

Com o surgimento da Universidade de Luanda (UniLuanda), criada através do Decreto Presidencial n.º 285/20, de 29 de outubro, como uma instituição de natureza pública, enquadrada como um Instituto Público com autonomia e gestão própria, nos termos do seu Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 281/21, de 1 de dezembro. Em função do estatuído no artigo 16º do Decreto Presidencial nº 285/20, de 29 de outubro, que reorganiza a Rede de Instituições de Ensino Superior Público de Angola, com a criação da Universidade de Luanda, conforme já referido anteriormente.

Com esta extinção do Instituto Superior de Serviço Social (ISSS), surge a Faculdade de Serviço Social como uma das Unidades Orgânicas da UniLuanda, conforme estatuído no artigo 9º do Decreto Presidencial n.º 281/21, de 1 de dezembro.

Localizada na Avenida Fidel de Castro Ruz (via expressa), com uma área de 29 mil metros quadrados, apresenta uma capacidade para atender cerca de

600 estudantes. Atualmente, a Faculdade de Serviço Social é gerida por um Decano e seus adjuntos sendo um para área acadêmica e outra para área científica e pós-graduação.

Atualmente a Faculdade de Serviço Social da UniLuanda oferece três cursos de graduação, mormente: Serviço Social, Relações Internacionais e Educação de Infância, estando este último em descontinuidade no âmbito do processo de harmonização curricular que confere os cursos de educação aos Institutos Superiores de Educação e às Escolas Superiores Pedagógicas. Oferece também um curso de mestrado em Intervenção Educativa e Social na Infância que já graduou a primeira turma em julho de 2025.

2.2.1. O Processo de Organização dos Estágios na Faculdade de Serviço Social – UniLuanda

O processo de estágios em Serviço Social na Faculdade de Serviço Social compreende três fases, nomeadamente: primeiro, planificação, que envolve o processo de negociação e formalização do protocolo de cooperação no âmbito de estágios com os campos sócio-ocupacionais ou também designados campos de estágios (assinatura de protocolo); e em segundo, a distribuição de supervisores/as académicos/as e dos/as respetivos/as estagiários/as; terceiro, avaliação do processo de estágios.

Assim sendo, o processo começa com a planificação dos estágios por parte do DEI de Serviço Social. Terminada a planificação por parte do Departamento supracitado, começam as negociações com os campos sócio-ocupacionais ou campos de estágio, tanto aqueles com os quais a UniLuanda já tenha o protocolo firmado no âmbito dos estágios, bem como os novos campos abertos, com o envio da documentação para formalizar o acordo com o referido campo para que este receba os estagiários e possa indicar um técnico local para que possa supervisionar os mesmos durante o período de vigência do estágio.

Depois da formalização e concertação com os campos de estágio o DEI de Serviço Social trata de selecionar e distribuir quer os Orientadores Académicos, bem como os estudantes nos respetivos campos de estágios, nessa fase, infelizmente mais uma vez, não fica claro quais os critérios usados pelo departamento para selecionar quer os Orientadores como os estudantes para

um determinado campo de estágio. Além do fato de que muitos estudantes chegam aos campos indicados pelo DEI-SS sem o acompanhamento dos/as supervisores/as académicos/as e como se não bastasse, ao chegarem em tais campos de estágio são informados/as que a Faculdade não formalizou o processo de estágios, obrigando os/as estudantes a regressarem à Faculdade.

Tais cenários inadmissíveis acontecem muitas vezes pelo incumprimento do papel do DEI-SS por não formalizar o processo de estágios junto das instituições parceiras, por um lado, por outro, pela negligência dos/as supervisores/as académicos/as que devem fazer a inserção dos/as estagiários/as nos respetivos campos sócio-ocupacionais.

Finalizada a distribuição, o departamento faz um acompanhamento do processo de estágio, por meio de alguns relatórios produzidos pelos/as supervisores/as académicos/as, que em princípio devem apresentar relatórios mensais e um relatório final ao terminar o estágio, onde o/a mesmo/a analisa o desempenho dos/as estudantes, faz uma descrição das atividades que foram desenvolvidas durante todo aquele período, e o mesmo deve ser acompanhado de uma pauta com a classificação final tendo em conta o desempenho de cada estudante, e é nessa fase que termina o estágio em Serviço Social.

2.2.2. Avanços e recuos no processo de supervisão dos estágios supervisionados na FSS – UniLuanda

Volvidos 15 (quinze) anos de formação de Assistentes Sociais, tendo em conta que a instituição recebeu os primeiros estudantes em 2010, como já foi citado anteriormente, apesar de alguns avanços alcançados, os recuos registrados deixam qualquer profissional minimamente atento/a à profissão preocupado/a. Nesta perspectiva, podemos apontar os seguintes avanços alcançados nestes quinze anos:

a) contratação de Assistentes Sociais como supervisores/as académicos/as de estágios;

b) inserção de estagiários/as em campos sócio-ocupacionais que tenham Assistentes Sociais como supervisores de campo, como são os casos dos Hospitais Josina Machel (vulgo Maria Pia), Hospital Pediátrico David Bernardino,

Hospital Geral de Luanda, Lar Kuzola (centro de acolhimento à crianças na rua), Instituto de Desenvolvimento Local (FAS-IDL), entre outros;

c) seminários de preparação para o estágio voltados aos/às supervisores/as académicos/as (quer docentes Assistentes Sociais como não Assistentes Sociais que orientam estágios);

d) Inserção de algumas estudantes em campos de estágio fora de Luanda; entre outros.

Lamentavelmente, na contrabalança, os recuos registrados nestes quinze anos são enormes, senão, vejamos:

- a) A falta de manutenção dos campos de estágios, por exemplo, de acordo com o atual chefe do DEI de Serviço Social¹⁷, até ao dia 16 de maio de 2025, apenas os estudantes do 3.º e 4º ano estavam inseridos nos campos de estágios, deixando de parte os estudantes do 1.º e 2.º ano, por falta de campo de estágios. No entanto, o problema é bem maior, a falta de planificação do processo de estágio, cuja preparação deve ter início no primeiro semestre originou tudo isso;
- b) Docentes não Assistentes Sociais atuando como supervisores académicos de estágio supervisionado, é incrível como nestes quinze anos de formação de Assistentes Sociais não fomos capazes de perceber que a supervisão académica de estudantes de Serviço Social deve ser uma exclusividade de docentes Assistentes Sociais, ou colaboradores formados na área;
- c) O incumprimento no pagamento de subsídio de supervisão de estágio aos supervisores académicos, o que faz com que muitos deles não cumpram com o seu papel de supervisor/a, deixando os estudantes a sua mercê;
- d) A superexploração de estagiários nos respectivos campos por falta de supervisores/as de campo Assistentes Sociais na maioria dos campos de estágio, o que faz com que estes, desempenhem um papel que não

¹⁷ Segundo o atual chefe do DEI de Serviço Social, que é Assistente Social, tal incidência deveu-se ao fato do anterior chefe do respetivo DEI (Sociólogo), não ter criado as condições para a realização do estágio ainda no primeiro semestre.

lhes compete, uma vez que não passam de aprendizes com o perfil profissional em construção;

- e) A concentração de estagiários/as na capital, uma vez que já tivemos boas experiências de estudantes que fizeram estágios supervisionados em algumas províncias do interior e foram bem acolhidos/as, destacaram-se e deixaram uma boa impressão da profissão, mas esse processo infelizmente não foi consolidado;
- f) A descontinuação dos seminários de preparação de estágios, que era um momento de troca, onde docentes de serviço social partilhavam saberes sobre estágio supervisionado com outros docentes e até mesmo estudantes, mas hoje já não temos isso;
- g) Incumprimento no quesito inserção de estagiários/as nos respetivos campos, ainda se registram casos de estudantes que são enviados aos campos de estágios sem o acompanhamento do supervisor académico, pior é que, às vezes quando estes chegam a tais campos, são rejeitados porque supostamente a instituição de ensino não formalizou protocolo de estágio, mediante a assinatura do memorando, o que é uma vergonha para todos/as nós.

Assim sendo, apesar dos avanços já alcançados, muito trabalho ainda precisa ser feito para superar os recuos que veem se registrando ao longo dos anos, no entanto, demanda esforços conjugados entre os docentes do DEI-SS e os órgãos de gestão, sob pena deste cenário agudizar-se cada vez mais.

2.2.3. Espaços sócio-ocupacionais de realização de estágio supervisionado em Serviço Social em Angola – UniLuanda

Espaço sócio-ocupacional ou simplesmente campo de estágio é o espaço físico (instituição, mercado, comunidade etc.) onde o/a estagiário/a é inserido enquanto aprendiz para o exercício das atribuições que lhe são conferidas com base no regulamento de estágio de sua unidade de ensino. Tal exercício é feito com base na articulação entre o/a supervisor/a académico e de campo.

Assim sendo, de acordo com a pesquisa, os principais espaços sócio-ocupacionais de realização de estágio em Angola, particularmente para estagiários/as da Faculdade de Serviço Social da UniLuanda destacam-se nas

áreas da saúde, educação, comunidade (rural, urbana, mercados informais), proteção social (FAS-IDL), serviços penitenciários, conforme o quadro abaixo.

Tabela n.º 02: Síntese dos atuais campos de estágio da FSS

Campo de estágio	Área	Natureza da instituição	Superintendência	Tipo de estágio
Instituto de Desenvolvimento Local (FAS-IDL)	Assistência Social	Instituto Pública	Ministério da Administração do Território (MAT)	-Estágios supervisionados; -Estágio profissional.
Escolas do ensino geral	Educação	Escolas públicas; Escolas participadas.	Ministério da Educação (MED)	Estágios Supervisionados.
Hospitais do I, II e III níveis	Saúde	Instituição Pública	Ministério da Saúde (MINSA)	Estágios Supervisionados.
Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)	Desenvolvimento Comunitário	ONG	Sociedade Civil	Estágios Supervisionados.
Comunidades (bairros periféricos, mercados informais)	Comunidade	Pública	Administrações Municipais	Observatório Social; Estágios Supervisionados.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

Como pode-se observar na tabela, os principais campos de estágios dos/as estudantes da FSS da UniLuanda, vale salientar que, dentre eles, a área da saúde é que mais acolhe estagiários/as e felizmente é a área que tem atualmente o maior número de Assistentes Sociais contratados/as nos últimos três anos.

Isto é um sinal positivo na medida em que a contratação de mais Assistentes Sociais possibilitará a melhoria no processo de supervisão de campo, uma vez que os/as estagiários/as poderão ser acompanhados por profissionais da área.

Nesta perspectiva, vale salientar de antemão, que o processo de supervisão de estágio em Serviço Social requer a compreensão de elementos fundamentais como o perfil do/a supervisor/a, os espaços de realização, a inserção e a avaliação dos/as estagiários. O/a supervisor/a de estágio em

Serviço Social, também conhecido/a, no nosso contexto, como “orientador/a” é um representante institucional, que está subordinado/a ao processo decisório, trazendo consigo a cultura institucional da instituição a que pertence, bem como os fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão.

O/a supervisor/a acadêmico e/ou institucional atua em coordenação com o/a supervisor/a de campo que, regra geral, deve tratar-se, também, de um/a profissional com experiência na área de formação do/a estagiário/a, enquanto Assistente Social, que atua em coordenação com o/a supervisor/a de campo. Porém, ambos/as atuam no espaço profissional que “é um espaço de luta, configurado na articulação política de sua organização, consciência, conhecimento e ação” (Buriolla, 2001), com o objetivo único de fortalecer a prática profissional na instituição, direcionando-as aos princípios éticos e políticos da profissão.

Segundo ABEPSS, o estágio supervisionado constitui:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade de campo. (ABEPSS, 2009, p. 101).

Normalmente, o estágio em Serviço Social realiza-se em diferentes espaços ou campos sócio-ocupacionais, com uma intervenção planejada e supervisionada por um/a supervisor/a indicado/a para o efeito. Desse modo, os estágios ocorrem em instituições de ensino e formação como escolas, hospitais, empresas públicas e privadas, estabelecimentos prisionais, centros de acolhimento e aconselhamento, lares de idosos/as, governos provinciais, administrações municipais, comunais e distritais, organizações não governamentais (ONG) e da sociedade civil (OSC), entre outros.

De acordo com as entrevistas realizadas com os/as participantes da pesquisa de campo, fato é que para a realização de estágios, são estabelecidas parcerias com diferentes instituições, que facilitam a integração dos/as estudantes, acolhendo-os/as e conduzindo-os/as ao longo do período definido, dentro dos critérios definidos pela unidade de ensino. Entretanto, o processo de

estágio também apresenta alguns constrangimentos que geralmente resultam da fraca comunicação entre a instituição formadora, neste caso, a FSS e o campo de estágio, em grande parte, pela falta de conhecimento do papel do Serviço Social pelas instituições acolhedoras.

Outro constrangimento reside no atraso do processo de negociação dos espaços para a sua realização.

Durante as entrevistas, percebeu-se que o processo de inserção dos/as estagiários/as de Serviço Social é realizado pela unidade de ensino, com a criação das condições essenciais e necessárias, desde a constituição dos grupos ou das equipas dos/as estudantes, a indicação de supervisores/as académicos/as, a organização dos meios administrativos para o seu encaminhamento aos campos de estágios, a apresentação formal ao local de estágio pelo/a supervisor/a académico/a e ao acompanhamento periódico durante o processo de intervenção da prática profissional.

Para o encaminhamento dos estagiários nos campos de estágio é fundamental a organização de todo o processo durante o I semestre de cada ano académico, reservando-se ao II, a realização dos estágios (desde o observatório social ao estágio supervisionado IV). A inserção dos/as estudantes no campo de estágio, geralmente, é feita pelo supervisor académico, que tem a missão de apresentar os/as estagiários, informar sobre os objetivos da sua presença na instituição, com um documento que confirme e comprove o seu envio, bem como a ênfase a ser dada na sua intervenção e os critérios de avaliação.

Diante do exposto, percebe-se que o estágio supervisionado constitui um momento fundamental na formação do Assistente Social, pois, permite que o/a estudante tenha o contacto real com o campo de atuação do/a Assistente Social e as experiências vividas na práxis, que devem estar fundamentadas nos conteúdos adquiridos nas diversas disciplinas que compõem a grelha curricular do curso de Serviço Social, que ao nosso ver contribuem de forma positiva no processo de ensino aprendizagem, do ponto de vista prático, teórico e reflexivo. (Unesp, 2012).

Sublinhar igualmente que, a atuação do/a estagiário/a começa com a compreensão da realidade em que está inserido, partindo do *diagnóstico social*,

como fonte de estudo do campo de estágio, onde a sua prática deve ser gerada e desenvolvida, conciliada com os aspectos teóricos da profissão, adquiridos ao longo de todo o processo formativo.

Porém, segundo Oliveira (2004), o processo de orientação e supervisão contempla também a avaliação. Neste sentido, a avaliação de estágio visa apreciar o seu justo valor, uma situação, uma atitude ou sentimento, considerando de modo objetivo, os fatores ou elementos de que são constituídos, visando medir os progressos realizados dentro de um determinado período, tendo em vista a formação profissional na componente prática.

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas, para o processo de avaliação de estágio a unidade de ensino estabelece os critérios considerando a produtividade do estudante, dentro dos limites previamente definidos. Dentre os critérios estabelecidos constam, por exemplo, a presença assídua e pontual no local de estágio, a pertinência das atividades realizadas em função do diagnóstico social inicial, a apresentação dos relatórios solicitados pelo supervisor, o desempenho dos estudantes ao longo do processo de estágio, o parecer do/a supervisor/a indicado pelo campo de estágio e, finalmente, a apresentação do relatório final de estágio.

A avaliação do estágio decorre durante a sua realização, com as sessões de orientação dos/as estagiários/as, para a verificação da execução das atividades planificadas e, é feita com base numa ficha de controlo diário dos/as estagiários/as, elaborada para o mesmo efeito, obedecendo aos elementos nela dispostos. Para cada ano¹⁸ é definido um modelo de relatório de estágio, utilizado pelos/as estagiários/as para apresentação dos resultados do seu trabalho no campo de estágio.

No entanto, “nem tudo são flores”, o processo de avaliação nem sempre acontece como o desejado. Se por um lado, existem supervisores/as académicos/as que avaliam os/as estagiários/as unilateralmente, sem o parecer dos/as supervisores/as de campo, por outro lado, há estagiários/as que questionam os critérios de avaliação, sendo que, não é justo avaliar um trabalho

¹⁸ Entende-se cada ano como cada nível, ou seja, o relatório varia conforme o tipo e a finalidade dos estágios, desde o observatório social (1º ano) ao estágio supervisionado V (4º ano).

desenvolvido durante um semestre através do simples relatório final e da ficha de assinatura de presença.

Quando questionados sobre **como encaram a modalidade de avaliação?** Os/as entrevistados/as responderam o seguinte:

Nêspera (26 anos), *“acho bastante paradoxal em muitos casos, pois, muitos supervisores não frequentam os campos de estágio, então, como me vai avaliar se em nenhum momento presenciou uma atividade minha...só em função do relato de quem nem sequer compreende sobre o Serviço Social...”*

Banana (26 anos) *“entendo que as modalidades de avaliação dos estagiários são adequadas, mas o supervisor de campo desempenha um papel fundamental na classificação final do estudante, pois é quem acompanha de forma contínua e direta o seu desempenho. Como o estágio supervisionado envolve a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, o supervisor de campo tem uma visão detalhada das habilidades do estagiário no contexto real de trabalho”.*

Goiaba (28 anos) *“entendo pouco. Porém, as modalidades têm sido injustas em alguns momentos, pois, nem sempre considera-se o que é de fato relevante” ...*

Múcua (26 anos) *“em parte tem sido muitas injustiças, muitos dos supervisores não seguem corretamente os espaços de um estagiário, visitam o campo quando lhes apetece” ...*

Além das questões já apresentadas anteriormente, a partir do depoimento dos/as entrevistados, pode-se apreender que, primeiro, tem o caso de estagiários que são avaliados/as por supervisores acadêmicos levando em consideração o parecer de supervisores/as de campo que não são Assistentes Sociais e pouco ou nada entendem sobre a profissão, segundo, estagiários/as que são avaliados por supervisores de campo que não acompanham seus/as orientandos/as e visita-os/as uma ou duas vezes e julga que está em condições de os/as avaliar.

Nesta perspectiva, é notório a situação de abandono a que os/as estagiários/as estão submetidos/as, o que além de contribuir para o desencanto

pela profissão gera a falta de admiração e respeito pelo/a supervisor/a, o que é não é bom para o Serviço Social enquanto profissão que defende a qualidade na prestação de um serviço ou, no caso em concreto, na efetivação de um direito, que é o direito à supervisão e/ou a orientação.

Conforme Albiero (2019, p.63) diz,

o estágio em Serviço Social, diante da formação profissional, por ser uma profissão interventiva, necessita de uma supervisão sistemática que clama por uma avaliação qualitativa, que possibilite ao discente participar do processo através de sua inserção na realidade social, no cenário institucional e profissional, bem como no processo de trabalho, com vivências e experiências fundamentais ao exercício profissional.

Nesse sentido, ao se referir sobre a formação profissional em Serviço Social, o estágio supervisionado é fundamental, sendo que, o autor chama atenção para três aspectos fundamentais como: supervisão sistemática, avaliação qualitativa bem como a participação do estudante no processo.

Uma supervisão sistematizada requer que ambos/as supervisores tanto o/a acadêmico/a quanto de o/a campo sejam Assistentes Sociais, para que falem a mesma língua, conforme é, por exemplo, na realidade brasileira, o que qualifica o estágio enquanto instrumento crucial do processo de formação profissional. No entanto, na nossa realidade tal pretensão ainda é uma miragem.

Quando questionados sobre a percepção que têm sobre o fato de professores formados noutras áreas atuarem como supervisores/as de estágio em Serviço Social, os/as entrevistados responderam o seguinte:

Pitanga (25 anos), “o processo de supervisão em Serviço Social deve ser feito pelos Assistentes Sociais, mas a nossa realidade (FSS) não é possível tendo em conta que na instituição o número de professores formados na área é pouco, por isso outros profissionais acabam sendo selecionados para o processo de supervisão. Dizer que, isto não é mal, o correto seria a capacitação dos mesmos. A instituição ao selecionar os supervisores não Assistentes Sociais deve capacitara-los para que os mesmos entendam e compreendem o que devem fazer no processo de supervisão, pois muitos entendem que é apenas controlar se o estudante tem aparecido no campo, se tem feitos os relatórios, mas a supervisão vai muito além que isto”.

Loengo (36 anos), *“penso que o E.S é um momento transversal ao S.S, as técnicas e capacidade de monitorização e acompanhamento de E.S não são exclusivas ou propriedades dos Assistentes Sociais, daí que a meu ver considero que o não ser Assistente Social seria o de menos desde que o professor apresente domínios e capacidades técnicas para o efeito penal que é o mais importante”*.

Nêspera (26 anos), *“não é uma boa escolha para quem realmente tem responsabilidade com o Serviço Social, pois, o não formando em Serviço Social não conhece exatamente metodologias usado em Serviço Social tal como um formando em Serviço Social. E também o compromisso não é igual”*.

Goiaba (28 anos) *“uma atitude mal pensada. Penso que, cada panela tem a sua tampa. Desse modo, a relação e/ou supervisão entre estudantes e professores da mesma área de formação a facilita o processo interativo e criativo entre ambos. Deste modo, não podia ser admissível professores de outras áreas supervisionar estudantes de Serviço Social, pois podem abordar do mesmo assunto, porém em perspectivas completamente diferentes. Afinal, as profissões abordam as questões de modo diferenciado”*.

Banana (26 anos), *“em linhas gerais, o ideal é que os assistentes sociais supervisionem os estagiários em serviço social. No entanto, no caso dos professores que não são formados na área, é comum que, como forma de adaptação, eles assumam essa função para suprir a demanda, dado o número reduzido de supervisores formados em serviço social”*.

Múcua (26 anos) *“sobre os professores que não sejam Assistentes sociais orientarem estudantes de Serviço Social, no meu ponto de vista, por mais que o docente tenha tempo de experiência na faculdade, poderá dificultar no trabalho do estagiário, por falta de conhecimento amplo sobre o serviço social”*.

Manga (38 anos), *“um mal desnecessário. Tenho como opinião, procurarmos inserir os Estudantes do último ano/ finalistas para acompanhar os colegas do primeiro e segundo ano. Outrossim, Todos Assistentes Sociais devem sentir-se vocacionados em ajudar todos os estudantes nesta área, sobretudo nós que já terminamos neste campo de formação”*.

Como pode-se ler, os depoimentos dos/as entrevistados/as, se por um lado, uns/mas revelam o opaco conhecimento dos/as estagiários em matéria de supervisão de estágio em Serviço Social, por outro lado, outros/as revelam o sentimento de se reinventar, emendar, remediar em função da carência. Seguindo a máxima popular segundo a qual “quem não tem cão caça como gato”.

Quando a questão é a formação profissional não há espaço para improvisos, é imperioso fazer bem, não se pode fazer de qualquer jeito, até porque uma das características da ciência é a sistematização, o que pressupõe que o processo deve ser organizado e deve basear-se nos fundamentos da profissão.

É fundamental não nos conformarmos com a realidade aparente, o fato de termos um número reduzido de docentes Assistentes Sociais não significa que sejam necessariamente os/as únicos/as formados/as na área, daí que, é possível colmatar esta déficit contratando mais docentes formados em Serviço Social, ao mesmo tempo que é possível contratar-se Assistentes Sociais formados no país ou no exterior, com maior ênfase para os/as formados/as em casa (FSS) para atuarem enquanto supervisores/as de acadêmicos/as, basta que haja vontade política.

Considerando que existem atribuições específicas quer do/a supervisor/a acadêmico/a, como de campo, como já abordadas anteriormente, no entanto, ambos/as trabalham num sistema de complementariedade, ajudando o/a estagiário a problematizar as expressões da questão social com as quais lida cotidianamente no campo de estágio, articulando possibilidades e alternativas para fazer face às mesmas.

Diante do exposto, concordamos com Monteiro (2016) quando afirma que as determinações sócio-históricas que demandaram a gênese da profissão podem permear a sua natureza, bem como as características socioprofissionais particulares dos seus agentes, a formação profissional, as concepções que os Assistentes Sociais têm do Serviço Social e a sua prática profissional, pois constituem motivos de análise das suas categorias.

Neste sentido, Augusto e Oliveira (2025) consideram que é importante que a formação dos Assistentes Sociais possibilite a compreensão dos fenómenos sociais, a partir da sua génese, considerando as causas e efeitos deles resultantes e, a proposta de medidas de possíveis soluções pelo/a profissional, que poderão ser efetivadas, caso partam de uma realidade apreendida e refletida no processo de intervenção que pode ocorrer no decurso do estágio supervisionado.

Mas, essa compreensão só será possível através de um processo de supervisão baseado na articulação das ações entre os/as supervisores/as académicos/as e de campo em prol de um mesmo sujeito, o estagiário/a.

2.3. Contexto da realização de estágios em Serviço Social em Angola – UniLuanda

O estágio supervisionado em Serviço Social, como requisito obrigatório da formação profissional dos/as Assistentes Sociais em Angola, decorre do 1º ao 4º ano e, sua importância reside no fato de favorecer e privilegiar o acompanhamento dos estudantes, por parte dos docentes para o seu aperfeiçoamento profissional.

Segundo Walhers, *et. al.* (2020), os estágios em Serviço Social obedecem a um período de realização que variam de acordo com o ano de frequência e realizam-se no segundo semestre de cada ano académico, reservando-se, ao primeiro, a preparação de todo o processo administrativo.

Desse modo, os estágios em Serviço Social procedem da seguinte forma: para os estudantes do 1º ano de formação, o estágio chamado de Observatório Social decorre, sem qualquer interrupção, ao longo do 2º Semestre, realizado uma vez por semana, com 4 (quatro) horas diárias, percorrendo várias instituições ou comunidades, sob olhar atento, crítico e construtivo de um único orientador, que no final do processo solicita um relato aos estagiários, contento as informações relacionadas com cada campo observado.

O estágio do 2º ano chama-se de Estudo dos Recursos Sociais ou Permanência, e realiza-se no segundo semestre, duas vezes por semana, com duração de 6 (seis) horas diárias, numa única instituição ou comunidade, onde

se observa e compreende o respectivo funcionamento, verificando-se os aspectos a ela inerentes, apresentando-se um Relatório mensal e um final após o término.

No 3º ano de formação, o estágio é chamado de Comunidade ou de Instituição e realiza-se com a duração de um semestre formativo, com periodicidade semanal de 3 (três) dias e uma carga horária de 6 (seis) horas por dia. Nesse período o estagiário habilita-se a elaborar e apresentar um Projeto de Estágio, anexando-se o respectivo Plano de Ação, resultante da escolha de uma temática, num determinado espaço de intervenção, apresentando-se, no final de cada mês um relatório, conforme a estrutura aprovada pela instituição de ensino e, um após o término dos estágios.

O estágio do 4º e último ano de formação, denominado Estágio de Comunidade, ou estágio final de curso realiza-se também, com a duração de um semestre formativo, com periodicidade de 4 (quatro) dias semanais e uma carga horária de 6 (seis) por dia.

Percebe-se dessa abordagem feita pelos autores citados que o estágio supervisionado faz parte de todo o processo de formação profissional em Serviço Social, durante todos os anos de formação, é reservado um período para realização do estágio, que é o segundo semestre.

Walhers *at. al.* (2020), salientam ainda que o estágio do 4º ano se trata do momento final da prática profissional do futuro Assistente Social, que se materializa a partir do Projecto de Estágio. Aos estudantes do 4º ano, na condição de finalistas é exigida, dentro das normas da instituição, a apresentação de um Projecto de Pesquisa que é elaborado com base numa temática relacionada com o campo de estágio e que de alguma forma define o Trabalho de Conclusão do Curso, sob orientação do mesmo supervisor.

Mas, isso ainda não funciona conforme dito pelos autores, primeiro, pela falta de participação do/a estagiário/a na escolha do campo de estágio com o qual se identifica; segundo, porque muitos estudantes acabam defendendo um trabalho com a temática não voltada ao seu último campo de estágio, porque nem sempre o/a tutor/a do TCC é o/a supervisor/a acadêmico/a que o acompanhou durante o estágio, uma vez que o processo de atribuição de

supervisores/as acadêmicos para os estágios do 3º e 4º ano fundamentalmente não é feita em consonância com a atribuição dos/as tutores/as para o TCC.

Quando questionados sobre **qual é o seu parecer com relação aos critérios de seleção dos/as estagiários/as vs campos de estágios. E o que pensa que poderia melhorar?** Os/as entrevistados/as disseram o seguinte:

Goiaba (28 anos), *“os critérios de seleção parecem-me escolhidos em função da afinidade e amiguismo. Pois, tem-se observado estudantes a estagiarem em locais que eles quiserem. Assim sendo, deve-se melhorar os critérios de seleção a partir dos dados do indivíduo, desde as suas características pessoal, o que realmente quer enquanto estudante estagiário, perspectiva do mesmo, o seu tema do fim de curso, seus objetivos e metas para com o campo de estágio”.*

Pitanga (25 anos), *“nunca observei detalhadamente sobre os critérios para seleção dos estudantes bem como do campo de estágio, o que observei ao longo dos 4 anos de formação foi que sendo estágio obrigatório todo mundo deveria fazer independentemente do campo, a instituição não olha para os interesses dos estudantes, linhas de pesquisa ou mesmo o aproveitamento acadêmico. O que deveria melhorar é priorizar principalmente aos estudantes que estão no 3º e 4º anos perguntar-lhes quais linhas de pesquisa desejam seguir para que se traça um campo de estágio conforme os seus interesses”.*

Loengo (36 anos), *“os critérios de seleção tanto dos estagiários quanto ao campos, não têm sido dos melhores muito menos favoráveis principiante para os estagiários, acho que deveriam melhorar muito na seleção e identificação e identificação dos campos de disponíveis, para isso deveria apresentar aos a todos estudantes os possíveis campos de estágios para escolha, e, verificar os campos que os estudantes sugerirem, de seguida garantir a comunicação constante entre a instituição de tutela e o campo de estágio através dos Supervisores para evitar que os estudantes vão se apresentar aos instituições para estágios e serem informados que a instituição não tem conhecimento de sua presença”.*

Banana (26 anos), *“parece-me que não existem critérios específicos para a seleção dos estagiários em determinados campos de estágio. E, caso existam,*

nunca tive oportunidade de compreender claramente quais são. Contudo, com base na minha experiência como estudante de Serviço Social, posso afirmar categoricamente que a colocação dos estudantes no campo de estágio não obedece a critérios como desempenho acadêmico, atitudes, interesse do estudante, histórico de atividades extracurriculares, linhas de pesquisa que o estudante pretende seguir ou o curso que frequentou no ensino médio. O que realmente ocorre é uma distribuição de estudantes por afinidade, amiguismo e relações pessoais, onde os estudantes são colocados nos chamados "melhores campos" ou em locais mais próximos das suas rotinas diárias".

Múcua (26 anos), "a partir do 3º ano o estudante deveria escolher o seu campo de estágio, isso por causa do tema de monografia. E as escolhas do campo de estágio deveria ser por zonas. Alguns campos de estágios são muito longe, a faculdade demora muito para entrega dos documentos e isso demora certas instituições aprovarem. O campo de estágio dever na zona onde reside o estudante".

Conforme os depoimentos apresentados, fica evidente a falta de transparência na gestão do processo de estágio, a falta de participação do/a estagiário na escolha do campo tendo em conta a linha de pesquisa que quer seguir, o local de residência, as características individuais de cada estudante, entre outros.

Não obstante a tudo isso, Banana e Goiaba por exemplo, denunciam a questão do que eles chamam de "amiguismo"¹⁹, que pode ser entendido como afinidade como elemento para inserção de estagiários/as nos "melhores"²⁰ campos de estágio e/ou instituições". Se por um lado, tal denúncia pode ser verdade, por outro lado, pode ser que a falta de transparência no processo de gestão dos estágios contribua para esta percepção negativa da forma como o

¹⁹ Entende-se aqui amiguismo como a relação de amizade que possa existir entre determinados/as estudantes com os/as docentes, ou pessoal do DEI-SS, que em virtude disso possa beneficiá-lo na seleção do campo de estágio.

²⁰ Aqui entende-se melhores campos ou melhores instituições aqueles que ofereçam algum benefício ao estudante, como o caso do FAS-IDL que atribui um subsídio de estágio (valor monetário), cerca de 50.000,00 (cinquenta mil Kwanzas), ou outra instituição que em função da distância facilite a uns/mas em detrimento de outros/as.

DEI-SS procede(ia) nesta matéria. Daí que é recomendável que todo o processo seja o mais transparente possível, pois “informação é poder”.

Para a orientação dos/as estudantes os autores salientam que, para os estagiários do 3º e 4º ano da formação, a preferência é dada aos especialistas da categoria profissional, os/as Assistentes Sociais, situação que muitas vezes não acontece, por insuficiência de profissionais, tanto a nível da unidade de ensino, quanto ao respectivo campo de estágio, reduzindo a qualidade formativa do/a futuro/a profissional, gerando algumas incertezas e algum desespero no seu desempenho.

De modo geral, a carência de Assistentes Sociais na supervisão de estágios em Serviço Social na realidade pesquisada, contribui para a negação do reconhecimento da profissão nas diferentes áreas ou setores de intervenção social.

Nesta perspectiva, vale lembrar que, o estágio supervisionado adquire um peso privilegiado no processo de formação profissional do estudante do curso de Serviço Social, podendo oportunizar não somente aproximações no processo de capacitação teórico-metodológica para o exercício profissional, mas também o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social (Oliveira, 2004).

O estágio, então, constitui-se num dos momentos privilegiados da formação profissional, onde o/a estagiário/a deverá vivenciar a aprendizagem do exercício profissional que contém dimensões ética, política, ideológica, pedagógica e técnica, mediante o trabalho do/a supervisor/a de campo, que lhe serve de referência, e não apenas o momento, tendo em conta os conhecimentos teóricos já apreendidos como se fossem dissociáveis.

2.4. Importância do estágio supervisionado na formação e construção da identidade profissional dos/as Assistentes Sociais

O estágio supervisionado constitui momento chave no processo de formação do futuro profissional em Serviço Social, pois trata-se da práxis, ou seja, do momento em que o/a estudante começa a exercitar a sua atuação

profissional, tendo como referência o trabalho do/a Assistente Social enquanto seu/a supervisor/a de campo/a.

Segundo Guerra (2012) no curso de Serviço Social, o estágio supervisionado apresenta como uma de suas premissas permitir que o estudante, estabeleça relações mediatas entre as dimensões que constituem o processo de intervenção nomeadamente: a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da acção profissional.

A autora explica que a dimensão teórico-metodológica se refere à apreensão crítica da sociedade. Por sua vez, a dimensão ético-política está relacionada ao posicionamento e o compromisso ético do estudante ou profissional no âmbito do trabalho profissional que realiza junto dos utentes já a dimensão técnico-operativa enquanto elemento de operacionalização trata das técnicas e métodos utilizados no desenvolvimento do trabalho profissional, que são na verdade formas de respostas profissionais construídas em função das demandas presentes nos diversos campos de trabalho em que o estágio ou profissional de Serviço Social está inserido.

Compreende-se, neste caso, a necessidade e importância da obrigatoriedade do estágio, sendo indiscutível a sua existência na formação profissional, visto que, é no estágio onde o estudante vai aprender, apreender e exercitar o trabalho profissional, captando demandas e os recursos intrínsecos nos fenómenos sociais emergentes.

Já para o/a profissional, o desafio começa desde a aceitação do/a estagiário/a no campo de estágio que exigirá da sua parte à ruptura com os mitos da prática, que envolvem a intervenção do/a profissional e a prática imaginada do/a estagiário/a, perpassando pela disputa de saberes no invólucro dessa tarefa.

Todavia, compreende-se que o estágio supervisionado é parte integrante da profissão e, ao mesmo tempo, campo de capacitação tanto para os/as estudantes, quanto para os profissionais de Serviço Social, tratando-se, por isso, de uma fonte insaciável de conhecimento e troca de saberes. O estágio

supervisionado é, no entanto, uma exigência na formação académica, pelo fato de promover a elucidação da teoria e a concretização da relação teoria e prática. É neste sentido que Buriolla (1995) entende que:

[...] o estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizado do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações de actividades de aprendizagem profissional se manifesta para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o locus onde a identidade profissional do estudante é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma acção vivenciada, refletiva e crítica e, por isso, deve ser planeada gradativa e sistematicamente (Buriolla, 1995, p. 13).

No entendimento da autora, o estágio constitui um espaço de treinamento prático do quotidiano da intervenção profissional do Assistente Social. Neste sentido, o estágio acaba sendo uma componente fundamental na formação de profissionais em Serviço Social, daí ser considerado parte integrante do currículo formativo, que deve ser assegurado por profissionais competentes, e com domínio no sector ou área de intervenção do/a futuro/a Assistente Social, embora na nossa realidade nem sempre isso ocorra pelo facto de muitos campos de estágio não contarem com profissionais de Serviço Social.

Trata-se de uma atividade realizada por estudantes, em diferentes espaços sócio-ocupacionais que podem ser empresas públicas e privadas, escolas, hospitais, comunidades, entre outros, devidamente identificadas, com as quais se pode estabelecer parcerias nesse âmbito, visando o aprimoramento profissional na sua área de estudo.

A função do estágio é de oferecer aos estudantes a práxis, como elemento síntese da relação teoria-prática, uma vez que ambos se complementam, enquanto componentes formativos, ao compreender os aspetos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da formação profissional.

O estágio supervisionado em Serviço Social possui significado ímpar no processo de capacitação para o exercício profissional do/a Assistente Social e, seu estudo se configura como temática central no fórum de debates sobre formação profissional, sobretudo, no contexto contemporâneo.

A concepção sistematizada na proposta básica da ABEPSS²¹, apresenta o estágio supervisionado como atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. A supervisão referenciada aqui deve ser feita pelo/a professor/a supervisor/a e pelo/a profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio elaborados em conjunto entre a unidade de ensino formadora do estagiário e a instituição enquanto campo de estágio em que o estagiário está inserido (ABEPSS, 2009).

Para ABEPSS (2009) quer na concepção como na realização de estágio em Serviço Social é importante considerar-se alguns aspetos fundamentais, nomeadamente: as condições necessárias para que as instituições se configurem como campos de estágio; a supervisão direta realizada pelo supervisor acadêmico e o de campo; a elaboração do plano de estágio; e, um outro elemento é, no entanto, o conhecimento da realidade institucional.

Na mesma senda, Buriolla (1995) reforça quanto ao primeiro aspecto, afirmando que as atividades devem ser inerentes à área do Serviço Social, pois é fundamental que o Assistente Social supervisor disponha, no espaço socioinstitucional, de um conjunto de condições mínimas para o exercício da supervisão, tais como: espaço físico, recursos materiais, concepção de tempo para realização da supervisão e participação nas actividades inerentes à referida prática. Além dessas condições, é necessário que a instituição reconheça o estagiário como um sujeito em processo de formação e possibilite a sua inserção de forma ética e total no referido espaço para o necessário processo de capacitação profissional.

Quanto ao segundo aspecto, a supervisão de estágio deve ser efetivada de forma direta, conjuntamente pelo/a supervisor/a acadêmico e de campo, mediante a realização de encontros sistemáticos, para o necessário processo reflexivo inerente a esta atividade acadêmica. Aqui, importa referir que, dada a

²¹ A **Proposta Básica da ABEPSS** (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) se concentra na formação profissional em Serviço Social, promovendo um debate teórico-metodológico que abrange a dinâmica da vida social. Que implicam a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa...

necessidade de se assegurar a qualidade do exercício profissional do Assistente Social, a aprendizagem deve ser cuidada, por meio da supervisão direta, além de outros requisitos necessários à sua formação.

O terceiro aspecto, relacionado com o plano de estágio, deve assegurar a sua elaboração pelo/a próprio/a estagiário/a e pelo/a supervisor/a de campo, com o devido acompanhamento do/a supervisor/a académico/a, estando nele contido e especificado teórica e metodologicamente, o conjunto de atividades que serão realizadas pelo/a estagiário/a, em conformidade com o projeto ético-político da profissão e o projecto pedagógico do curso.

O plano de estágio é um documento utilizado como constante referência, tanto para o/a estagiário/a, como para o/a supervisor/a de campo e académico/a e, pelo próprio espaço de sua realização, enquanto unidade de prática da atividade profissional. Assim, a sua elaboração deve estar assente numa determinada problemática, identificada a partir da realização do diagnóstico social do campo de estágio, que ocorre nos primeiros dias do processo de inserção, após análise e compreensão prévia da realidade em estudo.

Como destaca a ABEPSS (2009), o estágio supervisionado tem importância significativa no processo de ensino e aprendizagem profissional, pois, é fundamentalmente uma alternativa de conhecimento da realidade concreta, uma forma de apropriação de conhecimento e questões presentes na sociedade que, para a garantia da sua legitimidade, não deve ser concebido como um momento episódico na formação do estudante e restringir-se apenas ao momento em que se dirige para a instituição do campo de estágio.

Um quarto aspecto fundamental na realização de estágios em Serviço Social é o conhecimento da realidade institucional pois, possibilita ao/à estagiário/a conhecer os limites da instituição, entender as relações de poder que se estabelecem e como construir estratégias inerentes à ação profissional. Ao se defrontar com o contexto institucional, o/a estagiário/a também tem a oportunidade de se aproximar dos diferentes papéis dos sujeitos inseridos no exercício profissional, identificando sua própria responsabilidade no encaminhamento das questões que são apresentadas na dinâmica do campo de estágio.

Enquanto um dos espaços privilegiados da aprendizagem, o estágio supervisionado é momento propício para o/a estagiário/a desenvolver sua matriz de identidade profissional, efetivada por meio da responsabilidade e do compromisso. Na medida em que o estudante está inserido nesta atividade educativa, como sujeito do seu processo de formação, o estágio é efetivamente o espaço de legitimidade profissional.

Já em relação aos objetivos do estágio supervisionado em Serviço Social na formação dos Assistentes Sociais, Walhers *at. al.* (2020), apresentam os seguintes:

- a) Ajudar os estudantes a desenvolverem competências na identificação do potencial e debilidades (internas e externas) das instituições;
- b) Olhar de forma crítica e construtiva para o funcionamento das instituições (objetivos, objeto social, visão, metas/missão) e das respostas sociais que prestam às comunidades (utentes);
- c) Proporcionar ao estagiário a inserção e participação na comunidade institucional, com uma intervenção planificada, respeitando aos objetivos e programas da mesma instituição, no âmbito das suas temáticas de trabalho;
- d) Habilitar o estudante para o exercício da sua atuação profissional nas comunidades ou instituições, nas quais desenvolverá programas e projectos de educação social e capacitação, em vários domínios, aplicando métodos, técnicas e competências adquiridas ao longo da sua formação.

Com base nessas considerações, percebe-se que o estágio é fundamental para a aquisição de conhecimentos por parte dos/as estagiários/as, pois compreende o saber fazer, uma vez que o exercício da profissão é adquirido por meio dos estágios, momento em que o/a estudante combina as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, o que os autores vão designar por “práxis”.

Quanto às finalidades dos estágios, segundo os mesmos autores destacam-se as seguintes:

- a) Proporcionar ao estudante o contacto pessoal com a realidade, para que este desenvolva a capacidade de observação e reflexão, e compreenda o papel do Assistente Social e as suas responsabilidades como profissionais;
- b) Ter a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos para desenvolver a sua capacidade técnica e assumir responsabilidades;
- c) Levar o estudante a ser crítico e árbitro;

Diante das finalidades apresentadas, fica evidente que o estágio é indispensável ao estudante, sendo de fundamental importância na formação profissional, calcado no processo de ensino-aprendizagem, pois os estágios constituem-se em espaços onde emergem questões que lhe são essencialmente particulares, por estarem situados na esfera das relações entre instituições de ensino e as organizações (Barbosa, 2001 apud Unesp, 2012).

Pela importância que o estágio tem na formação profissional dos/as Assistentes Sociais faz-se necessário a existência de uma Política de Estágio no país, a exemplo de outros países do mundo a fora, como é o caso do Brasil, no sentido de dar-se legitimidade desta proposta formativa, pois além de contribuir significativamente na formação profissional do/a Assistente Social trará também ganhos importantes para os utentes, comunidades e instituições quer públicas ou privadas que beneficiarem-se dos trabalhos destes/as profissionais.

A falta desta política Nacional de Estágios em Serviço Social, faz com que estejamos sujeitos à utilização de normas internacionais e de outros países, na realização de práticas profissionais. Nesse contexto, ressalta-se, por exemplo, o uso de bibliografias brasileiras e portuguesas, de modo específico, na formação dos estudantes de Serviço Social em Angola, tendo como uma das facilidades a expressão da mesma língua.

Mas, esta regulamentação não deve ser encarada como um trabalho isolado de uma instituição de ensino, mas sim como um desafio coletivo, que

deve mobilizar a Associação dos Assistentes Sociais de Angola no sentido de tomar a dianteira, trabalhando em harmonia com as instituições que formam Assistentes Sociais, mormente, a Faculdade de Serviço Social da UniLuanda e o Instituto Superior João Paulo II da UCAN.

2.5. Estágio supervisionado e/ou Trabalho não remunerado? Eis a questão!

Segundo Augusto e Oliveira (2025), torna-se necessário refletir sobre o papel do/a estagiário/a, dos/as supervisores/as e das instituições quer acadêmica como a sócio-ocupacional, a partir de uma perspectiva crítica.

Um dado interessante é que a maior parte dos/as Assistentes Sociais formados até 2021 em Angola trabalham como docentes no Ministério da Educação e dos poucos que exercem a profissão como tal, trabalham nos serviços de saúde das Forças Armadas Angolanas (FAA). Isto por falta de concursos que contemplem vagas para Assistentes Sociais nas mais variadas instituições do Estado, o que contribui para a desvalorização da profissão forçando os/as profissionais a enveredarem noutras áreas.

Não existindo Assistentes Sociais em tais instituições, faz com que os/as estagiários/as acabem sendo orientados/as por outros/as profissionais, mas isto tem grande implicância para o/a futuro/a profissional, uma vez que não tem nenhuma referência no seu campo sócio-ocupacional a quem ele/a possa se espelhar (Augusto e Oliveira, 2025).

Lamenta-se pela insuficiência de docentes Assistentes Sociais, que faz com que docentes de outras áreas do saber são parte do quadro de supervisores/as académicos/as, o que agrava ainda mais a situação dos/as estagiários/as. No entanto, tal fato não faz sentido tendo em conta que a instituição vem formando Assistentes Sociais desde 2010 e que se houvesse incentivos, estes colaborariam efetivamente na supervisão de estágio. Apesar de que têm sido contratados alguns/mas supervisores/as formados/as quer pelo ISUP JP II como pela FSS, ainda é insuficiente, importa que os/as supervisores/as académicos/as (pelo menos) sejam Assistentes Sociais.

Diferente do Brasil em que já esteja legislado, conforme Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (Brasil, 1993^a), que afirma em seu artigo 4º:

É vedado ao assistente social[...]

d) compactuar com o exercício ilegal da profissão e inclusive nos casos destes estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;

e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em instituições públicas ou privadas que não tenham em seu quadro Assistente Social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário.

Em Angola não existe legislação, o que faz com que os/as estagiários/as, além de serem orientados/as por profissionais de outras áreas do saber, exerçam as atribuições de um/a Assistente Social no seu campo sócio-ocupacional e, sem ser remunerado, o que não é admissível, uma vez que eles/as são aprendizes e não trabalhadores. Logo, estamos diante de um processo de exploração do estagiário e de acumulação da mais-valia para a instituição.

Como nos lembra Soares (2014), contudo, cabe ressaltar que, a partir de então, o estagiário às vezes é colocado em um local como substituto de um profissional de Serviço Social, fato que é inadmissível, pois o estágio é um campo de capacitação e, portanto, o estagiário está nele para aprender e praticar ações supervisionadas. Isto significa tão somente que deve ter supervisores/as Assistentes Sociais, quer o/a acadêmico/a como o/a de campo. O autor diz que, o/a estagiário/a não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, mesmo que seja remunerado. Logo, não há e não deve haver uma relação de trabalho, na qual se exige produtividade e extração de mais-valia.

Nessa perspectiva, vale recordar que segundo Marini (2013) a produção e acumulação capitalista tem como mecanismo fundamental a criação de mais-valia. Basicamente, esta corresponde à diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e a parte dele que lhe é devolvida, devolução que se faz sob várias formas, dentre as quais a mais geral é o salário.

Considerada a partir do outro extremo dessa relação, a mais-valia é a parte do valor produzido pelo trabalhador da qual se apropria o proprietário dos meios de produção, isto é, o capitalista. E neste caso em concreto do estágio supervisionado, o/a estagiário/a ao desempenhar funções que são atribuídas

aos/às Assistentes Sociais, ele/a é duas vezes explorado/a, ao que Marini vai designar como a superexploração, dado que sequer um subsídio de estágio lhe é conferido, e, ainda que o dessem, continuaria a ser exploração.

Ainda de acordo com Marini (2013), a taxa de mais-valia consiste na relação existente entre o valor da parte apropriada pelo capital e o valor restituído ao trabalhador, qualquer que seja sua forma. O autor considera que, mais que uma relação entre produtos, entre coisas, a mais-valia expressa uma relação de exploração.

Nos marcos desta relação, a pessoa, ao trabalhar para obter uma remuneração dada, cria um valor correspondente a esta remuneração num tempo que é inferior à jornada de trabalho completa; como consequência, no tempo excedente ao que corresponde estritamente a reprodução do valor expressado pela sua remuneração, o trabalhador cria um valor excedente, uma mais-valia. A relação entre esses dois tempos de produção contidos na jornada de trabalho representa o grau de exploração ao qual se submete o trabalhador, grau este que é igual à taxa de mais-valia (Marini, 2013).

Segundo Augusto e Oliveira (2025) isto significa que para aquelas instituições que não tenham Assistentes Sociais no seu quadro de pessoal independentemente do seu vínculo contratual, o/a estagiário/a passa a desempenhar para além das suas atribuições enquanto aprendiz, mas também as funções do/a Assistente Social, o que lhe coloca num estado de superexploração, mas por se tratar de um estágio curricular ele/a é obrigado/a a desempenhar tais funções sob pena de ser reprovado/a.

Na mesma senda, ao debruçarem-se sobre o contexto angolano, Mateus e Monteiro (2021), consideram que a dominação da classe trabalhadora no processo formativo é tão inexorável que pelo toyotismo, isto é, pela avaliação da qualidade total no processo da reestruturação produtiva, os trabalhadores enquanto candidatos à formação profissional, só podem escolher cursos requeridos, aqueles já pautados, planificados para produzir a mais-valia. Uma das metas do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, era de que, até 2020, 100% dos alunos tivessem orientação profissional vocacional através dos

Gabinetes de Inserção na Vida Ativa (MEP, 2018), para concretizar o seguinte objetivo do plano:

Garantir um maior intercâmbio entre alunos e empresas, promovendo a inserção no mercado de trabalho, através da dinamização dos Gabinetes de Inserção na Vida Ativa (GIVA) dos Institutos Médios Técnicos e aumentando a participação dos alunos em estágios curriculares (MEP, 2018, p. 82 apud Mateus e Monteiro, 2021, p.61).

Uma das formas muito vigentes de flexibilização e precarização do trabalho em Angola é a superexploração da mão-de-obra (não mais barata, mas sim, não remunerada). O que temos quanto à formação, educação e o trabalho é que: a partir do processo de formação profissional, quando o trabalhador aparece como mero estudante-estagiário no local de trabalho, aparece (sem uma alternativa) com autoconvencimento de que seu trabalho não merece remuneração, porque aquela presença faz parte da formação profissional – como aprendiz (Mateus e Monteiro, 2021).

Numa sociedade em que obter o diploma pode significar uma porta de entrada ao mercado de trabalho, o/a estudante (estagiário/a) muitas vezes não consegue refletir sobre o nível de exploração a que está sujeito/a pelas instituições quer de ensino bem como a de campo, o que lhe leva a cumprir cabalmente com as atribuições que lhe são impostas porque o seu alvo é a conquista do tão almejado diploma (Agusto e Oliveira, 2025). Tal como Marx nos lembra:

No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. No primeiro caso, a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; no segundo, a relação monetária oculta o trabalho gratuito do assalariado (Marx, 2013, p. 745).

Assim, para o/a estudante todo o sacrifício vale apenas em prol da sua formação (salário), pois o futuro será melhor, mesmo tendo dificuldades de segurança, transporte, alimentação, internet, para sustentar o estágio, com espírito abnegado, cabeça erguida e orgulho no coração segue adiante, afinal, o fato de ser Assistente Social é uma boa recompensa para ele/a.

Desta forma, o estágio se constitui como um campo de superexploração do/a estagiário/a que não tendo referência de profissional de sua área acaba fazendo mais como um requisito de cumprimento obrigatório, que um processo

de treinamento para o exercício profissional, na qualidade de futuro/a Assistente Social.

Tal situação faz com que muitos/as graduados/as em Serviço Social não sejam capazes de elevar ao mais alto nível a bandeira da profissão, uma vez que, grande parte destes/as não tem o “DNA” profissional, ou seja, não carrega a identidade de um/a verdadeiro/a Assistente Social.

Entenda-se aqui como um/a verdadeiro Assistente Social como aquele/a que valorize o compromisso e competência profissional, que tenha o devido preparo ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo e, é capaz de enxergar outras possibilidades no processo de construção desta profissão tão nobre, atuante e pertinente.

CAPÍTULO III: PARTICULARIDADES, ENFRENTAMENTOS E SUPERAÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNILUANDA

Neste capítulo, faz-se a apresentação, análise e discussão dos resultados da pesquisa, começando por apresentar o perfil dos/as participantes da pesquisa, as condições criadas pela instituição para o momento do estágio supervisionado, as dificuldades encontradas ao longo do processo de estágio, bem como as aprendizagens decorrentes dos estágios e, finalmente as propostas de melhoria das práticas de estágios na FSS da UniLuanda.

3.1. Caracterização do perfil dos/as participantes da pesquisa

Nesta seção, apresentamos o perfil dos/as participantes da pesquisa tendo em conta os critérios de inclusão anteriormente apresentados no capítulo da metodologia, com realce para a identidade: nome, idade, género, ano que frequenta, período de estudo.

Quanto ao nome, apesar de termos sido autorizados para o bom uso da identidade dos/as participantes da pesquisa, utilizaremos nomes fictícios para preservar os mesmos, cumprindo com o princípio ético das pesquisas envolvendo seres humanos. Além do fato de se tratar de informações que possam comprometer os/as mesmos/as participantes tendo em conta os vínculos que eles/as têm com a instituição em causa.

Desta feita, segue-se o quadro abaixo contendo os dados ora referenciados seguido de uma análise para uma maior compreensão, tendo em consideração o primeiro objetivo específico proposto na pesquisa, que visa apresentar de forma sucinta a caracterização dos/as participantes da pesquisa.

Vale ainda ressaltar que, os nomes fictícios adotados são todos de frutas presentes principalmente em regiões com clima tropical húmido, como são os casos de Angola e o Brasil, embora não seja fácil de serem encontradas em todos os estados de ambos os países, tendo em conta a variação do clima e do estado do tempo deles.

Tabela n.º 03: Identificação e dados académicos dos/as participantes da pesquisa.

Nome	Idade	Género	Ano de ingresso	Ano de frequência	Período
ABACATE	31	F	2017	4.º ano	Pós-laboral
BANANA	27	M	2019	4.º ano	Regular
GOIABA	28	F	2019	4.º ano	Regular
LOENGO	36	M	2016	4.º ano	Pós-laboral
MANGA	38	M	2019	4.º ano	Pós-laboral
MÚCUA	26	F	2020	4.º ano	Regular
NÊSPERA	26	F	2020	4.º ano	Regular
PITANGA	25	F	2019	4.º ano	Regular
PITAIA	29	M	2019	4.º ano	Pós-laboral
UVA	34	M	2019	4.º ano	Regular

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

De acordo com o quadro, a média de idade é de 30 (trinta) anos, sendo a mais nova com 25 (vinte e cinco) e o mais velho com 38 (trinta e oito) anos de idade, dos quais 5 (cinco) mulheres e 5 homens, 4 (quatro) do período pós-laboral e 6 (seis) do período regular. É importante notar que, um ingressou em 2016, uma em 2017, cinco em 2019 e três em 2020.

Considerando que a licenciatura em Serviço Social na Faculdade de Serviço Social da UniLuanda de acordo com o PPC faz-se em 4 (quatro) anos, tendo em conta o ano de ingresso é possível percebermos que pelo menos os estudantes que ingressaram em 2019 e nunca reprovaram até 2024 já deviam ter concluído o curso, mas devido a morosidade no processo de organização de estágios muitos não puderam concluir a formação em tempo útil.

Embora existam outros fatores que possam concorrer para que os estudantes não concluam a formação em tempo útil (4 anos), a instituição sempre brindou os estudantes com mais um ano (o quinto) reservado para a escrita defesa do TCC, mais um, dois, ou até mesmo três anos para aguardar pela cerimônia de outorga de diploma, fim a cabo, uma licenciatura que devia ser feita em 4 anos acaba sendo concluída em até 7 anos ou mais.

Todavia, embora esta seja ainda uma realidade em toda extensão da UniLuanda, por orientação do Magnífico Reitor, medidas foram tomadas para

que essa questão seja ultrapassada, tendo registado até o momento um caso de um ex-estudante que concluiu a licenciatura no IPGEST em 4 anos e 3 meses e já se encontra a fazer o mestrado na mesma UO. Isto para dizer que é possível, basta a colaboração de todos/as envolvidos/as, mas ainda se verifica muita resistência por parte dos DEI na agilização dos processos.

Tabela n.º 04: Local de residência dos/as participantes da pesquisa.

Nome	Província	Município	Bairro
ABACATE	Luanda	Kilamba-Kiaxi	Golfe II
BANANA	Luanda	Belas	Mundial
GOIABA	Luanda	Cacuaco	Caope-Velha
LOENGO	Luanda	Talatona	Benfica/Chinguar
MANGA	Luanda	Viana	Caope-B
MÚCUA	Luanda	Cazenga	Talahadi
NÊSPERA	Luanda	Viana	Capalanga
PITANGA	Luanda	Talatona	Benfica/Chinguar
PITAIA	Icolo e Bengo	Calumbo	Zango III
UVA	Luanda	Talatona	Benfica/Chinguar

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

Conforme o quadro acima, a maioria dos/as participantes da pesquisa, residem em bairros periféricos da cidade de Luanda, com exceção de um deles (Pitaia) que mora na atual província de Icolo e Bengo²². Outro dado digno de nota é que a maioria deles/as mora distante da Faculdade, com exceção de 3 (Loengo, Pitanga e Uva) que moram num dos bairros próximo da Faculdade, numa distância que lhes permite irem a pé (caminhando).

Os demais, para além de enfrentarem o duro trânsito²³ da cidade para chegarem à Faculdade, enfrentam grandes filas para conseguirem o acesso aos transportes públicos²⁴, e quando não conseguem, têm de pegar os táxis azul e

²² Com a nova Divisão Política Administrativa de Angola, que entrou em vigor a partir do dia 01 de janeiro de 2025, a então Comuna do Zango que pertencia ao Município de Viana da Província de Luanda, passou a ser uma Vila do Município do Calumbo da Província do Icolo e Bengo (vide DPA, Angola).

²³ Luanda apresenta um sistema de mobilidade rodoviária precário, tendo em conta o número reduzido de estradas principais e a falta de vias secundárias e terciárias, o que tem provocado muito congestionamento de veículos e motociclos nas vias públicas.

²⁴ Além da problemática das vias, Luanda enfrenta a problemática da super lotação nos transportes públicos, devido o número reduzido dos mesmos versus a população usuária, o que faz com que os usuários para conseguirem o acesso aos autocarros (ônibus) tenham de passar por humilhações como

branco para chegarem mais depressa, sem contar com a insegurança na luta pelo transporte.

Para os que moram no Bairro Chinguar, por exemplo, utilizam preferencialmente o mototáxi quando não podem caminhar, tendo em conta a distância entre as suas residências e a Faculdade.

Compreender o local de residência dos/as participantes da pesquisa, além de ajudar a elucidar o perfil socioeconómico dos/as estudantes do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UniLuanda, que a maioria deles, se não mesmo todos/as são filhos da classe trabalhadora, ajuda-nos a perceber os níveis de dificuldade que os mesmos enfrentam para frequentarem a Faculdade e os respetivos campos de estágios, que muitas vezes fica num sentido contrário às rotas entre as suas residências e a Faculdade.

Tabela n.º 05: Síntese da situação de empregabilidade dos/as participantes da pesquisa.

Nome	Condição	Função	Tipo de vínculo	Órgão
ABACATE	Empregada	Prof. ^a no ensino geral-fundamental	A termo certo	Escola privada
BANANA	Empregado	Técnico Social	A termo certo	ONG
GOIABA	Desempregado			
LOENGO	Empregado	Inspector	Definitivo	Ministério da Educação (MED)
MANGA	Empregado	Técnico Administrativo	A termo certo	IES Pública
MÚCUA	Trabalha	Vendedeira		Conta própria
NÊSPERA	Desempregada			
PITANGA	Desempregada			
PITAIA	Empregado	Técnico administrativo	A termo certo	IES Pública
UVA	Empregado	Funcionário Administrativo	Comissão de Serviço	IES Pública

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

empurrões, ofensas, correr o risco de perder o telemóvel, carteira de documentos e outros pertences, além do cheiro fedorento da catanga, chulé, e mau hálito lá dentro, devido à falta de espaçamento entre os passageiros. Tais situações também se verificam nos transportes ferroviários, embora não na mesma proporção.

De acordo com o quadro n.º 05, dentre os/as participantes da pesquisa, três encontram-se desempregados, uma é vendedeira, e seis encontram-se empregados, dos quais, uma numa instituição de ensino privado, um numa Organização Não Governamental (ONG) e quatro em instituições públicas, uma afeta ao Ministério da Educação e três afetas ao Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. Um dado curioso é que apenas um (Loengo, 36 anos) é funcionário público com vínculo definitivo, os demais são colaboradores.

Compreender estes dados é fundamental porque a questão do trabalho tem uma relação muito forte com a frequência às aulas e dos estágios supervisionados. Se por um lado, de acordo com o próprio Regime²⁵ Académico da UniLuanda os estudantes reprovam por faltas, por outro lado a dispensa deles nos locais de trabalho para a assistência das aulas e a prática dos estágios nem sempre é facultado pela entidade empregadora, sobretudo no sector privado.

Importa trazer em pauta o conceito de estágio apresentado pelo Regime Académico da UniLuanda, no seu art. n.º 34º diz que:

Os estágios têm por fim fornecer aos estudantes habilidades, qualidades de criatividade, pesquisa, investigação científica ou pedagógica, inovação, assim como a capacidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos na resolução de problemas concretos de desenvolvimento, com vista à sua formação académica e profissional (RA UniLuanda, 2023).

Como podemos perceber, o artigo em referência estabelece a função do estágio de modo geral, mas é importante dizer que o estágio é um requisito obrigatório, sendo que os estudantes podem reprovar com até dez por cento de faltas injustificadas, conforme plasmado no art. 38.º do mesmo Regime que estabelece o percentual de faltas que levam os estudantes a reprovação, tendo em conta a natureza da disciplina, onde podemos ler:

2- Perde a frequência numa disciplina o estudante que, em atividades pedagógicas de carácter prático ou teórico-prático, perfizer um total de faltas injustificadas igual ou superior a 10% do número de aulas efetivamente realizadas no decurso de um semestre letivo.

3- Independentemente da justificação das faltas, o estudante é obrigado a frequentar um número mínimo de a definir pelas Unidades Orgânicas, em função da especificidade do curso, especialidade [...].

²⁵ Segundo o art. 37.º do RA UniLuanda, que classifica os estudantes em ordinários e Voluntários, a alínea a do número 2 do mesmo art. diz que para os estudantes ordinários, a frequência às aulas e demais atividades académicas é obrigatória (vide RA UniLuanda, 2023).

4- Os estudantes que excederem o limite de faltas definido nos números anteriores, reprovam nesta disciplina.

Como sabemos, a formação em Serviço Social é de carácter teórico-prática, logo, os estudantes que tiverem um número igual ou superior de faltas conforme apresentado nos números anteriores, reprova automaticamente, isto vale tanto para os estágios, quanto para as disciplinas teóricas, uma vez que a modalidade do nosso ensino é presencial e a participação dos estudantes é obrigatória. Conforme defendido por Oliveira (2004) *“O estágio supervisionado situa-se como um elemento do ensino da prática profissional, dada a dimensão teórico-prática do Serviço Social”*.

Constatou-se que, se por um lado, alguns estudantes reprovam pela não justificação de faltas, por outro lado, há docentes que não demonstram qualquer abertura para que eles apresentem o justificativo, e muitas vezes até chegam a reprovar injustamente. Porém, isso só se dá porque o DEI e os Regentes ou Coordenadores dos cursos não desempenham o seu papel, ficando a situação a mercê dos docentes, ou seja, depende da boa vontade do dos docentes se a justificação é válida ou não.

Assim sendo, precisamos refletir sobre esta questão das reprovações indevidas²⁶, que tem frustrado sonhos de muitos/as estudantes, não podemos normalizar a reprovação, ao mesmo tempo que devemos apelar aos discentes no sentido de pautarem cada vez mais por uma postura responsável no cumprimento de seus deveres, mas é importante que o/a docente seja uma referência de pontualidade, assiduidade, coerência, ética, empatia para não cair no descrédito e servir de inspiração para as futuras gerações.

3.2. Condições criadas para a realização do estágio supervisionado na Faculdade de Serviço Social da UniLuanda

Conforme já foi explicitado anteriormente, na Faculdade de Serviço Social, as condições para a realização dos estágios supervisionados começam a ser preparadas a partir do primeiro semestre, com os aspectos administrativos que devem estar a cargo da direção da instituição, com realce para o Chefe do

²⁶ Constatou-se a reprovação de discentes por faltas, sendo que a docente em causa terá faltado mais que os próprios estudantes, uma vez que ela se encontrava no exterior do país. O caso tornou-se mediático, mas a direção não agiu em defesa dos estudantes.

DEI do curso e sua equipa que trabalham no mapeamento dos possíveis campos de estágio para a posteriori seguir-se com o processo de assinatura de memorando de estágio entre as partes interessadas (UniLuanda versus Instituição acolhedora).

Embora isso seja o ideal, nem sempre ocorre como o previsto, por exemplo, para o presente ano académico com as mudanças ocorridas a nível do DEI-SS com a mudança de chefia, verificou-se a falta de planificação dos estágios no primeiro semestre, obrigando o atual chefe o DEI -SS a correr atrás do processo, tendo sido possível até ao dia 16 de maio de 2025 a inserção dos estudantes do 3.º e 4.º ano aos campos de estágios, estando por inserir-se os estudantes do 1.º e 2.º ano respetivamente por falta de campos disponíveis para acolherem os/as estagiários/as.

Este atraso de inserção dos/as estagiários/as nos respetivos campos de estágios contribui negativamente para a qualidade do processo de formação, além do fato de que cria uma série de constrangimentos tanto para os supervisores, quanto para os/as próprios estagiários/as que têm de reajustar as suas agendas porque o estágio que devia terminar no mês de julho, por exemplo, acaba terminando no mês de setembro.

No entanto, isto não se dá por acaso, revela a maneira como o estágio é encarado na própria instituição de ensino, ele não ocupa um lugar de destaque, é apenas um requisito de cumprimento obrigatório porque consta no Plano Pedagógico do Curso (PPC), porque a depender de algumas pessoas ele deixaria de existir.

É interessante notar, que para Oliveira (2004)

Como em outras profissões, o ensino do Serviço Social caracteriza-se pelas particularidades institucionais e também pela diversidade de paradigmas relacionados à natureza de seus conceitos, teorias e métodos de investigação e intervenção na realidade social (Oliveira, 2004, p. 60).

Para autora, o estágio ocupa este espaço que para além de proporcionar a investigação de fenómenos sociais, permite a intervenção na realidade social, ou seja, no campo em que o/a estagiário/a estiver inserido.

Diante disto, é necessário que o DEI-SS seja “competente”, no sentido de garantir que os estágios ocupem o lugar de destaque que merecem na formação profissional dos/as futuros/as Assistentes Sociais. Aqui, nos referimos à dimensão da competência segundo o que Rios (2001) define como “saber fazer bem”, conforme Santos (2010) enfatiza,

“saber” e “saber fazer” para ela têm uma dimensão técnica, mas “saber fazer bem”, implica uma dimensão ética, na medida em o “bem” envolve um valor que vai além do carácter moral, não sendo separado do carácter técnico nem do político da profissão. [...] Dessa forma, competência envolve competência ética, política e técnica (Santos, 2010, p. 71).

Nesta senda, é imperioso que o Chefe do DEI-SS e sua equipe saibam fazer bem o seu trabalho, sob pena de colocar em risco todo o projeto de formação de quadros que se pretende qualificados, contanto que, o estágio supervisionado é um requisito indispensável na formação, como bem pontua Oliveira (2004), ao afirmar que,

o estágio supervisionado tem um significativo papel no processo de formação profissional, pois representa essencialmente ao aluno uma possibilidade de aproximação da realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos, que orientam o exercício profissional do Assistente Social (Oliveira, 2004, p. 65).

Diante do exposto, estamos em condição de afirmar que, lamentavelmente as condições criadas para a efetivação dos estágios na Faculdade de Serviço Social ainda são deficitárias, conforme podemos confirmar através dos depoimentos das entrevistas logo a seguir.

Questionados sobre qual é a sua opinião sobre a forma como é feita a organização do processo de estágio na FSS, eles respondem nos seguintes termos:

“A organização precisa ser melhorada, pois, muitas vezes já houve grupos de estudantes que não foram permitidos ter acesso ao campo de estágio porque a faculdade mandou os estudantes sem a presença do orientador” (Nêspira, 26 anos).

Segundo Goiaba (28 anos), *“a organização tem sido bastante burocrática e desorganizada. Pois, os estudantes têm sido os mais lesados e desafiados, na medida em que são colocados em locais demasiadamente distantes das suas residências”*.

Para Banana (26 anos), *“a organização do processo de estágio em Serviço Social na faculdade pode ser dividida em dois aspectos principais. Em primeiro lugar, observo que as parcerias estabelecidas pela instituição com diferentes organizações no âmbito do estágio nem sempre são eficazes em promover a profissão, o trabalho, a própria faculdade e os estudantes. Para que essas parcerias sejam realmente impactantes, é fundamental que sejam firmadas com instituições de maior visibilidade e reconhecidas no campo do Serviço Social. Um exemplo positivo desse tipo de parceria é o que ocorreu com o FAS-IDL. Tais colaborações não apenas facilitam a prática dos alunos, mas também fortalecem a imagem da profissão e da instituição de ensino.*

No segundo aspeto, destaco a falta de autonomia dos estudantes na escolha dos campos de estágio onde poderão exercer suas atividades. Essa limitação pode impactar a motivação e o aprendizado dos alunos, uma vez que a escolha do campo de atuação é fundamental para a construção de interesses profissionais e a identificação com a prática do Serviço Social. A possibilidade de influenciar e selecionar esses locais de estágio poderia promover um desenvolvimento mais alinhado com as aspirações e competências de cada estudante” (Banana, 27 anos).

Como podemos ver, se por um lado, Nêspira (26 anos) diz que o processo de estágio carece de melhorias sobretudo no processo de inserção de estagiários/as nos campos de estágio, por falta de acompanhamento de supervisores acadêmicos, por outro lado, Goiaba (28 anos) diz que o processo é burocrático e lesa os estudantes, na medida em que eles são inseridos em campos de estágios muito distantes de suas residências.

Banana (27 anos) destaca dois aspectos fundamentais, primeiro, a falta de eficácia dos acordos de parceria entre os campos de estágio e a FSS, por entender que os protocolos são firmados com instituições com pouca visibilidade que não promovem a instituição, tampouco a profissão e os estudantes, com exceção do FAS-IDEL, que tem sido um bom parceiro da instituição na capacitação de estudantes nas diversas matérias, sobretudo no desenvolvimento de habilidades e competências profissionais. Segundo, pela falta de autonomia dos estudantes na escolha dos campos de estágios.

Embora sejamos apologistas de que os/as estagiários/as devam ter autonomia na escolha do campo de estágio, tendo em conta a área de interesse dos/as mesmos/as, é importante referenciar que, diante do atual cenário apresentado pela FSS, esta tarefa não só seria difícil, como não exequível. Primeiro pela falta de conservação dos campos de estágio, segundo, pela insuficiência de supervisores/as académicos/as resultante da não contratação e/ou não pagamento²⁷ dos/as subsídios de supervisão e, o mais gritante, a falta de supervisores de campo qualificados.

Mas, isso não ficou por aqui, ainda sobre a mesma questão, Múcuca (26 anos) diz que, *“Existe muitos campos de estágio, o problema é a desorganização da Faculdade, fazem tudo tarde, com os dados dos estudantes eles podem ver onde mais ou menos o estudante poderá estagiar”*.

Pitanga (25 anos) diz que, *“na minha opinião, o processo de organização de estágio é feito de forma restrita sem conhecimento dos estudantes, porque muitas das vezes os estudantes são selecionados em campos de estágio que a instituição não recebeu a carta de solicitação e não sabe se quer da vinda dos estudantes”*.

“Na minha opinião, o jeito que se tem feito a organização não é a das melhores porque tem faltado comunicação e devido acompanhamento” (Loengo, 36 anos).

Embora a maioria dos/as entrevistados/as mostrou-se insatisfeito/a com a forma como são organizados os estágios na instituição por suposta falta de planificação antecipada e estratégica, falta de participação dos/as estagiários/as no processo, bem como a ausência de supervisores/as académicos no processo de inserção e no acompanhamento de estagiários/as, há quem pense diferente, como é o caso de Manga de 38 anos de idade, que diz *“quanto a forma de organização tem sido bem elaborada”*.

²⁷ Por insuficiência de supervisores/as académicos/as devido o número reduzido de docentes formados na área, tendo em conta o rácio número de estudantes vs número de supervisores académicos, a instituição vinha ao longo dos anos anteriores contratando Assistentes Sociais tanto os formados pela UniLuanda quanto os formados pela UCAN para fazerem face a esta demanda e em compensação atribuía um subsídio em valor pecuniário pela supervisão, o que já não acontece nos últimos tempos. Tal medida não só desmotiva os/as supervisores/as ao longo do processo de supervisão de estagiários/as, como desqualifica o próprio processo.

Esta afirmação pode evidenciar duas hipóteses, primeira, nem todos os/as estagiários/as passam/ram pelas mesmas peripécias, segunda, nem todos/as estagiários/as têm o olhar crítico sobre a realidade, particularmente do processo de estágio na instituição.

Nesta perspectiva, vale salientar que, segundo a ABEPSS (2009b, p.11),

o estágio se constitui num instrumento basilar na formação da análise crítica e da capacidade de intervenção, de proposição e de investigação do(a) estudante, e na apreensão dos elementos concretos e construtivos da realidade social capitalista e suas contradições.

Assim sendo, o estágio mais do que um processo interventivo, permite a formação da análise crítica dos/as estagiários/as tendo em conta a realidade social em que estejam inseridos/as, bem como a investigação de fenómenos sociais decorrentes desta prática.

Quando questionados/as sobre a forma **como são selecionados/as os/as estagiários/as nos respetivos campos de estágios**, os/as entrevistados disseram o seguinte:

“Nunca observei detalhadamente sobre o critério para seleção dos estudantes bem como do campo de estágio, o que observei ao longo dos 4 anos de formação foi que sendo estágio obrigatório todo mundo deveria fazer independentemente do campo, a instituição não olha para os interesses dos estudantes, linhas de pesquisa ou mesmo o aproveitamento acadêmico. O que deveria melhorar é priorizar principalmente aos estudantes que estão no 3º e 4º anos perguntar-lhes quais linhas de pesquisa desejam seguir para que se traça um campo de estágio conforme os seus interesses” (Pitanga, 25 anos).

Para Manga (38 anos), *“a seleção dos Estagiários, peca em demasia por não se ter consultado aos estudantes sobre possíveis campos de atuação, fazendo acolação com o projecto final que poderá ser possivelmente o seu TCC”*.

Segundo Banana (26 anos), *“parece-me que não existem critérios específicos para a seleção dos estagiários em determinados campos de estágio. E, caso existam, nunca tive oportunidade de compreender claramente quais são. Contudo, com base na minha experiência como estudante de Serviço Social, posso afirmar categoricamente que a colocação dos estudantes no campo de estágio não obedece a critérios como desempenho acadêmico, atitudes,*

interesse do estudante, histórico de atividades extracurriculares, linhas de pesquisa que o estudante pretende seguir ou o curso que frequentou no ensino médio. O que realmente ocorre é uma distribuição de estudantes por afinidade, amiguismo e relações pessoais, onde os estudantes são colocados nos chamados “melhores campos” ou em locais mais próximos das suas rotinas diárias”.

Conforme os depoimentos, além das preocupações dos/as estudantes com relação aos problemas mencionados, como o excesso de burocracia, a falta de planificação antecipada e estratégica, reiteram a falta de autonomia dos/as estagiários/as na escolha dos campos de estágio, tendo em conta os temas de interesse para o Trabalho de Fim de Curso (TCC) e as linhas de pesquisa, bem como a distância da zona de residência versus os campos de estágios, além da preferência que é dada a uns/mas em detrimento de outros/as na colocação aos campos de estágios como sendo os principais problemas.

Assim como o processo de estágio demanda uma organização da parte da unidade de ensino, no tocante aos processos administrativos, no caso da realidade brasileira por exemplo, também demanda organização da parte da instituição acolhedora dos/as estagiários/as, conforme pontua Lewgoy (2019, p.24),

Para o cumprimento do estágio supervisionado, a instituição campo de estágio deve assegurar requisitos básicos, tais como: espaço físico adequado; sigilo profissional; equipamentos necessários; e disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem.

Deste modo, fica evidenciado que, o estágio supervisionado é um processo que se complementa entre as partes envolvidas, onde cada uma destas partes (unidade de ensino, campo de estágio, supervisores/as e estagiários/as) devem desempenhar com zelo o seu papel para que, sejam cumpridos os objetivos pelos quais foi traçado.

Daí que, é fundamental que a FSS enquanto unidade de ensino junto da UniLuanda crie as condições internas para proporcionar a realização de estágios de qualidade aos seus/as estudantes, tendo em conta os elementos anteriormente discutidos, bem como desenvolva um papel crucial nas negociações com os seus parceiros (campos de estágios), de modo que estes

criem as condições necessárias para o acolhimento condigno dos/as estagiários/as. Do contrário, o estágio será um fracasso ou uma experiência decepcionante.

3.3. Dificuldades enfrentadas e estratégias de superação no estágio supervisionado em Serviço Social na FSS da UniLuanda

Nesta seção, nos concentraremos nas dificuldades e estratégias de superação no processo de estágio supervisionado, com ênfase para os/as estagiários/as, que são os/as participantes da pesquisa.

Antes de mais, importa referir que, em Angola não temos uma política de estágio em Serviço Social a nível nacional, e tampouco a Universidade de Luanda tem o “Regulamento de Estágio”²⁸ aprovado, então, o que vem sendo feito até hoje são arranjos, que nós vamos designar por “práticas de estágios”, que reúnem os requisitos básicos que norteiam a realização de estágios em função do ano de formação, que vai desde o “Observatório social ao Estágio Supervisionado IV”, conforme já descrito anteriormente.

Os relatos abaixo ajudam-nos a apreender o seguinte:

Banana (26 anos) *“as principais dificuldades que enfrentei durante o estágio foram a escassez de recursos adequados para a prática do estágio em serviço social e a falta de conhecimento ou compreensão das instituições sobre a profissão”*.

Goiaba (28 anos) *“o não reconhecimento ou aceitação da profissão, imposição do papel do estagiário de Serviço Social no campo de estágio”*

Nêspera (26 anos) *“pontualidade ao iniciar o estágio, Ausência do orientador no campo de estágio, falta de conhecimento por parte da instituição de estágio sobre o Serviço Social”*.

²⁸ Neste momento em que escrevemos a presente dissertação, está em curso a discussão do Regulamento Geral de Estágio da UniLuanda, que além de ser muito generalista apresenta-se como um ataque aos fundamentos de estágio supervisionado em Serviço Social, pelo que exige uma mobilização dos/as docentes Assistentes Sociais junto do DEI-SS para que o mesmo regulamento dê azo à criação de um regulamento específico do curso de Serviço Social.

Loengo (36 anos), *as principais dificuldades estavam ligadas com o acesso aos materiais básico para o levantamento de dados, transporte, comunicação e alimentação durante o período de estágio.*

Manga (38 anos), *“dificuldade de elaborar um relatório final ou mensal”.*

Múcua (26 anos), *“as principais dificuldades são: A falta de conhecimento da profissão do Assistente social, a fraca confiança dos funcionários, dificuldades na obtenção de informações”.*

Pitanga (25 anos), *“as dificuldades que enfrentei durante o estágio foram: primeiro, restrições em acessar alguns serviços e informações nas instituições por sermos considerados espiões pelo pouco conhecimento das instituições sobre a profissão. Em segundo lugar, a falta de acesso a uma sala para realizar alguns atendimentos que carecessem de privacidade e a escassez de recursos materiais adequados para a prática do estágio em serviço social”.*

Conforme as respostas dos/as entrevistados/as, as principais dificuldades enfrentadas ao longo do processo de estágio começam com a morosidade no processo de inserção de estagiários nos campos de estágio, a falta de acompanhamento dos/as supervisores/as, sobretudo os/as académicos/as, a desconfiança dos profissionais que atuam nos respetivos campos de estágio por desconhecerem as atribuições dos/as Assistentes Sociais e/ou dos/as estagiários/as em Serviço Social, ou seja o total desconhecimento da profissão.

Este desconhecimento do Serviço Social em tais instituições gera um clima de desconfiança, a ponto de serem vetados o acesso às informações importantes da instituição para a embasar o relatório, como número de capital humano, recursos financeiros, investimentos, projeção futura, entre outros.

O pior de tudo é que por falta de plataformas digitais onde informações são publicadas como sites, jornais digitais e outros, que podem ser acessados e consultados pelos/as estagiários/as e o público em geral, a maioria das instituições em Angola ainda optam pelo modo tradicional, o físico, dificultando o acesso às informações e, muitas vezes, têm de envolver o supervisor académico para tal, dado que, os/as supervisores/as de campo compõem o quadro de tais

instituições, mas que atuam num exercício mais de controle e ao invés de facilitarem o acesso às informações dificultam.

Outras questões apresentadas prendem-se com a dificuldade de transporte e alimentação, por um lado, deve-se por falta de recursos financeiros, uma vez que a maioria dos/as estudantes são desempregados/as, filhos/as da classe trabalhadora, por outro lado, pela dificuldade na mobilidade rodoviária urbana que Luanda apresenta, principalmente em horários de ponta.

Tais dificuldades deviam ser reduzidas caso fossem consideradas a distância entre o local de residência e os campos de estágios, bem como, caso os estágios fossem remunerados. E por falar deste último, os/as entrevistados/as, quando questionados, **se os estágios fossem remunerados os/as estagiários/as melhorariam o seu desempenho?** Responderam o seguinte:

Segundo Pitanga (25 anos), *“olhando para a norma, o estágio obrigatório em Serviço Social não é remunerado, salvo a instituição garanta isto. Mas a remuneração melhoraria significativamente o desempenho dos estagiários sendo que muitos enfrentam dificuldades financeiras que muitas vezes lhes impossibilita de chegar até ao campo de estágio, outros preferem ir nos seus locais de trabalho e não no estágio, visto que conseguiram algo para suprir suas necessidades”*.

Na mesma linha, para Banana (26 anos), *“no âmbito do estágio curricular, a remuneração não teria um grande impacto, pois o foco principal é a obtenção de uma classificação positiva ao final do estágio. Porém, no caso do estágio não curricular, a remuneração seria um dos principais fatores motivadores, pois, dessa forma, o estagiário se sentiria mais comprometido e engajado, uma vez que estaria realizando uma atividade com uma correspondência mais direta ao trabalho profissional”*.

Já para Goiaba (28 anos), *“o dinheiro ou outro elemento pode ser tido ou visto como um estimulante. De facto, a remuneração financeira serviria como um fundamento para melhorar o desempenho dos estagiários no campo de estágio. Pois, teria facilitado e melhorado as condições de táxi, alimentação ou outra necessidade”*.

Na mesma senda, de acordo com Loengo (36 anos), *“a remuneração, além de incentivar a participação eleva o nível controle e de cobrança de responsabilidade por parte da pessoa que vai remunerar esses estagiários e novos modelos de exigências puderam surgir por conta disso, fazendo com que cada um tomasse o seu papel na melhoria de todas as partes do processo”*.

Nêspira (26 anos), *“eu digo talvez porque de um lado pode ajudar os estudantes que têm dificuldade de ir ao campo de estágio por conta da distância (táxi), conhecendo a vulnerabilidade econômica que passa o nosso país, também por outro lado, muitos estudantes estriam sempre presente não porque conhecem a importância do estágio, mas teriam remuneração”*.

Manga (38 anos), diz que *“um ordenado estimula de que maneira todos, principalmente os supervisores, é disto que eles têm reclamado no anonimato”*.

Nesta conformidade, tendo em conta as respostas apresentadas, podemos apreender que, embora o estágio remunerado possa ajudar a reduzir algumas dificuldades que os/as estagiários enfrentam ao longo do processo de estágio, como transporte, alimentação e outros, não se pode confundir o principal papel do estágio supervisionado em Serviço Social, conforme Pitanga (25 anos) e Banana (26 anos).

De igual modo, como foi dito por Nêspira (26 anos), muitos/as estagiários fá-lo-iam apenas como uma alternativa à fonte de renda, tendo em conta a situação socioeconômica do nosso país, com altas taxas de desemprego, principalmente para a população jovem, que é a maioria nas universidades. No caso, este dinheiro serviria para ajudá-los/as a cobrir algumas despesas como alimentação, transporte e outros.

Vale ressaltar também que, como denunciado por Manga (38 anos), os/as supervisores/as reclamam pela falta de remuneração dado o trabalho que prestam no acompanhamento dos/as estagiários, uma vez que, na visão de Manga, isso pode contribuir para o desempenho dos/as mesmos/as.

3.4. Contribuições e aprendizagens dos estágios supervisionados em Serviço Social na FSS da UniLuanda

Nesta seção, dentre outros aspetos, apresentamos as contribuições e aprendizagens proporcionadas pelos estágios supervisionados na Faculdade de Serviço Social da UniLuanda, através dos relatos dos/as estagiários/as, que são os/as participantes da pesquisa.

Antes de mais, vale recordar que, segundo Pinto (1997) a formação profissional do Assistente Social é compreendida como um processo contínuo e inacabado de autoqualificação, de educação permanente, de construção de saberes mediatizados pela prática social, na qual se insere a prática profissional.

Dito de outro modo, o Assistente Social começa a sua formação profissional a partir do momento em que ingressa na Faculdade no curso de Serviço Social, mas ela se consolida com o passar do tempo, ao longo do exercício profissional, de forma contínua, através da busca incessante por novos conhecimentos, das trocas com outros/as colegas da área, participação em eventos que buscam refletir o exercício da profissão através de debates e trocas de experiências.

Oliveira (2004) diz ainda que, enquanto processo que se inicia no curso de graduação, o estágio supervisionado tem uma importância significativa no ensino e aprendizagem profissional. Pois conforme fundamentado por Oliva (1989), o estágio na formação é fundamentalmente uma alternativa de conhecimento da realidade concreta, uma forma de apropriação de conhecimento e questões presentes na sociedade.

Na mesma linha de pensamento, Oliveira (2004, p.60), ressalta que,

não se pode conceber a formação profissional do Assistente Social como o simples aprendizado de conteúdos hermenêuticos, restringindo-se à instrumentalização técnica, transmitida em determinado espaço de tempo, mas sim à capacitação teórico-metodológica, alicerçada numa vertente crítica, que permita ao profissional compreender a realidade social no seu movimento estrutural e conjuntural.

Feitas as considerações dos autores, trazemos abaixo alguns depoimentos que traduzem a compreensão dos/as estagiários/as entrevistados sobre a visão destes sobre o contributo dos estágios supervisionados na formação profissional.

Abacate (31anos), *“tem permitido o estudante pôr em prática aquilo que viu em teoria, desenvolver as dimensões prática do Serviço Social”*.

Banana (26 anos) *“para mim o estágio supervisionado é importante para os estudantes de Serviço Social porque permite conciliar os conhecimentos teóricos na prática. Além disso, possibilita a desenvolver habilidades essenciais como comunicação e resolução de problemas, que são cruciais para o exercício da profissão. Oferece também uma visão real do ambiente de trabalho, permitindo que os estudantes compreendam as demandas e os desafios do cotidiano de um Assistente Social.*

Também ajuda os estagiários a melhorarem suas práticas e a se prepararem para o mercado de trabalho. O estágio facilita ainda a construção de uma rede de contatos profissionais, o que pode ser benéfico para futuras oportunidades de emprego, conforme aconteceu comigo. Por fim, ensina a importância da ética e da responsabilidade social, fundamentais para a prática do Serviço Social”.

Nêspera (26 anos) *“é importante porque permite o estudante a conciliar a teoria com a prática”*.

Goiaba (28 anos), *“o estágio supervisionado em Serviço Social é importante porque permite a aproximação do profissional com a realidade, desenvolvimento de habilidades, construção de identidade, possibilidade de inserção no mercado de trabalho, entre outras”*.

Loengo (36 anos), *“o estágio supervisionado tem grande importância em Serviço Social por ser um momento em que os futuros profissionais são levados a observação das múltiplas realidades sociais e desenvolver capacidades e habilidades técnicas e metodológicas para programar acções que indicam caminhos de melhoria ou resolução das situações sociais identificadas. Assim, ajuda muito os estudantes a conciliarem a componente teórica da prática.*

Manga (38 anos), *“consiste na capacitação do profissional do Serviço Social a fim de conhecer a realidade social de um determinado contexto, ou seja, trazer a componente prática do Serviço Social”*.

Múcua (26 anos) *“o estágio supervisionado ajuda os estudantes a desenvolverem suas habilidades técnicas e profissionais, a aplicação do conhecimento adquirido durante o período de formação”*.

Finalmente, para Pitanga (25 anos), *“o estágio supervisionado para mim é de extrema importância, pois permite que o estudante possa conciliar os conhecimentos teóricos aprendidos durante as aulas com a prática, de modo que o estudante adquira e desenvolva competências, habilidades profissionais durante o estágio criando uma responsabilidade e conduta ética aos estudantes.*

Além disso, o estágio permite que o estagiário possa estar em contacto directo com as diversas realidades que poderá enfrentar com sua futura profissão e saber os desafios enfrentados, bem como a maneira de como solucionar quaisquer problemas no exercício profissional.

O estágio supervisionado cria oportunidades de vivenciar e conhecer inúmeras realidades sociais que permite aos estudantes direcionarem as suas futuras acções enquanto profissionais, e também a estabelecer networks para possíveis empregos”.

Segundo as respostas dos/as entrevistados/as, é possível perceber a importância que atribuem ao estágio supervisionado, bem como o contributo dos mesmos na formação profissional dos/as Assistentes Sociais em Angola de forma geral, particularmente na Faculdade de Serviço Social.

Se por um lado, o estágio supervisionado proporciona a conciliação entre a teoria e a prática, o que é designado como “práxis”, por outro lado, possibilita o ganho de habilidades e competências no exercício profissional, que vai desde o acolhimento, a comunicação assertiva, escuta ativa, o encaminhamento adequado, ou seja, um atendimento de qualidade.

Outro elemento muito importante que também foi sublinhado pelos/as entrevistados/as é que o estágio supervisionado tem proporcionado a empregabilidade de muitos/as estagiários/as que acabam sendo contratados/as e enquadrados/as em função da sua prestação enquanto estagiário/a. E podemos citar aqui alguns exemplos de colegas que se encontram a trabalhar em instituições como o Instituto de Desenvolvimento Local - FAS-IDL

superintendido pelo Ministério da Administração do Território, no Ministério da Saúde - MINSA, isto só para citar algumas.

De acordo com a ABEPSS (2009b), “[...]a formação ocorre para intervenções posteriores como profissional, nas diferentes expressões da questão social[...]”, porém, sem o estágio supervisionado esta deixa de ser formação e passa a ser deformação, ou seja, o estágio supervisionado não é apenas um requisito obrigatório no processo de formação dos/as Assistentes Sociais, como é indispensável, considerando as dimensões da profissão.

Falando nisso, importa abriremos um parêntese e fazer uma ligação com a discussão das dimensões do Serviço Social, com realce para as dimensões ético-política, teórico-metodológica e investigativa, tendo em conta os seus papéis na formação profissional dos/as Assistentes Sociais em Angola.

3.5. As Dimensões do Serviço Social no contexto de Angola – UniLuanda

3.5.1. Dimensão ético-política

De acordo com o quadro atual da FSS da UniLuanda, chama-nos atenção a existência de conflitos éticos na forma como certos docentes atuam diante de estudantes, bem como colegas da mesma categoria e até mesmo de seus superiores hierárquicos e assim vice-versa. Daí que, achamos conveniente, em primeira instância, fazer uma pequena abordagem sobre esta dimensão tão importante, principalmente na nossa realidade angolana pelo fato de o Serviço Social ser uma profissão nova ante as outras realidades, como é o caso do Brasil.

Vale ressaltar que, segundo Guerra (2019), para responder as diversas atribuições, competências e requisições socioprofissionais e políticas que a ela se colocam, a profissão precisa articular todas as suas dimensões, ainda que em algumas das suas atribuições ou competências, uma delas sempre se explicita mais do que as outras.

Parte-se do pressuposto que, para a mesma autora, entende-se por dimensões da profissão, “as características constitutivas do modo de ser do Serviço Social”.

Assim sendo, importa referir que, para Barroco (2019, p.53),

a ética diz respeito, portanto, à prática social orientada por valores, às decisões conscientes e escolhas de valor baseadas nas alternativas historicamente construídas, à projeção e viabilização de projetos e ações que visam à materialização de valores considerados positivos e à sua universalização nas relações sociais.

Nesta ordem de ideia, podemos apreender que, a ética é a prática social que visa a materialização de valores considerados positivos universalmente nas relações entre as pessoas, mas que é fruto de uma construção histórica. A ética, no entanto, é um termo generalista, daí a razão de abordarmos a ética enquanto mediação profissional. Assim sendo, Barroco (2019, p.54), diz que,

[...] a ética profissional é alimentada, teórica e praticamente por valores, princípios e concepções construídos historicamente e vigentes socialmente, quer dizer, não pertencem exclusivamente a uma dada profissão; pertencem à história, à cultura, às lutas sociais, aos avanços e retrocessos humanos.

A nível profissional, a ética é alicerçada por teorias, valores, princípios e concepções presentes na sociedade, construídas historicamente através das lutas sociais, mas que não pertence unicamente a uma profissão, mas aos seres humanos ou indivíduos sociais em todas as suas dimensões. No caso do Serviço Social, em concreto, segundo a autora,

[...] as várias dimensões da profissão formam uma totalidade orgânica, explicitada sob a forma de um projeto profissional que delimita um referencial teórico/técnico, um quadro de valores e princípios e uma dada direção social (finalidade) para orientar ética e politicamente a formação e o exercício profissional (Barroco, 2019, p.54).

Desta feita, percebe-se que, as dimensões em Serviço Social desde a ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa, investigativa e formativa atuam como uma totalidade orgânica com a finalidade de orientar do ponto de vista ética e politicamente tanto a formação quanto o exercício profissional e, tais dimensões são indissociáveis.

O mais preocupante em tudo isso é que, para a nossa realidade, caso da FSS da UniLuanda, os profissionais (Docentes e funcionários não docentes) que deviam servir de referências muitas vezes não o são, incorrendo às práticas incompatíveis com os valores defendidos pela profissão.

Tal situação afeta profundamente o processo de formação profissional, dado que os/as estudantes que se encontram envolvidos/as ou sejam vítimas de tais práticas podem vir a reproduzi-la o que pode configurar-se num ciclo vicioso.

Vale dizer que em meio a essa situação, ainda existem profissionais (docentes e funcionários não docentes) formados na área com os quais se possa orgulhar, mas num país como o nosso em que a corrupção, e o assédio são problemas estruturais e encontram-se institucionalizados quer a nível das estruturas do Estado como privadas, tais profissionais com postura incorruptíveis são combatidos/as até a exaustão e desacreditados/as publicamente.

Embora os valores e princípios éticos do Serviço Social tenham como referência o Código de Ética (que ainda não existe em Angola), é necessário compreender que a ética não se restringe a esta esfera legal. A ética é uma mediação que perpassa por todas as relações sociais, e na profissão não é diferente, pois recebe influências da sociedade e conta com divergências e contradições internas (Barroco, 2019).

Assim sendo, vale lembrar que embora não tenhamos o Código de Ética que regulamente a profissão em Angola, os valores e princípios defendidos pela profissão são universais e, de per si, todo/a e qualquer pessoa que decida formar-se em Serviço Social deve sujeitar-se a salvaguardá-los, sob pena de prejudicar à classe profissional dos/as Assistentes Sociais.

Diante disto, é fundamental olharmos a ética como um elemento central na formação profissional dos/as Assistentes Sociais, deve, por isso, permear todas as unidades curriculares que compõem o Projeto Pedagógico do Curso, conforme nos lembra a autora,

pensar sobre a centralidade da ética na formação profissional exige que consideremos a ética profissional como mediação entre as várias disciplinas, uma vez que todas se posicionam valorativamente em face da realidade, dos projetos sociais e profissionais, da direção social da formação e das teorias que sustentam o estudo e o debate das disciplinas (Barroco, 2019, p.55).

Neste sentido, os campos de estágio devem constituírem-se num espaço privilegiado de realização e de reflexão ética, pois eles propiciam ao/à estudante tanto a realização dos valores éticos profissionais, quanto inúmeros desafios de natureza ético-política, principalmente na realidade angolana em que “as ordens superiores” têm voz e vez em detrimento do pacato cidadão.

Como vimos, a centralidade da ética perpassa todas as disciplinas ou pelo menos deveria, mas no nosso contexto lamentavelmente é o contrário, se por

um lado, docentes que não sejam Assistentes Sociais são poupados da dura crítica, muitas vezes pelo fato da sua formação não possuir o mesmo rigor da dimensão ético-política, por outro lado, não podemos dizer o mesmo dos Assistentes Sociais. Ao ponto de ouvir-se comentários como “nem parece Assistente Social, tudo a mesma coisa.

De acordo ainda com Barroco (2019), inúmeras situações vividas nas experiências de estágio revelam conflitos e contradições éticas. Ao envolver relações profissionais entre supervisor do campo e acadêmico, e mediações entre o projeto de formação e o mercado de trabalho profissional, os campos de estágio muitas vezes colocam o/a estudante em confronto com práticas e projetos muitas vezes antagônicas aos da sua formação, ou mesmo experiências que são passíveis de denúncias éticas.

Este cenário é muito presente nos campos de estágio em Angola, pelas razões já apresentadas que vão desde a falta de preparo dos/as estagiários com relação as atribuições privativas no campo de estágio, a precarização da supervisão quer acadêmica como de campo, bem como o olhar que se tem do estágio por todos os entes envolvidos.

O mais complicado em tudo isso, é que estas denúncias éticas nem sempre têm o devido peso, porque se por um lado, os/as estudantes que deviam denunciar muitos deles/as fazem parte do “esquema²⁹”, por outro lado, os que não fazem parte de tais “esquemas” têm medo de possíveis represarias. O sentimento de impunidade que já foi tão grande em vem diminuindo aos poucos ainda presente em muitos/as docentes permiti-lhes fazer e desfazer, ao ponto de dizerem “pode queixar-se onde quiser, ninguém vai me fazer nada”.

²⁹ A referência que fazemos ao “esquema” tem que ver com práticas antiéticas praticadas por docentes, funcionários não docentes, supervisores/as de estágios e estudantes, como por exemplo, estudantes que não comparecerem de forma pontual e assídua aos campos de estágios e que contam com a cobertura de colegas que são apanhados/as em flagrante delito nas visitas surpresas dos/as supervisores acadêmicos, estudantes que não fazem os estágios por razões pessoais (trabalho, viagens etc.), mas no fim do processo tem avaliação positiva por subornar o/a supervisor/a acadêmico/a, porque o de campo não cumpre com o seu papel, facilitando o esquema, entre outros.

A grande questão é que há alguns anos, este esquema começava a partir do processo de ingresso à FSS (então ISSS), enquanto uns/mas esforçavam-se para fazer o exame (vestibular) e conseguir uma vaga, outros/as ingressavam na base da corrupção ou do amiguismo. No entanto esta prática já ficou para trás.

Mas, apesar de tudo, os tempos mudaram e já temos alguns exemplos de docentes e funcionários não docentes com processos disciplinares por práticas indecorosas, principalmente com a atual gestão da UniLuanda neste mandato de 2022-2027. Embora não seja nossa missão separar o “trigo do joio”, faz-se necessário refletir profundamente sobre o conflito ético na atuação destes/as “profissionais”.

Em suma, é fundamental chamar atenção sobre a categoria da responsabilidade tendo em conta os desafios atuais e futuros, para que possamos nos orgulhar da profissão em função da qualidade de profissionais que formamos e/ou formaremos. Na concepção de Barroco (2019, p.56),

[...] a responsabilidade é uma das categorias éticas mais relevantes na consideração do estágio; a identificação e as respostas aos conflitos, às contradições e contravenções éticas nos campos de estágio constituem uma responsabilidade coletiva posta ao corpo docente. Porém, trata-se de uma relação que envolve os supervisores de campo, que também assumem a responsabilidade de aceitar essa função.

Conforme a autora e os depoimentos abaixo dos/dos entrevistados/as, fica mais evidente o papel da supervisão no sucesso ou insucesso dos estágios o que contribui para a boa ou má formação dos/as futuros/as Assistentes Sociais, bem como a visibilidade ou invisibilidade da profissão.

Segundo Pitanga (25 anos), *“o não cumprimento das responsabilidades dos supervisores académico e de campo afeta significativamente os estagiários porque, muitos estudantes saíram de diversas realidades sociais e acabaram engrenando por circunstâncias da vida no curso de Serviço Social, e ao começar o estágio encontram um profissional que acaba mutilando as suas chances de obter o gosto pela profissão, esta situação cria a má percepção e também a desistência do estudante.*

Outra questão, é que muitos estagiários saem dos seus campos de estágio da mesma forma como entraram sem saber como colocar em práticas as bases aprendidas, devido à falta de compromisso de alguns supervisores”.

Na mesma linha, Banana (26 anos) diz que *“o não cumprimento das responsabilidades pode afetar significativamente o desempenho dos estagiários, comprometendo tanto a qualidade do aprendizado quanto a efetividade da prática profissional”.*

Para finalizar, Múcuca (26 anos) acrescenta que *“as irresponsabilidades dos supervisores afetam no desempenho dos estagiários, pois é no campo onde o estudante procura aplicar o conhecimento adquirido na faculdade. Quando não recebe o devido acompanhamento dos supervisores, principalmente o supervisor acadêmico, o estudante fica perdido”*.

Como podemos apreender das respostas dos/as entrevistados/as, a indevida atuação dos/as supervisores contribui negativamente no processo de formação profissional, o que além de beliscar a imagem da profissão, deforma os/as estudantes e faz com que alguns/mas deles/as desistam do curso.

Aqui a questão da desistência do curso não deve ser entendida apenas de forma literal, como o abandono da formação para fazer uma outra, porque muitos/as deles/as até terminam a formação, mas sem identidade profissional, desencantados/as pela profissão, o que os/as leva a atuarem noutras áreas, e quando atuam como Assistentes Sociais, não o fazem devidamente por falta de compromisso profissional.

Segundo Oliveira e Walhers (2023), ao refletirem sobre o papel central do estágio supervisionado na formação de Assistentes Sociais, dizem que,

como um dos elementos centrais da formação profissional, o estágio supervisionado deve possibilitar o desenvolvimento da autonomia, da competência e de habilidades críticas e propositivas, alicerçadas no compromisso ético-político (Oliveira e Walhers, 2023, p. 121).

Diante deste cenário, os/as estudantes são desafiados/as a aprimorarem no quesito do autodidatismo, apegarem-se aos/às poucos/as supervisores/as que embora *“considerados/as chatos/as”* por conta do rigor, são a vanguarda da profissão, a bem da sua formação profissional.

Para concluir, Barroco (2019), afirma que, no contexto atual, com o avanço do neoconservadorismo, o agravamento da questão social e seu enfrentamento punitivo pelo Estado, as questões ético-políticas colocadas à formação e ao exercício profissional adquirem uma complexidade maior, apresentando-se institucionalmente sob a forma de assédios morais dirigidos à negação da ética profissional.

Em suma, espera-se dos profissionais formados em Serviço Social uma postura ético-política que sirva de inspiração para as futuras gerações de

profissionais, de modo a perpetuar-se a preservação dos valores e princípios basilares que fundamentam a nossa profissão e o nosso agir profissional. É preciso tão somente cultivar o pensamento e o sentimento coletivo da classe, o que demanda esforço de cada um/a e de todos/as os/as Assistentes Sociais de Angola.

Assim sendo, passamos a seguir a abordagem sobre a dimensão teórico-metodológica no contexto de Angola, a partir da realidade da FSS da UniLuanda.

3.5.2. Dimensão teórico-metodológica

Antes de mais, importa referir que para Marx (2007), a teoria é uma das formas de conhecimento, assim como arte, o conhecimento prático, entre outros. Dito de outro modo, a teoria é o conhecimento do seu objeto real, como se apresenta em sua estrutura e dinâmica (Texeira, 2019, p. 74).

Uma elucidação dessa concepção é proposta por Netto (2011, p. 21), segundo a qual “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é a reprodução ideal do movimento real do objeto [...] é a reprodução ideal do movimento real do objeto”.

Feito este introito sobre a concepção da teoria na perspectiva dos autores acima citados, vale passarmos para as concepções da dimensão teórico-metodológica da profissão, mas é importante reiterar que, embora fazemos essa abordagem separadamente, as dimensões do Serviço Social no exercício da profissão são indissociáveis.

Nesta conformidade, para Teixeira (2019), a dimensão teórico-metodológica deve propiciar a análise da realidade social a partir do concreto, dos processos sociais que permitem capturar o significado social da profissão na sociedade capitalista e nas particularidades da formação sócio-histórica da sociedade [...].

Partindo da concepção Marxiana segundo a qual, na sociedade capitalista o homem se transforma em “mercadora”, vendendo a sua força de trabalho em troca do trabalho assalariado, importa refletir sobre este elemento concreto, a mercadoria.

Ao realizar uma análise minuciosa da mercadoria, Marx encontra determinações do real, categorias concretas que sustentam sua análise dialética, materialista e crítica, como: valor de uso, valor de troca, trabalho concreto e abstrato, alienação, fetichismo, produção, circulação, consumo, entre outros (Teixeira, 2019, p. 75).

Assim sendo, para melhor apreender a dimensão teórico-metodológica, é imperioso não separar a teoria da metodologia, uma vez que, ambas se complementam.

Ainda na visão de Teixeira (2019),

[...] para melhor expressar a dimensão teórico-metodológica no estágio supervisionado, o/a discente deve iniciar suas atividades de estágio após ter desenvolvido um conjunto de componentes curriculares (disciplinas, oficinas, laboratórios, seminários temáticos) – [...] que permitem aproximações: à crítica da economia política, a diferentes perspectivas teóricas, às políticas sociais, aos elementos que constituem as objetivações ético-morais e à ética profissional; para que o discente possa acionar um conjunto de elementos teórico-metodológicos e confrontar com a realidade do trabalho de assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais (Teixeira, 2019, p. 77).

Desta feita, para a nossa realidade, é necessário e urgente que os conteúdos ministrados nas distintas unidades curriculares que constituem o Plano Pedagógico do Curso estejam alinhados com o projeto da profissão, para que os/as estudantes tenham embasamento do ponto de vista ético-político, teórico-metodológico e técnico operativo durante a prática de estágios.

Como sabemos, o/a estagiário é um/a aprendiz que carece de orientação, acompanhamento, treinamento e encorajamento durante a vigência do estágio, que deve integrar as figuras de supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico/a.

Segundo Texeira (2019) é importante que o/a supervisor/a de campo leve a/o estagiário/a a refletir sobre a realidade do campo de estágio, estimulando a/o discente a mobilizar os conhecimentos já adquiridos na universidade, disponibilizando seu conhecimento e acúmulo sobre a realidade institucional e sobre a política social em que está inserido.

O autor diz ainda que, embora os/as Assistentes Sociais enfrentem nos seus campos sócio-ocupacionais inúmeros desafios e até mesmo constrangimentos, face a sua condição de trabalhador assalariado, cabe ao/à supervisor/a de campo explicitar esses antagonismos aos/às estagiários/as demonstrando como, mesmo em meio a essas contradições, é possível construir

respostas competentes, éticas e tecnicamente na direção da garantia de direitos sobretudo dos/as utentes.

Tal explicitação deve ser a partir das suas competências e atribuições privativas, como visualizou possibilidades de atuação, que análises institucionais foram construídas e que instrumentos técnico-operativos foram mobilizados para responder às demandas sociais (Teixeira, 2019).

Lamentavelmente no caso de Angola, esta realidade está longe de acontecer, dado que, primeiro, até os dias que correm, apenas o sector da saúde contratou Assistentes Sociais, um número digno de realce, mais de cem, tanto a nível dos órgãos centrais como a nível dos hospitais em todo o país. No caso de Luanda, nem todos os hospitais, têm no seu quadro de pessoal pelo menos um/a Assistente Social. Isso para não mencionar outras instituições que acolhem estagiários/as nas mesmas condições.

A falta de Assistentes Sociais a nível do quadro de pessoal das instituições campos de estágios, contribui para que estudantes de Serviço Social sejam supervisionados, no caso, (supervisor/a de campo) por profissionais de outras áreas cujo trabalho se limita na perspectiva do controle deles/as, marcando falta, atribuindo tarefas muitas vezes à margem da profissão, o que ruim para a classe.

Daí que, a visão que se tem é que qualquer profissional que tenha empatia pelos/as utentes e desenvolva o assistencialismo, pode ser Assistente Social. Posto isso, exige-se que os/as Assistentes Sociais já enquadrados/as façam um esforço redobrado, e, se não for suficiente, triplicado, no sentido de desempenharem bem o seu papel para que através das ações concretas possam dar a conhecer aos/às utentes, colegas e suas chefias sobre a necessidade de enquadramento de mais Assistentes Sociais nos mais variados setores da sociedade angolana, para fazerem face à demanda gritante.

No quadro da supervisão, afinal, nem tudo é tarefa do/a supervisor/a de campo, há também, tarefas a serem cumpridas pelo/a supervisor/a académico/a, considerando que se trata de um exercício de complementaridade. Assim, para Teixeira (2019),

a supervisão académica, por sua vez, parte do que é trazido por estagiários/as a cada encontro. Mais do que aulas teóricas propriamente

ditas, a supervisão acadêmica deve caracterizar-se como encontros formativos. E, a partir dos elementos apontados por estagiários/as, construir a reflexão teórico-metodológica, o que exige do/a docente um conhecimento das mediações que conectam trabalho e formação profissional (Teixeira, 2019, p. 79).

Para finalizar, o autor menciona que, um dos desafios é que, algumas vezes o/a docente, preocupado/a em garantir o conteúdo do programa, não proporciona espaços para a reflexão do trabalho profissional. Assim como o oposto também se verifica, o/a docente na supervisão acadêmica constrói, no encontro em sala de aula, um “debate sobre a prática” sem as devidas mediações teórico-metodológicas (Teixeira, 2019).

O autor chama ainda atenção para não se cair na ilusão de pensar que se trata de uma dicotomia, onde o/a supervisor/a acadêmico/a trata das questões teóricas e o/a supervisor/a de campo trata das questões práticas, mas ambos/as devem refletir com os/as estudantes as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas nas particularidades da supervisão.

Assim, para a nossa realidade, em que se por um lado, a maioria dos/as supervisores/as de campo não são Assistentes Sociais, por outro lado, ainda existe um número de supervisores/as acadêmicos/as que também não são Assistentes Sociais, os desafios são ainda maiores.

Daí que, exige-se que pelo menos os/as supervisores acadêmicos sejam todos/as Assistentes Sociais, para suprirem as demandas dos/as supervisores/as acadêmicos, até mudar-se o atual quadro, o que é um processo e, pelo que conhecemos do nosso país, ainda levará muito tempo, uma vez que, passa necessariamente pela organização da nossa classe profissional, a começar da concepção do Código de Ética da profissão, a criação das diretrizes curriculares no âmbito da formação a nível nacional, a concepção da Política Nacional de Estágios, entre outros instrumentos legais.

Feito isto, passaremos agora a abordagem à dimensão técnico-operativa da profissão.

3.5.3. Dimensão técnico-operativa

Ao falarmos do estágio supervisionado, torna-se indispensável abordar sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, pois, embora seja

necessário a articulação entre todas as dimensões da profissão, sua materialização se dá pela dimensão técnico-operativa. “Portanto, é a que a legitima na divisão social e técnica do trabalho e legitima o processo de formação profissional realizado no espaço do estágio” (Guerra, 2019). A autora diz ainda que,

[...] o estágio supervisionado é tanto espaço de realização das dimensões da profissão quanto de uma formação crítica, competente e compromissada. Nele a dimensão técnico-operativa se sobressai e não poucas vezes, oculta as demais dimensões da profissão, dado que o espaço do estágio é concebido, equivocada e limitadamente, como o “espaço do ensino da prática”, do ensino do “como fazer” ou de “aprendizagem do instrumental técnico-operativo”. No contraponto, a academia seria o lugar do “pensar” ou do “ensino da teoria” (Guerra, 2019, p. 66).

Tal visão equivocada, resulta da “racionalidade formal-abstrata”³⁰ da profissão que, é muito presente na compreensão que se tem do estágio na realidade angolana, dividindo-o em dois momentos, no primeiro semestre, o ensino da teoria e no segundo semestre, o estágio prático.

Esta compreensão embora equivocada, é replicada pelos/as docentes, supervisor/a, gestores, e interiorizada pelos/as estudantes, dificultando as mediações de questões cuja intervenção carece da articulação das dimensões da profissão, uma vez que, embora uma se explicita mais que as outras em determinadas situações, são indissociáveis.

Para se ter uma ideia do quanto essa perspectiva está enraizada no seio dos/as estudantes, tomamos como exemplo os depoimentos abaixo dos/as entrevistados/as, quando questionados/as sobre a importância do estágio supervisionado:

Banana (31 anos) *“tem a importância de permitir o estudante pôr em prática aquilo que viu em teoria, desenvolver as dimensões pratica do serviço social”*.

Múcua (26 anos), *“o estágio supervisionado ajuda os estudantes a desenvolverem suas habilidades técnicas e profissionais, a aplicação do conhecimento adquirido durante o período de formação”*.

³⁰ Segundo Guerra (2019, p. 66), são fundamentos da racionalidade formal-abstrata que nos levam a considerar que há uma dicotomia ou uma fragmentação entre teoria e prática.

Como podemos ler acima, tanto Banana, quanto Múcua enxergam o estágio como o lugar da prática, ou seja, onde os/as estagiários/as colocam em prática os conhecimentos teóricos apreendidos na academia, excluindo a articulação das dimensões da profissão.

E como “a história se repete”, o nosso receio é que, estes/as estudantes que hoje enxergam o estágio como o lugar da prática e não o da articulação do fazer profissional podem vir a reproduzir tais equívocos às próximas gerações, caso não se cultivem. Em todo o caso, a nossa preocupação é ainda maior com os/as docentes formados em Serviço Social que transmitem tais ensinamentos. Daí o convite para cultivarmos o estudo dos fundamentos da nossa profissão sob pena de ficarmos ultrapassados no tempo e no espaço.

Segundo Guerra (2019), o estágio é um espaço de contradições, constituído por diversas lógicas e intencionalidades. É tanto espaço de trabalho de profissionais, muitos dos quais se constituem supervisores de campo, quanto espaço de formação.

A autora vai mais longe e diz ainda que, no estágio supervisionado vários interesses diferentes se manifestam: interesses de profissionais que nele atuam, interesses das instituições contratantes, interesses das unidades de formação e interesses dos estudantes, dentre outros.

[..] É nessa condição e em meio às contradições da realidade que o estágio supervisionado se constitui como espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes prático-interventivos, já que, exatamente, em meio às contradições, busca-se desenvolver uma formação que articule as dimensões da profissão (teórico-metodológica, ético-política, investigativa, técnico-operativa e formativa) em torno de um perfil de profissional crítico, que detenha competência técnica, teórica, política, aportado em valores que se confrontam com a sociabilidade burguesa, com aptidão para a pesquisa e a produção de conhecimento (Guerra, 2016, p.68).

Mais uma vez, fica evidente que, o estágio além de ser um espaço de formação de futuros profissionais, é um espaço de trabalho de profissionais, que se indicados, podem atuar como supervisores de campo, no entanto, é, também um espaço de muitas contradições e de muitos interesses antagônicos que se confrontam constantemente.

Para Guerra (2019), os fundamentos da dimensão técnico-operativa são dados pelas dimensões teórico-metodológica e ético-política, donde a

necessária crítica à razão instrumental presente no cotidiano do trabalho profissional; as estratégias, táticas, técnicas e instrumentos de intervenção profissional só poderão ser definidas em consonância à clareza sobre: *o que fazer, porque fazer, para que fazer*.

Nesta perspectiva, as respostas a essas perguntas acima levam-nos evidentemente à dimensão técnico-operativa da profissão, que é, *como fazer?*

O como fazer parece uma questão tão simples, mas que requer preparação dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, mediante o conhecimento da realidade concreta do campo de estágio, bem como a utilização do método dialético, próprio do movimento da realidade. Lamentavelmente na nossa realidade muitos/as são os/as estagiários que são inseridos em variados campos de estágio e postos/as lá não sabem o que fazer.

Muitos são os/as estudantes que de quando em vez ligam a questionar, “professor, estou inserido/a no campo tal, o que devo fazer ou quais são as minhas atribuições aqui?”

Tais questionamentos revelam não só a falta de preparo do ponto de vista das dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão nas respectivas áreas por parte dos/as estudantes, como também a falta de acompanhamento e/ou supervisão quer acadêmica como de campo.

É fundamental que antes dos/as estudantes serem inseridos/as aos campos de estágio, passem por seminários de refrescamento³¹ onde devem ser abordados assuntos relacionados às atribuições privativas dos/as estagiários/as de Serviço Social nos campos específicos, assim como a institucionalização das oficinas³² para que os/as estudantes possam fazer este ensaio antes de saírem para os campos de estágio.

³¹ Os seminários de refrescamento são atividades acadêmicas que acontecem geralmente no início do segundo semestre com vista a preparar os/as estudantes para os campos de estágios e conta com a participação de supervisores/as acadêmicos/as também designados/as por “orientador/a”, quer seja Assistentes Sociais bem como docentes não Assistentes Sociais que orientem estágios.

³² As oficinas referem-se ao ensaio do estágio dentro da unidade de ensino; é lá também onde os/as estudantes devem aprender a elaborar pareceres técnicos, laudos, relatório social, a fazer uma perícia etc.

Nessas oficinas, além de debaterem sobre temas relacionados às demandas dos diferentes campos de estágio, os/as estudantes poderão a produzir relatórios, pareceres, laudos, atas, a fazer perícia social, entre outros.

Esse trabalho feito a nível da unidade de ensino, requer uma articulação entre docentes, supervisores e estudantes, com maior destaque para a supervisão, uma vez que, os/as estudantes são aprendizes e o bom acompanhamento deles/as contribui para um processo de formação de qualidade.

Conforme colocado por Guerra (2019, p. 69),

a supervisão pode se valer de um roteiro que oriente a observação e análise da realidade bem como de técnicas de análise de conjuntura e de análise institucional, o que deve permitir que a reflexão do estudante transcenda da aparência dos fatos para a essência dos processos.

É interessante notar, que segundo a autora, sem a capacidade técnico-operativa, Assistentes Sociais se tornam reféns das técnicas dos sistemas informacionais, das formas apriorísticas de registros, das metodologias de controle da população, da padronização das respostas induzidas e emitidas nas e pelas políticas sociais (Guerra, 2019).

Essa questão é muito comum na nossa realidade, uma vez que, não existindo Assistentes Sociais nos campos de estágios, estagiários/as acabam desempenhando tais funções, e pelo conflito de interesses antagônicos, muitas vezes estes/as acabam reproduzindo as agendas de trabalho de tais instituições, como por exemplo: estagiários/as que numa unidade hospitalar substituem o trabalho do/a recepcionista, fazem lista dos/as pacientes conforme a ordem de chegada, medem o peso dos pacientes, fazem encaminhamentos. Outros/as ainda fazem trabalhos de faxina, regam plantas, tiram cópias (xerox), comercializam os negócios de funcionários como, venda de gelado, roupas, só para citar alguns.

Daí que, exige-se que o estágio supervisionado deve ser encarado com a maior seriedade possível, primeiro, com a criação das condições necessárias para que seja realizado, que vai desde a assinatura de protocolo com as instituições campos de estágios, atribuição de supervisores acadêmicos

“Assistentes Sociais, em segundo, a formação continuada de supervisores de campo em matéria de estágio supervisionado em Serviço Social.

É fundamental que os/as estagiários no campo de estágio tenham o domínio dos instrumentos, com maior relevância para o diário de campo e o plano de atividades ou projeto de estágio, estes são indispensáveis para a operacionalização do estágio supervisionado.

Por fim, Guerra (2019), pontua que,

uma profissão fundamentalmente interventiva, que vem construindo uma cultura profissional com elementos claramente questionadores do conservadorismo e da moralidade burguesa e uma intervenção engajada junto aos movimentos sociais contestatários, precisa de uma sólida capacidade técnico-operativa. Uma intervenção engajada, direcionada ética e politicamente, não restringe os aspectos interventivos apenas ao fazer, mas agrega a compreensão desse fazer e a clareza da direção social do mesmo (Guerra, 2019, p. 72).

Além das três dimensões já abordadas, estão as dimensões investigativa e formativa, que tal como já o dissemos são indissociáveis, uma vez que o estágio supervisionado é um campo onde estagiários/as e supervisores se desconstroem e se constroem juntos/as, ou seja, aprendem e, ao mesmo tempo que aprendem, descobrem coisas novas que são alvos de indagações e pesquisas, para gerar novos conhecimentos e contribuições à profissão e/ou à sociedade.

3.6. Propostas de melhoria para o processo de estágio supervisionado em Serviço Social na FSS da UniLuanda

Nesta seção, apresenta-se as propostas de melhoria do processo de estágio supervisionado na FSS da UniLuanda, a partir da perspectiva dos/as entrevistados, fazendo uma discussão com os/as autores/as consagrados/as desta linha de pesquisa, bem como as nossas contribuições ao debate tão presente e urgente.

Diante do acima exposto, tendo em conta as dificuldades e desafios com vista a melhoria da qualidade do processo de estágios supervisionados na Faculdade de Serviço Social da UniLuanda, os/as entrevistados/as propõem o seguinte:

Segundo Pitanga (25 anos), *“relativamente o processo de supervisão de estágio, deveria melhorar o seguinte: os supervisores não deveriam realizar a supervisão sem antes obter uma capacitação independentemente de ser Assistente Social ou não, é importante um encontro para reflexão, aprendizado e construção de novos conhecimentos. Segundo os estagiários também deveriam ter um seminário de quais são as suas funções no campo de estágio que lhe for selecionado, realçando o papel do assistente social em cada instituição bem como os seus direitos e deveres. Terceiro, a instituição parceira onde os estudantes são colocados a realizar o estágio devem chamados por um encontro com objetivo de lhes dar a conhecer sobre o papel do Assistente Social em cada área”*.

Para Múcua (26 anos), *“os estudantes devem ser mais responsáveis, a instituição deveria ser mais rígida, fazer reprovar quem chega tarde, e apresentação de documentos para quem trabalha, pois alguns chegam mesmo tarde sem nenhuma explicação. A melhoria deve ser por parte dos estudantes”*.

Manga (38 anos), diz que, *“deve-se melhorar o comprometimento de todos, supervisores de campos, académicos e Estagiários”*.

Loengo (36 anos), *“deveria melhorar muito a estrutura organizativa, sendo que pelo tempo a Faculdade tem estágio todos os anos letivos, melhorar o modo como se solicita, se envia e se comunica com as instituições (campo de estágio), com os Supervisores académicos e de campo”*.

Banana (26 anos) *“quanto ao estágio, poderia haver melhorias, como uma explicação mais clara sobre o papel do assistente social nas instituições ou campos de estágio, além de criar melhores condições para o posicionamento dos estagiários nesses campos. Também é essencial um acompanhamento rigoroso do estagiário, com uma interação constante entre os supervisores de campo e os académicos, bem como com os outros envolvidos no processo”*.

Goiaba (28 anos), *“deve melhorar a estratégia de seleção dos estagiários, do campo de estágio e dos supervisores”*.

Nêspera (26 anos), *“pontualidade na distribuição de campo de estágio, supervisores sérios e comprometidos com o Serviço Social”*.

Tendo em conta as respostas dos/as entrevistados/as, pode-se perceber que a melhoria do processo de estágio na FSS da UniLuanda é uma tarefa conjunta que demanda do rigor na organização do mesmo a partir do DEI-SS, o comprometimento dos/as supervisores/as, bem como a conscientização dos/as estagiários/as.

O DEI-SS apresenta-se como a figura central na organização dos estágios, considerando que é órgão da unidade de ensino que dentre as várias atribuições compete zelar pela planificação do processo de estágios, desde o estabelecimento de contatos com os campos de estágios para a assinatura do protocolo de cooperação, a seleção e distribuição de estudantes e supervisores/as académicos/as aos respetivos campos de estágios, controle da efetividade dos supervisores/as académicos/as, recepção dos relatórios finais, tanto dos/as estagiários/as quanto dos/as supervisores/as académicos/as.

No entanto, tem se notado muitas falhas do DEI-SS neste processo, que não são toleráveis, tendo em conta que não se trata de um processo novo, como bem disse Loengo (36 anos) que ocorre todos os anos, volvidos 15 (quinze) anos desde que a FSS recebeu os seus primeiros estudantes ao invés de retrocessos, já devíamos registrar muitos avanços, mas não.

Entendemos que tais retrocessos demandam dentre vários fatores, da visão errônea que se tem do estágio supervisionado na formação profissional dos/as Assistentes Sociais, a partir do órgão singular de gestão, a chefia do DEI-SS por docente ou outro funcionário que não seja Assiste Social, bem como a falta de rigor na planificação e na monitorização de todo o processo de estágios.

É preciso olhar para o estágio supervisionado na perspectiva de investimento no processo de formação de profissionais qualificados, ao invés de olhar-se na perspectiva de gasto ou despesa, dado que tal processo demanda custos, tanto para o processo de organização no DEI-SS, bem como o pagamento ao trabalho prestado pelos supervisores académicos, fundamentalmente para aqueles que não são do quadro de pessoal da unidade de ensino.

O segundo elemento apontado é a falta de comprometimento dos/as supervisores/as. Como já vimos anteriormente, a supervisão de estágios em Serviço Social, compreende dois elementos distintos, mas que se complementam nas suas ações, como uma espécie de força-tarefa, ou seja, o supervisor académico e o supervisor de campo.

Em Angola, vivemos um cenário em que a maioria dos campos de estágios não têm Assistentes Sociais no seu quadro de pessoal, o que faz com “qualquer um técnico e/ou profissional” independentemente da sua área de formação, ao ser indicado/a como supervisor pela direção da instituição campo de estágio orientem os/as estagiários do curso de Serviço Social.

Se tal situação já é preocupante, o mais preocupante ainda é que a unidade de ensino que devia garantir supervisores académicos Assistentes Sociais não o faz, tendo até os dias de hoje docentes formados/as em áreas como economia, história, sociologia, psicologia, línguas, entre outras, a atuarem como supervisores/as académicos/as de estudantes de Serviço Social.

Conforme Oliveira (2004, p.70) pontua, “como supervisor académico, o professor é responsável pelo encaminhamento metodológico do estágio supervisionado, orientando as situações que emergem da realidade social e seus desdobramentos”. Na mesma senda, Buriolla (1996) destaca que o supervisor desempenha diversos papéis prioritários como: o de educador, o de transmissor de conhecimentos-experiências e de informações, o de facilitador, o de autoridade e o de avaliador.

Nesta perspectiva, fica evidente que, ao permitir que profissionais que não sejam Assistentes Sociais orientem estudantes de Serviço Social, quer seja como supervisores de académicos ou de campo, está-se a improvisar um processo de formação de profissionais, que, se pretende de qualidade.

Oliveira (2004, p.71), ressalta ainda que

o supervisor académico e o supervisor de campo necessitam ter uma ação integrada, onde possam discutir as diretrizes e o percurso metodológico que orientam o processo de ensino, objetivando a qualificação/capacitação profissional do aluno-estagiário.

Assim sendo, para que ambos dialoguem é necessário, até diríamos mesmo obrigatório, que sejam Assistentes Sociais. Do contrário, que experiências passarão aos/às estagiários/as? Nenhuma! Uma vez que não têm o mesmo compromisso com a nossa profissão. E não tendo, ignora-se o rigor e tudo vira permissivo, relativo e facultativo.

O terceiro elemento, e talvez o mais importante, passa pela conscientização do/a estagiários/a enquanto o elemento central no processo da sua formação profissional. Ao se encarar como o epicentro e principal responsável no seu processo formativo o/a estagiário/a ganha consciência do comprometimento que deve ter e isso de per si, deve levá-lo/a a encarar os desafios com mais seriedade.

Uma vez que a falta de assiduidade, pontualidade, descaso, comprometimento, responsabilidade, criatividade, entre outros, é, também, reflexo da falta de entendimento do seu papel no processo de formação profissional. E uma vez resgatado isto, o/a estagiário/a passará a exigir mais de si que reclamar dos/as supervisores/as.

RECOMENDAÇÕES

Diante das questões apresentadas, recomenda-se o seguinte³³:

Que o DEI-SS aumente o número de supervisores Assistentes Sociais para fazerem face à demanda de orientandos e melhorar a qualidade formativa;

Que a Universidade crie uma rubrica destinada à realização de estágios, pois toda ação científica tem custos e a falta de verbas belisca a formação dos futuros profissionais;

Que a Faculdade de Serviço Social trabalhe na abertura de novos campos de estágios, considerando que Angola tem 21 (vinte e uma) províncias e 326 (trezentos e vinte e seis) municípios e a Faculdade de Serviço Social é a única instituição pública que forma Assistentes Sociais;

Que sejam aproveitados os/as melhores estudantes finalistas em todos os anos para trabalharem com os professores formados na área, de modo a ganharem experiência e suprir-se a necessidade gritante de supervisores académicos Assistentes Sociais;

Que sejam realizados seminários de capacitação com os supervisores de académicos/as e de campo de forma regular;

Que os/as estagiários/as compreendam a suma importância do estágio na sua formação profissional e possam se comprometer com a profissão, para que tenhamos um quadro de profissionais de excelência e que conservem os campos de estágios já existentes, fazendo o seu trabalho com elevada ética e deontologia profissional;

Que o DEI-SS crie um acervo onde possa conservar os relatórios finais de cada campo de estágio, bem como das diferentes temáticas abordadas para facilitar o acesso à informação sobre os estágios, bem como dos referidos campos de estágio e que invista mais na comunicação e reveja os conteúdos e

³³ Embora não seja uma prática comum, faço tais recomendações, enquanto pesquisador e quadro da instituição, como minha contribuição na melhoria dos estágios em Angola, particularmente na Faculdade de Serviço Social da UniLuanda, sendo a única instituição pública que forma Assistentes Sociais no país e, por isso, tem responsabilidades acrescidas na formação de quadros qualificados a bem da Nação.

a metodologia de ensino que os formadores utilizam nos seminários de capacitação;

Que tanto a instituição, bem como os estudantes compreendam a grande importância dos estágios, de modo que eles não se consubstanciem numa mera atividade de cumprimento obrigatório ou até mesmo um passatempo;

Que o DEI-SS bem como a Seção de Estágio sejam chefiado/a por Assistentes Sociais para garantir a organização metodológica dos estágios cumprindo rigorosamente os timings de cada etapa ou fase;

Que se criem as oficinas para a componente prática da construção/uso dos instrumentos utilizados pelos/as Assistentes Sociais;

Que se revise a grelha curricular da formação, sobretudo dos conteúdos relacionados aos estágios, para que se uniformize com as outras instituições que também formam Assistentes Sociais, quer no país bem como a nível Internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma análise aturada sobre a temática que abarca a nossa pesquisa, podemos concluir que:

O estágio supervisionado constitui-se num dos momentos privilegiados da formação profissional, onde o/a estagiário/a deverá vivenciar a aprendizagem do exercício profissional que contém dimensões ética, política, ideológica, pedagógica e técnica, mediante o trabalho do/a supervisor/a de campo que se complementa com a supervisão académica, que lhe serve de referência, e não apenas o momento da prática tendo em conta os conhecimentos teóricos já apreendidos como se fossem dissociáveis.

Se por um lado, a formação de profissionais qualificados capazes de materializar o projeto ético-político do Serviço Social tendo em conta as dimensões que norteiam a profissão demandam organização da instituição formadora, docentes qualificados, comprometimento dos/as Assistentes Sociais com a profissão e o protagonismo do estudante. Por outro lado, o estágio supervisionado quando devidamente realizado contribui significativamente para esta formação que se almeja de qualidade.

Outrossim, a empregabilidade de Assistentes Sociais nos mais variados setores e/ou instituições em Angola contribuirá não só para a valorização destes/as profissionais como também contribuirá para uma melhor prática de estágio, uma vez que estes/as profissionais assumirão a supervisão de campo dos/as estagiários/as (evitando que sejam orientados por profissionais não Assistentes Sociais) e da mesma sorte contribuirá para a redução dos níveis de exploração de tais estagiários/as nos respectivos campos estágios.

É imperioso olhar para o/a estagiário/a como um aprendiz e não como um profissional capaz de dar respostas às demandas da instituição negando a contratação de profissionais que exijam uma boa remuneração como forma de acumular a mais-valia para a instituição, submetendo o/a estagiário/a à superexploração.

A atuação do/a estagiário/a começa com a compreensão da realidade em que está inserido, partindo do *diagnóstico social*, como fonte de estudo do campo

de estágio, onde o exercício profissional deve ser gerado e desenvolvido, conciliado com os aspectos teóricos da profissão, adquiridos ao longo de todo o processo formativo.

A supervisão de estágios em Serviço Social, compreende dois elementos distintos, mas que se complementam nas suas ações, como uma espécie de força-tarefa, ou seja, um trabalho conjunto entre o/a supervisor/a académico/a e o supervisor/a de campo. Em Angola, vivemos um cenário em que a maioria dos campos de estágios não têm Assistentes Sociais no seu quadro de pessoal, o que faz com “qualquer um técnico e/ou profissional” independentemente da sua área de formação, ao ser indicado/a como supervisor/a pela direção da instituição (campo de estágio) orientem os/as estagiários/as do curso de Serviço Social.

Pela importância que o estágio tem na formação profissional dos/as Assistentes Sociais faz-se necessário a existência de uma Política de Estágio no país, a exemplo de outros países do mundo a fora, no sentido de dar-se legitimidade desta ação formativa, pois além de contribuir significativamente na formação profissional do/a Assistente Social trará também ganhos importantes para os utentes, comunidades e instituições quer públicas ou privadas que beneficiarem-se dos trabalhos destes/as profissionais.

O Estado enquanto “uma pessoa de bem” deve garantir um ensino gratuito, inclusivo, democrático e de qualidade para que mais pessoas possam acessar, facultar o acesso ao ensino superior e serem pessoas bem formadas, capazes de contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades, a bem da Nação, em particular, e do mundo, no geral. Daí a necessidade da contratação de mais Assistentes Sociais, tanto a nível do Ensino Superior, quanto a nível dos mais variados setores, com maior realce para as instituições de saúde, educação, proteção social, administração local e central, entre outras que acolhem estagiários/as de Serviço Social.

A formação profissional do Assistente Social é compreendida como um processo contínuo e inacabado de autoqualificação, de educação permanente, de construção de saberes mediatizados pela realidade social, na qual se insere a intervenção profissional.

O/a Assistente Social começa a sua formação profissional a partir do momento em que ingressa na Faculdade, no curso de Serviço Social, mas ela se consolida com o passar do tempo, ao longo do exercício profissional, de forma contínua, através da busca incessante por novos conhecimentos, das trocas com outros/as colegas da área, participação em eventos que buscam refletir o exercício da profissão através de debates e trocas de experiências.

Enquanto processo que se inicia no curso de graduação, o estágio supervisionado tem sua importância significativa no ensino e aprendizagem profissional, uma vez que é fundamentalmente uma alternativa de conhecimento da realidade concreta, uma forma de apropriação de conhecimento e questões presentes na sociedade.

Não se pode conceber a formação profissional do Assistente Social como o simples aprendizado de conteúdos hermenêuticos, restringindo-se à instrumentalização técnica, transmitida em determinado espaço de tempo, mas sim à capacitação teórico-metodológica e técnico operativa alicerçada numa vertente crítica, que permita ao profissional compreender a realidade social no seu movimento estrutural e conjuntural, ou seja do meio em que está inserido.

Em suma, o estágio supervisionado cria oportunidades de vivenciar e conhecer inúmeras realidades sociais que permite aos estudantes experimentarem as suas futuras acções enquanto profissionais, ajuda no estabelecimento de networks e na empregabilidade dos/as estudantes. Daí que, não é apenas um requisito obrigatório no processo de formação dos/as Assistentes Sociais, como é indispensável, considerando as dimensões da profissão.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Estágio, Ética e Pesquisa**: desafios para formação profissional. 17. ed. [S.l.]: ABEPSS, 2009.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**. Brasília (DF): ABEPSS, 2010.

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social**. Brasília (DF): ABEPSS, 1996.

ALBIERO, Célia Maria Grandini. Dimensão Investigativa. *In*: MESQUITA, Andréa Pacheco de; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes. (orgs.). **Dicionário Crítico**: estágio supervisionado em Serviço Social. Fortaleza: Sociales, 2019.

AUGUSTO, Mauro Ângelo; JORGE, Miguel Pimpão. **OS DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM ANGOLA**: análise da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, ano académico 2020/2021. 2022. Monografia (Licenciatura em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade de Luanda, Luanda, 2022.

AUGUSTO, Mauro Ângelo; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Estágio Supervisionado em Serviço Social em Angola e a Mais-valia: reflexões sobre a prática de estágio dos/as estudantes da Faculdade de Serviço Social da UniLuanda. *In*: MEDRADO, Vitor (org.). **ESTADO, DIREITOS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**: Reflexões Interdisciplinares. São Paulo: Dialética, 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Dimensão Ético-política. *In*: MESQUITA, Andréa Pacheco de; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes (Orgs.). **Dicionário Crítico**: estágio supervisionado em Serviço Social. Fortaleza: Sociales, 2019.

BRUN, Adriane Buhner Baglioli; SANTOS, Sandra Aparecida Silva dos. **Estágio Supervisionado na formação do Assistente Social**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 7ª ed.- São Pulo: Cortez, 2011.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão Em Serviço Social: O supervisor, sua relação e seus papéis**. 6ª ed- São Paulo: Cortez, 2011

CARVALHO, Paulo de. **Evolução e Crescimento do Ensino Superior em Angola**. Luanda: Universidade Agostinho Neto - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL, 2012.

CASTRO, Marina Monteiro de. **Trabalho em Saúde: a inserção do assistente social na atenção primária à saúde em Juiz de Fora**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

ESPÍRITO SANTO, Felisbela Augusta. **A Institucionalização do Serviço Social em Angola: contribuição do Instituto Pio XII para a sua história**. Cascais: Caneta de Estilo, 1ª ed. 2023

GIL, António Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Romeu. Análise de interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 9ª reimpressão, 2025.

GUERRA, Yolanda. A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios. In: SANTOS, C. et al. (orgs.). **O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 101–124.

GUERRA, Yolanda. Dimensão Técnico-operativa. In: MESQUITA, Andréa Pacheco de; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes (Orgs.). **Dicionário Crítico**: estágio supervisionado em Serviço Social. Fortaleza: Sociales, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013. (Coleção Pátria Grande: I).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATEUS, José Dias; MONTEIRO, Amor António. Serviço Social e Formação Profissional: crítica à ideologia dominante. In: MARQUES, Eduardo José da Silva Tomé; SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi (Orgs.). **Serviço social nos países de língua portuguesa**: interculturalidade e desafios. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 53-81.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 9ª reimpressão, 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 9ª reimpressão, 2025.

MINAYO, M.; GUERRIERO, I. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 4, p. 1.103- 1.112, 2014.

MONTEIRO, Amor António. **A Natureza do Serviço Social em Angola**. São Paulo: Cortez, 2016.

OLIVA, Maria Herlinda Borges. O estágio na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 29, 1989.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Formação Profissional em Serviço Social: "velhos" e novos tempos, constantes desafios. **Serviço Social e Realidade**, Franca: UNESP, v. 13, n. 2, 2004.

PAKISI, Albino. **A MONOGRAFIA**. 1. ed. Luanda: Mayamba, 2020.

PINTO, Rosa Maria Ferreira. **Estágio e Supervisão**: um desafio teórico-prático do Serviço Social. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, 1997.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas de pesquisa do trabalho Académico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e Competência**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?**: Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SOARES, Maurício Caetano Matias; COSTA, Newvone Ferreira (Orgs.). **O SERVIÇO SOCIAL NA TEORIA E NA PRÁTICA**: Desafios contemporâneos. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: SUAM, 2014.

TEXEIRA, Rodrigo. Dimensão Teórico-metodológica. In: MESQUITA, Andréa Pacheco de; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes (Orgs.). **Dicionário Crítico**: estágio supervisionado em Serviço Social. Fortaleza: Sociales, 2019.

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 21, n. 1, 2012. ISSN 1413-4233.

WALHERS, Maicow Lucas Santos; MUONDO, Daniel Luciano; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Reflexões sobre o estágio em Serviço Social: Brasil e Angola. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 8.; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 15., 2020, Vitória, ES. **Anais [...]**. Vitória, ES: [s. n.], 2020.

Legislação

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Edição Especial Atualizada. 1. ed. [Luanda]: Imprensa Nacional, 2022.

ANGOLA. Decreto Legislativo Presidencial n.º 82/20, de 26 de março. Aprova medidas de exceção e temporárias para prevenção e o controle da propagação da pandemia Covid-19. **Diário da República**, Luanda, 26 mar. 2020.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 281/21, de 1 de dezembro. Aprova o Estatuto Orgânico da Universidade de Luanda. **Diário da República**, Luanda, 1 dez. 2021.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 285/20, de 29 de outubro. Reorganiza as Instituições Públicas do Ensino Superior. **Diário da República**, Luanda, 29 out. 2020.

UNILUANDA. Despacho 477/23, de 31 de março. Regime Académico da Uniluanda. **Diário da República**, II Série, n.º 59, 31 mar. 2023.

Documentos online (Sites consultados)

ANGOLA. In: BRASIL ESCOLA. São Paulo: UOL, [20--?]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/angola.htm>. Acesso em: 23 abr. 2025.

INE-AO.COM. **Angola**. [S.l.]: INE, [20--?]. Disponível em: <https://th.bing.com/th/id/R.5a3c6b96ea706d87dd49e28eddc72495?rik=zPRTsVhXewGm1g&riu=http%3a%2f%2fwww.ine-ao.com%2fAngola>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MAPA ANGOLA. In: BRASIL ESCOLA. São Paulo: UOL, 2022. Disponível em: <https://s5.static.brasilecola.uol.com.br/be/2022/05/mapa-angola>. Acesso em: 23 abr. 2025.

NOVO MAPA. **Ecos do Henda**. [S.l.]: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://www.ecosdohenda.info/wp-content/uploads/2022/11/NOVO-MAPA>. Acesso em: 24 abr. 2025.

<https://uniluanda.ao/nossa-historia/> acesso em: 05 mai. 2025

APÊNDICES

Apêndice n.º 1 - Cronograma de atividades

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES						
PERÍOD	2023		2024		2025	
DESCRIÇÃO DAS ETAPAS	I	II	I	II	I	II
	SEM	SEM	SEM	SEM	SEM	SEM
Sessões de orientação	X	X	X	X	X	
Revisão bibliográfica e documental	X	X	X	X	X	
Cumprimento de créditos em disciplinas	X			X		
Cumprimento de créditos em atividades complementares	X	X	X	X		
Participação em eventos científicos nacionais e internacionais	X	X	X	X	X	
Correção e organização do projeto de pesquisa				X		
Contatos para identificação e seleção das/os participantes da pesquisa			X	X		
Submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa				X		
Fichamento	X	X	X	X	X	
Elaboração dos instrumentos de recolha de dados					X	
Pré-teste dos instrumentos de recolha de dados					X	
Reformulação dos instrumentos de recolha de dados					X	
Realização da pesquisa de campo					X	
Análise de dados					X	
Elaboração dos capítulos da tese		X	X	X	X	
Exame geral de qualificação					X	
Correção da dissertação					X	
Defesa da dissertação						X
Elaboração e entrega do relatório ao Comité de ética						X
Devolutiva dos resultados da pesquisa aos participantes da mesma e a sociedade angolana no geral.						X

Apêndice n.º 2 – Carta de Solicitação para pesquisa de campo

AO

**DIGNÍSSIMO DECANO DA FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE
LUANDA**

-Brasil/São Paulo-

ASSUNTO: Solicitação de autorização para pesquisa.

Saudações cordiais, excelência,

Mauro Ângelo Augusto, filho de Almeida Augusto e de Maria Ângelo Miguêns António, natural do Amboim – Gabela, província do Cuanza Sul, solteiro de 29 anos de idade, nascido aos 27/03/1994, portador do BI N.º 005043612KS049 passado pela Direção Nacional de Identificação, atualmente residente em Franca, Estado de São Paulo / Brasil.

Estudante de Mestrado em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Câmpus de Franca, São Paulo / Brasil, estando neste preciso momento em fase de realização da pesquisa para a dissertação com o título: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ANGOLA: desafios, perspectivas e possibilidades.

Considerando que a presente pesquisa está direcionada à vossa instituição, tendo como sujeitos professores Assistentes Sociais e não Assistentes Sociais que tenham orientado estágio por pelo menos 3 anos, bem como estudantes do 4.º ano tanto do período regular como do pós-laboral que serão selecionados/as aleatoriamente, segundo a sua disponibilidade, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, antecedido de uma reunião de apresentação dos objetivos da pesquisa e de esclarecimento de possíveis dúvidas, obedecendo os princípios éticos que norteiam o estudo que envolvem seres humanos com atenção para a garantia do sigilo das informações dos sujeitos de pesquisa, a preservação das suas identidades, a participação livre e consciente,

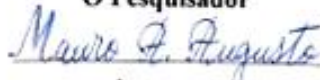
Vimos mui respeitosamente solicitar ao Digníssimo Senhor Decano da FSS, Prof. Dr. Simão João Samba, se digne autorizar a realização da referida pesquisa na vossa instituição. Considerando que, os resultados obtidos serão utilizados para fins académicos, bem como servirão de propostas para contribuir na melhoria e ampliação da compreensão do estágio supervisionado como elemento fundamental na formação profissional de Assistentes Sociais em Angola.

Ciente de que esta solicitação merecerá a vossa especial atenção,

Esperamos deferimento.

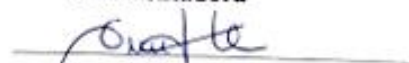
Franca - São Paulo - Brasil, 21 de Novembro de 2023.

O Pesquisador



Mauro Ângelo Augusto

A Orientadora



Prof. Dr.ª Cirlene Aparecida H. da Silva Oliveira

Apêndice n.º 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ IDADE: ____
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____
declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ANGOLA: desafios, perspectivas e possibilidades. O projeto de pesquisa será conduzido por Mauro Ângelo Augusto, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pela Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/Câmpus de Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Após o levantamento dos dados, daremos tratamento, onde apurar-se-á os resultados, com o retorno aos sujeitos de pesquisa, proporcionando assim uma melhor prática interventiva nos seus espaços sociolaborais de atuação. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Luanda, ____ de ____ de ____

Assinatura do participante

 (assinatura)
Pesquisador Responsável

Nome: Mauro Ângelo Augusto
Endereço: Av. Adhemar Pólo Filho, Bairro Jardim Veneza n.º 2050 – Franca-SP
Tel: +5516997718599 / +244925718599
E-mail: mauro.augusto@unesp.br

 (assinatura)
Orientador

Prof. (ª) Dr. (ª) Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Endereço: Rua João Urias Pimenta, 4390 – Parque Franville – Franca-SP
Tel: +5516999651170 / +551637021280
E-mail: cirlene.oliveira@unesp.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp - Campus de Franca
Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia - CP 211. CEP: 14409-160 - FRANCA - SP
Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

GUIÃO DE ENTREVISTA COM ESTAGIÁRIOS/AS

Saudações cordiais,

Mauro Ângelo Augusto, estudante de mestrado do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS da UNESP- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, no âmbito do levantamento de dados para elaboração de sua dissertação, vem através deste solicitar informações relacionadas com o projeto de pesquisa em análise: DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS EM ANGOLA: caso da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, 2019 – 2023.

Os dados recolhidos serão exclusivamente destinados ao mesmo trabalho e de carácter confidencial, pelo que, espera-se a máxima colaboração de vossa parte ao responder a cada questão do presente guião.

Desde já, agradeço pela disponibilidade.

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO:

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

FORMAÇÃO ACADÉMICA: _____ CURSO _____

TRABALHA? ____ SE SIM COM O QUE TRABALHA? _____.

1. O processo de supervisão de estágios em serviço social

1.1 Para si qual é a importância do estágio supervisionado em Serviço Social?

1.2 Qual é a sua opinião sobre a forma como é feita a organização do processo de estágio?

- 1.3 Qual é o seu parecer com relação aos critérios de seleção dos estagiários/as VS campos de estágios? (Partindo do princípio de que todos os estudantes são obrigados a fazerem os estágios). O que acha que poderia melhorar?
- 1.4 Qual é o seu parecer sobre a seleção dos/as supervisores/as (académicos) de estágios?
- 1.5 Os/as supervisores/as de estágios cumprem na íntegra com o seu papel?
- a) Sim () b) Não () c) Razoavelmente ()
- 1.5.1 Caso não cumpram ou cumpram razoavelmente com o seu papel, o que acha que está na base disso?
- 1.5.2 No seu entender, que medidas poderiam ser adoptadas para estimular uma maior participação dos/as supervisores/as de estágios?
- 1.5.3 Considera que o não cumprimento das responsabilidades dos/as supervisores/as académico e de campo afeta o desempenho do/a estagiário/a? Por quê?
- a) Sim () b) Não ()
- 1.6 O que pensa sobre o facto de professores/as que não sejam Assistentes Sociais orientarem estagiários/as ou estudantes de Serviço Social?
2. Alguns dos elementos a se ter em conta durante a realização de estágio supervisionado são: a pontualidade, assiduidade, ética e deontologia profissional, bem como a participação nas atividades programáticas da instituição/campo de estágio. Acha que os/as estagiários/as têm cumprido tais exigências ou requisitos? Por quê?
- a) Sim () b) Não () c) Razoavelmente ()
- 2.1 O que acha que devia melhorar?
- 2.2 Considera que se os/as estagiários/as fossem remunerados melhorariam o seu desempenho? Por quê?
- b) Sim () b) Não () c) Talvez ()
- 3. Os espaços e temáticas de realização de estágios em Serviço Social**
- 3.1 Entende que os/as estagiários/as poderiam também escolher os campos em que mais lhes interessava estagiar? Por quê?
- a) Sim () b) Não () c) Talvez ()

- 3.2 Quais são as áreas, em que já realizou estágios enquanto estudante da FSS?
- 3.3 Em que área gostaria de ter feito o estágio e não fez? Por quê?
- 3.4 Já constatou como são firmados os protocolos entre a FSS e os campos de estágios?
- a) Sim () b) Não ()
- 3.5 Se sim, o processo é rápido ou lento?
- a) Rápido () b) Lento ()
4. O que deveria melhorar?
5. A construção ou elaboração dos relatórios obedece a um modelo padrão?
- a) Sim () b) Não () c) Nem sempre ()
- 5.1. O que está na base?
6. O que entende sobre a modalidade de avaliação feita aos/às estagiários/as?
7. Quais são as principais dificuldades que já enfrentou durante o processo de estágio?
8. Quais os principais desafios dos/as estudantes da FSS no âmbito da realização de estágios supervisionados?
9. Acha que faltou alguma questão no presente questionário que gostaria de responder? Se sim, qual?

MUITO OBRIGADO!

ANEXOS

Anexo n.º 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ANGOLA: Desafios, Perspectivas e Possibilidades.

Pesquisador: Mauro Ângelo Augusto

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 76522423.5.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.611.606

Apresentação do Projeto:

O projeto está bem estruturado, bem escrito. Apresenta introdução, referencial teórico em consonância com o objeto da pesquisa. A pesquisa intitulada "O estágio supervisionado em Angola: desafios, perspectivas e possibilidades" traz um tema relevante para o Serviço Social, em especial no país que será realizada (Angola). O referencial bibliográfico apresentado é recente e pertinente ao estudo proposto. Linguagem empregada adequada. Metodologia adequada.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral e específicos tem coerência e tem como proposta analisar os fatores que influenciam no desempenho de estagiários/as e supervisores/as de estágios da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda bem como as possibilidades para o exercício de um estágio e uma supervisão qualificado/a.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No decorrer da proposta o proponente relata "Os possíveis riscos a serem evidenciados durante a realização desta pesquisa poderão ser os seguintes: Cansaço ou aborrecimento ao responder as questões do guião de entrevista, tendo em conta que nem todos/as estão habituados/as a este ambiente; Constrangimento ao se expor, uma vez que quer o estagiário como o supervisor são sujeitos ativos do processo de estágio supervisionado; Desconforto, constrangimento ou

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8806 **E-mail:** comiteetica.franca@unesp.br

Continuação do Parecer: 6.611.606

alterações de comportamento durante gravações de áudio;Efeitos nos sujeitos da pesquisa, como constrangimentos ou sentimentos de receio ou de vergonha, com sérias implicações emocionais ou relacionadas à privacidade, passíveis de provocar desconforto ou lembranças indesejadas.

Entretanto, no que diz respeito aos riscos e benefícios podemos apontar que no âmbito da condução desta pesquisa, serão estritamente observadas as disposições da Resolução CNS nº 466 de 2012. A pesquisa em questão não implica em quaisquer riscos de natureza física, química ou biológica. Não se prevê a manipulação de resíduos ou a condução de experimentos envolvendo substâncias

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O pesquisador apresenta uma proposta metodológica pesquisa bibliográfica, documental, abordagem qualitativa, utilizará entrevistas semiestruturada com 20 pessoas definidas aleatoriamente entre professores sueprvisores academicos e estágios do 4º ano de Serviço Social.A análise dos dados será a partir da análise de conteúdo.

Apresenta carta de aceite da instituição Universidade de Luanda.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta a carta de aceite da Instituição Universidade de Luana - Angola.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista a apresentação do projeto, a autorização da Universidade de Luanda, bem como termo de consentimento livre e esclarecido e diante do cronograma da pesquisa apresentado o projeto mostra-se adequado para sua execução

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer aprovado Ad Referendum do colegiado pelo coordeandor deste comitê de ética.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	08/12/2023		Aceito

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8806 **E-mail:** comiteetica.franca@unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA



Continuação do Parecer: 6.611.606

Básicas do Projeto	ETO_2249017.pdf	00:13:41		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CA.pdf	08/12/2023 00:08:40	Mauro Ângelo Augusto	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	GE.pdf	07/12/2023 22:36:51	Mauro Ângelo Augusto	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	07/12/2023 22:21:32	Mauro Ângelo Augusto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/12/2023 22:12:18	Mauro Ângelo Augusto	Aceito
Folha de Rosto	FR.PDF	07/12/2023 22:09:51	Mauro Ângelo Augusto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 12 de Janeiro de 2024

Assinado por:
José Fernando Siqueira da Silva
(Coordenador(a))

Anexo n.º 02 – Carta de autorização para a pesquisa de campo



DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador Mauro Ângelo Augusto, está autorizado a realizar pesquisa nesta Faculdade de Serviço Social, localizada na Av. Fidel de Castro, Distrito Urbano do Benfica, Município de Talatona, Província de Luanda.

Luanda, 06 de Dezembro de 2023.



Simão João Samba Nome/B.I. 000126182ZE031


Anexo n.º 3 – Atestado do Exame Geral de Qualificação



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Franca

ATESTADO DE APROVAÇÃO - EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Atestamos que **MAURO ÂNGELO AUGUSTO**, RA n.º: SSO230073, Passaporte n.º N2823065, discente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, área: Serviço Social: Trabalho e Sociedade, Curso de Mestrado Acadêmico, submeteu-se a Exame Geral de Qualificação, no dia 20/03/2025, tendo sido 'APROVADO'.

Franca, 20 de março de 2025.



Valter Nailton da Silva
Supervisor Técnico de Seção
Seção Téc. de Pós-Graduação - Unesp Franca